

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

**INFÂNCIA E TRABALHO NA AMAZÔNIA:
O PARADOXO DO COTIDIANO**

NÁDMA OLIVEIRA DE AZEVEDO

PARINTINS-AM

2017

NÁDMA OLIVEIRA DE AZEVEDO

**INFÂNCIA E TRABALHO NA AMAZÔNIA:
O PARADOXO DO COTIDIANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: LINHA 3. Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder, sob a orientação do Professor Doutor Francisco Jorge do Santos.

PARINTINS-AM

2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A994i Azevedo, Nádma Oliveira de
Infância e Trabalho na Amazônia: : O paradoxo do cotidiano /
Nádma Oliveira de Azevedo. 2017
131 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Francisco Jorge dos Santos
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Infância. 2. Trabalho infantil. 3. Situações de Trabalho. 4.
Turismo. I. Santos, Francisco Jorge dos II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

NÁDMA OLIVEIRA DE AZEVEDO

INFÂNCIA E TRABALHO NA AMAZÔNIA: O PARADOXO DO COTIDIANO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade em Cultura na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Redes, Processos e Forma de Conhecimento, sob a orientação do professor doutor Francisco Jorge dos Santos. Aprovada em: 17 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Francisco Jorge dos Santos - Presidente

Prof. Dr. Davi Avelino – Membro da Banca

Profa. Dra. Sandra Helena da Silva – Membro da Banca

PARINTINS - AM

2017

*Aos meus pais
Waldemar Azevedo e
Nailza Azevedo pelo
amor, paciência e
orgulho a mim
confiado.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter guiado mais uma etapa da minha vida, por ter iluminado essa trajetória desde o início quando decidi concorrer à seleção do mestrado. Sou grata por manter minha Fé inabalável, isso me manteve firme e sempre acreditando que eu venceria mais essa fase. A Ti toda honra e toda glória!

Agradeço com todo meu amor aos meus pais Waldemar Souza de Azevedo e Nailza Oliveira de Azevedo por me incentivarem mais uma vez, por estarem ao meu lado sempre, por depositarem em mim a sua confiança e orgulho. Sem vocês eu nada seria, sem vocês eu jamais conseguiria, vocês são a minha fonte de inspiração e meus modelos de seres humanos. A vocês minha eterna gratidão e respeito. Amo vocês mais que a minha própria vida!

Às minhas irmãs Nádyá Azevedo e Náyma Azevedo pelo constante incentivo, pelas palavras de força, pela ajuda e solidariedade quando passei por momento delicado de saúde e precisei de todo suporte. Obrigada por tudo!

Aos meus amados sobrinhos João Guilherme e Rodrigo Azevedo por encherem a minha vida de alegria se alimentarem a minha esperança com seus sorrisos. Amo vocês para sempre!

Agradeço ao meu querido orientador Dr. Francisco Jorge dos Santos pelas orientações, pelas dicas, pela paciência, pelas horas ao telefone, por horas em sua sala, pelos e-mails, por me receber em sua casa e por acreditar em mim e em minha proposta de pesquisa. À você minha eterna gratidão!

À minha querida professora, amiga e mãe postiça Sandra Helena da Silva, por sempre me incentivar a ir mais longe, por acreditar em meu potencial, por me inspirar em minha carreira, por toda contribuição em mais esta trajetória. Sou e serei eternamente grata à Deus por tê-la colocado em minha e a você por sempre estar presente, mesmo quando ausente. Eu nunca esquecerei o que você fez por mim. Obrigada!

Agradeço a minha irmã siamesa Mayara Viana fazer parte da minha vida, pelo apoio emocional, por me ouvir e orientar quando estava perdida. Pela contribuição com as leituras, pelo carinho, paciência e atenção a mim doados. Obrigada por mais uma vez ser “meu grupo”, “meu trio” e “minha dupla”. A você minha eterna gratidão e carinho.

Às minhas amigas Daniele Moura, Fabrícia Andréa e Kaila Cerdeira pela recepção e hospitalidade na capital durante as viagens para orientação e retorno médico. Vocês fazem parte desta conquista e sou eternamente grata por tudo.

Ao Saymon Menezes por estar em minha vida e por buscar me ajudar de todas as formas durante esses anos de estudo. Eu amo você e nunca o esquecerei, muito obrigada!

Agradeço aos meus amigos verdadeiros, que sempre torceram e aplaudiram as minhas conquistas. Kellen Barros e Victor Barbosa. Obrigada pela torcida!

A FAPEAM pelo apoio financeiro nesta pesquisa.

À Dona Vilma por me receber em sua casa na comunidade São Paulo da Valéria – AM, pelas conversas, pela companhia nas atividades de campo, pelo alimento e pela amizade. Obrigada!

Aos moradores de São Paulo da Valéria – AM por aceitarem a mim e ao meu trabalho dando toda atenção possível durante minha estada na comunidade.

Agradeço enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para mais essa conquista. Obrigada!

RESUMO

As questões debatidas acerca do trabalho infantil são muito recentes entre nós, principalmente no que diz respeito nas zonas rurais brasileiras, onde a legislação referente a este tema é pouco acessada. O trabalho de crianças por um lado revela-se sob a ótica da aprendizagem, de transmissão de conhecimento, onde na maioria das vezes, têm-se os pais como mestres e as crianças como aprendizes. Por outro lado, o trabalho infantil evidencia-se sob explicações ultrapassadas do contexto da ajuda e revela-se nas formas mais perversas da exploração na sociedade capitalista. É bastante expressivo o segmento de crianças inseridas no mundo do trabalho, porém há a necessidade de um esforço maior em distinguir as formas de trabalho nas quais estas estão inseridas. Nesse sentido, o presente trabalho faz um breve histórico da infância e do trabalho infantil, e analisar *in loco* o processo de inserção e de interação das crianças nas relações estabelecidas entre o trabalho que realizam dentro da agricultura familiar e em seu modo de vida a partir dos aspectos que permeiam o seu cotidiano. Para isso foi realizado um estudo de caso na comunidade rural de São Paulo da Valéria, situada no Município de Parintins no Estado do Amazonas, pautado na abordagem teórica do Materialismo histórico-dialético. A coleta de dados seguiu um esquema geral a partir de: Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa de Campo. As técnicas utilizadas para o levantamento de dados na pesquisa de campo foram: 1) Entrevista, 2) Rodas de conversa, 3) Diário de campo e 4) Observação Direta. O estudo revelou as diferentes situações de trabalho em que as crianças estão inseridas, e que tanto as formas positivas de trabalho infantil quanto às formas pouco recomendadas fazem parte da realidade das crianças. Assim, existe o paradoxo do cotidiano, pois ao mesmo tempo em que estão envolvidas em trabalhos cuja finalidade dos pais é ensinar aos filhos, também estão inseridos em trabalhos onde a sua inocência, delicadeza e a própria imagem do seu corpo são transformados em mercadorias através do turismo praticado nessa comunidade. Identificamos a diferentes situações de trabalho que fazem parte do cotidiano de vida das crianças, assim como, constatamos em uma delas a sua vulnerabilidade e exposição a assuntos e ambientes que estão longe de fazer parte do universo da infância.

Palavras-chave: Infância. Trabalho Infantil. Situações de Trabalho. Turismo.

ABSTRACT

The issues discussed about child labor are very recent among us, especially in the rural areas of Brazil, where the legislation on this subject is little accessed. The work of children on the one hand reveals itself from the point of view of learning, of transmission of knowledge, where in most cases parents have masters and children as apprentices. On the other hand, child labor is evidenced under outdated explanations of the aid context and is revealed in the most perverse forms of exploitation in capitalist society. It is quite expressive the segment of children inserted in the world of work, but there is a need for a greater effort to distinguish the forms of work in which they are inserted. In this sense, the present work makes a brief history of childhood and child labor, and analyze in situ the process of insertion and interaction of children in the relationships established between the work they perform within family farming and their way of life from of the aspects that permeate their daily lives. For this, a case study was carried out in the rural community of São Paulo da Valéria, located in the Municipality of Parintins in the State of Amazonas, in 2016, based on the theoretical approach of historical-dialectical Materialism. Data collection followed a general scheme based on: Bibliographic Research and Field Research. The techniques used for data collection in field research were: 1) Interview, 2) Conversation wheels, 3) Field diary and 4) Direct observation. The study revealed the different work situations in which children are inserted, and that both positive forms of child labor and the poorly recommended forms are part of the reality of children. Thus, there is the paradox of daily life, because while they are involved in works whose purpose of parents is to teach their children, they are also inserted in works where their innocence, delicacy and the very image of their body are transformed into goods through tourism in this community. We identify different work situations that are part of the daily life of children, as well as, we find in one of them their vulnerability and exposure to issues and environments that are far from being part of the childhood universe.

Keywords: Childhood. Child labor. Work Situations. Tourism.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Vista parcial da Comunidade São Paulo da Valéria/AM.....	44
Imagem 02 – Igreja Católica de São Paulo da Valéria/AM.....	46
Imagem 03 – Escola Municipal São Francisco de Assis de São Paulo/AM.....	46
Imagem 04 - Bar da Comunidade São Paulo da Valéria/ AM.....	46
Imagem 05 – Vista da Serra da Valéria em São Paulo/AM.....	78
Imagem 06 – Artefatos do Sítio Arqueológico em São Paulo/AM.....	78
Imagem 07 – Bicho preguiça exposto para fotografia aos turistas.....	79
Imagem 08 – Tucano exposto para fotografia aos turistas.....	79
Imagem 09 – Filhote de jacaré exposto para fotografia aos turistas.....	79
Imagem 10 – Estrutura de madeira feita pelos moradores para os turistas desembarcarem.....	80
Imagem 11 – Parte do trajeto feito pelos turistas no período da seca dos rios.....	80
Imagem 12 – Tendas para alugar durante os dias de turismo.....	81
Imagem 13 – Bar de propriedade privada.....	81
Imagem 14. Placa com frase escrita em inglês pedindo doação para a escola São Francisco.....	84
Imagem 15 – Crianças expostas para fotografia aos turistas.....	96
Imagem 16 – Criança exposta para fotografia aos turistas.....	96
Imagem 17 – Criança exposta aos turistas sob a vigilância da mãe.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.1 Estratégia Metodológica	16
1.1.2 Local da Pesquisa	16
1.1.3 Tipo de Pesquisa	17
1.1.4 Informantes	18
1.1.5 Instrumentos e Técnicas	19
1.1.6 Procedimentos de Análise	20
1.1.7 Riscos e Benefícios	21
CAPÍTULO 1 – A INFÂNCIA E O TRABALHO INFANTIL: DIMENSÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS	22
1.1 O Universo Social e histórico da Infância: a construção do conceito	23
1.2 História, infância e criança	24
1.3 A origem e evolução do Trabalho Infantil na história do Brasil	33
1.4 Legislação e Trabalho Infantil: a origem dos meios de proteção	36
CAPÍTULO 2 – AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO INFANTIL: PASSADO E PRESENTE REFLETIDOS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	41
2.1 Comunidade São Paulo da Valéria – AM: a organização e o modo de vida	41
2.2 Agricultura Familiar: construindo um conceito	50
2.3 Os cultivos agrícolas e as criações em São Paulo da Valéria – AM	55
2.4 O trabalho em duas gerações: experiência de trabalho em São Paulo da Valéria – AM	59
2.5 A família, as crianças e a agricultura: o trabalho infantil socializador	67
	75
CAPÍTULO 3 – O TURISMO EM SÃO PAULO DA VALÉRIA – AM: O PAPEL DAS CRIANÇAS E O TRABALHO INFANTIL	
3.1 O turismo em São Paulo da Valéria – AM: a organização da comunidade	75
3.2 A cultura e a criança como mercadoria: o trabalho infantil na sua face nociva	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
FONTES E BIBLIOGRAFIA	117
APÊNDICES	128
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

Falar de infância e trabalho no momento atual requer um grande esforço e uma profunda reflexão, dado ao fato de que ambos caminham lado a lado. Pensar a infância e a sua relação com o trabalho infantil requer muito mais do que o simples fato de dizer que na infância não cabe o trabalho, pois as sociedades são dinâmicas e se diferem uma das outras em aspectos legais, sociais e culturais. Neste caso, deve-se ponderar que nem tudo que é considerado errado para uma cultura é tida como errado para outra.

A criança e a infância e suas respectivas definições são exemplos claros de que diferentes pontos de vistas sobre um mesmo objeto ou realidade pode ser distinta de um tempo para outro, de uma sociedade para outra. Ao longo dos séculos, a criança vem assumindo diferentes papéis de acordo com a época e a sociedade em que foi sendo inserida. A concepção de infância é uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos anos e se manifesta de diferentes maneiras em sociedades distintas.

Segundo Sônia Kramer (1986), as visões sobre a infância são construídas social e historicamente e seus papéis variam de acordo com a organização das sociedades. Assim, a ideia de infância não existiu sempre e nem da mesma maneira. A “criança será percebida pela sociedade de forma diversificada ao longo dos tempos, conforme as determinações das relações de produção vigentes em cada época” (FARIA,1997, p.9).

Para Sarmento e Pinto (1997) a criança é, simultaneamente, uma categoria social que interpreta e age no mundo, assim desenvolve-se pela experiência social, nas interações que estabelece, desde cedo, com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por eles criado, e sendo o trabalho uma das atividades humana, as crianças acabam fazendo parte e retirando da experiência dos adultos suas influências.

O *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ECA considera criança a pessoa até 12 anos de idade, incompletos. Desse modo, o significado genérico da infância está diretamente ligado às transformações sociais, culturais, econômicas, da sociedade de um determinado tempo e lugar, que possui seus próprios sistemas de classes, de idades e seus sistemas de status e de papel social.

Quanto às questões do trabalho infantil e o uso da criança como força de trabalho vem desde os tempos das civilizações mais antigas, quando nem se cogitava falar em direitos trabalhistas e muito menos sobre a proteção das crianças. No entanto apesar de tão antiga, as discussões que envolvem este tema estão cada vez mais atuais,

principalmente quando buscamos entender a questão do trabalho infantil nas relações estabelecidas entre o trabalho e o modo de vida das crianças e sua infância, uma vez que o cotidiano não é igual para todos.

O trabalho infantil, cuja definição dada pelo *Instituto de Apoio à Criança* e pela *Confederação Nacional de Ação sobre Trabalho Infantil*, refere-se a todo o trabalho desempenhado por crianças com idade inferior a 16 anos, ainda que em situação de trabalho domiciliário ou familiar, ou em locais fora dos locais tradicionais de trabalho, e que de forma regular, contribuem para a subsistência do agregado familiar, comprometendo o normal desenvolvimento da criança.

Antônio da Costa (2004, p.26) afirma que “há um terreno baldio entre a lei e a realidade”, o que nos direciona ao fato de que o senso comum ensina suas crianças a trabalhar e prepará-las para o futuro. No entanto, os parágrafos das leis evidenciam inúmeras situações consideradas ilegais que para a maioria, principalmente em áreas rurais, pode fazer parte do seu modo de vida.

O estudo realizado por Delma Pessanha Neves (2009), destaca que o trabalho infantil pode ser visto a partir de duas diferentes visões e destaca o caráter socializador e explorador de tal atividade. A autora relaciona o caráter socializador com as questões culturais que envolvem o trabalho, quando pais tendem a repassar para os filhos algumas atividades que envolvem seu cotidiano com o intuito de prepará-los para uma vida futura. Quanto ao caráter explorador, a autora destaca o trabalho infantil marcado por atividades que expõem as crianças aos perigos prejudiciais ao seu desenvolvimento, tanto físico quanto social, o trabalho que traz consequências graves.

Em relação ao Brasil, alguns estudos demonstram que a exploração do trabalho da criança não é fato recente, apesar dos avanços obtidos, os mecanismos criados não conseguiram até o momento extingui-lo por completo. Ocorre que, a simples normatização não é meio suficiente para conter o problema, pois este traz em si outras vertentes, de ordem cultural, social e política.

Não se pode negar que a proteção direcionada à criança avançou, saindo de um regime de total descaso quando não havia distinção entre trabalho de adulto e de criança ou mesmo a Revolução Industrial, que inseria crianças aos trabalhos exaustivos dentro das fábricas. Nesses períodos não havia discussões, estudos, leis, fiscalização e punição referente a este tipo de prática, que atualmente é considerado legalmente crime.

Ao destacar os meios de proteção que surgiram com o intuito de dar um novo rumo à realidade cruel das crianças inseridas a péssimas condições de trabalho, surgiu,

em 1919, a *Organização Internacional do Trabalho* (OIT)¹ e traçou em sua política para o trabalho infantil, dois importantes objetivos: sua efetiva abolição e a proteção de crianças no trabalho. Na área da promoção e defesa dos direitos da criança, além da OIT, outros organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, foram criados tentando exterminar ou ao menos reduzir a problemática existente em relação ao trabalho infantil.

No Brasil, a norma matriz que dispõe sobre a proteção do trabalho infantil é a *Constituição Federal* de 1988, em seu Artigo 7.º, inciso XXXIII que visa a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20, de 1998). Porém, apesar de todo esse aparato legislativo que protege crianças, a exploração desses sujeitos como mão de obra é uma constante em todo mundo.

Para além das repercussões estatísticas sobre o trabalho infantil e o uso da criança para trabalhos exaustivos, a discussão sobre esta temática abrange questões amplas. Estas estão ligadas tanto aos aspectos legais, no tocante à dimensão jurídica, quanto, aos aspectos de caráter físico, psicológico e social e educacional em que se insere o processo de ensino das crianças.

Por um lado, existe o ECA que lhes confere o status de sujeitos de direitos, determinando medidas de proteção e proibindo trabalhos que ameacem seu pleno desenvolvimento em todas as dimensões. Por outro lado, temos a inserção no trabalho em idade precoce defendida por muitos como forma de aprendizagem. Destaca-se esses diferentes pontos por identificar assim como a autora Neves (2009), que o trabalho infantil pode ser visto por diferentes ângulos e existem pontos que podem ser avaliados de forma positiva.

Nesse sentido, o desejo em abordar essa temática se deu durante a graduação no curso de Serviço Social quando pela participação em projetos de extensão foram realizadas várias viagens por comunidades rurais amazônicas e identificamos a

¹A OIT foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. É a única das agências do Sistema das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, composta de representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. A OIT é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações) As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico. O Brasil está entre os membros fundadores da OIT e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião (Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil (<http://www.oitbrasil.org.br>)).

constante presença de crianças no local de trabalho dos pais. A necessidade de compreender essa realidade nos fez querer entender melhor, a relação do trabalho infantil com o processo de socialização de crianças, especialmente em áreas rurais onde os pais tendem a transmitir aos filhos tudo que lhes foi ensinado.

Seguindo isso, o objetivo do presente estudo é compreender o processo de inserção/interação das crianças nas relações estabelecidas entre o trabalho que realizam na agricultura familiar a partir dos aspectos que permeiam a sua vida na comunidade rural denomina São Paulo da Valéria, situada no Município de Parintins, no Estado do Amazonas. Buscamos apresentar neste trabalho os aspectos históricos sobre elementos que circunscrevem o trabalho infantil no mundo e conseqüentemente no Brasil, as condições de trabalho, o lazer na comunidade, verificando as experiências e ações dos pais a partir do contexto do trabalho tanto na agricultura familiar como no turismo.

Para isso a presente dissertação encontra-se organizada em uma introdução e três capítulos e cada um deles traz uma discussão ao final sobre a categoria debatida e os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo realizada. A introdução traz uma breve descrição do trabalho e a estratégia metodológica utilizada para a realização do mesmo. No *capítulo 1*, intitulado - A infância e o trabalho infantil: dimensões históricas e teóricas - constam os aspectos históricos e teóricos sobre a infância e sobre o trabalho infantil, destacando a forma como se deu a construção de seus conceitos, enfatizando de forma breve como surgiu à problemática do trabalho infantil no Mundo e no Brasil e as formas legais de proteção que existem nos dias atuais. O *capítulo 2*, intitulado – Agricultura familiar e trabalho infantil: passado e presente refletidos na organização do trabalho – aborda sobre a agricultura familiar realizada na comunidade, bem como os cultivos agrícolas e criações feitos pelos moradores e a participação das crianças nesses processos e o trabalho infantil socializador. O *capítulo 3* denominado – O turismo em São Paulo da Valéria: o papel das crianças e o trabalho infantil – traz uma discussão acerca do turismo realizado na comunidade e a forma como está se organiza para receber os visitantes e o papel que as crianças desenvolvem dentro desta atividade.

No geral o trabalho traz uma discussão sobre a criança e problemática do trabalho infantil abordada a partir de diferentes perspectivas. Sabemos que várias são as formas de ver as atividades realizadas por crianças e que estas variam de acordo com o olhar de cada um. Assim buscou-se trazer o trabalho infantil aplicado em diferentes situações, tanto aquele definido de acordo com a legislação e que é considerado crime

como aquele que para muitos é uma forma de educar estando relacionado com o seu modo de vida.

1.1 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

1.1.2 - Local de pesquisa

A pesquisa intitulada “Infância e Trabalho na Amazônia: o paradoxo do cotidiano” foi realizada na comunidade São Paulo/Valéria zona rural de Parintins/AM, localizada à margem direita do rio Amazonas, distante há 4 horas de barco do município. A comunidade faz parte do local conhecido como Serra da Valéria, composta por oito comunidades: São Paulo da Valéria, Santa Rita de Cássia, Betel, Bete Semes, Recordação, Colônia Fé em Deus, Samaria e Lago do Barro. Diferentemente das outras, São Paulo da Valéria fica na parte baixa da serra e sofre com as cheias anuais dos rios, sendo portanto, comunidade de várzea.

A escolha deste local se deu por se tratar de uma comunidade com peculiaridades amazônicas e ao mesmo tempo por ter como característica que a difere das demais o seu potencial turístico e por receber anualmente a visita de navios estrangeiros vindos de vários lugares do mundo. O seu potencial turístico e a forte presença de crianças nos cultivos agrícolas e em atividades de turismo foram pontos que contemplaram a realização da pesquisa no local e nos permitiu identificar as diferentes situações de trabalho vividas pelas crianças em seu cotidiano. Além disso, em leituras sobre o local, indicações importantes de professores sobre suas peculiaridades e em outros trabalhos fora da universidade realizados no local, contribuíram para que a comunidade fosse definida como o local para pesquisa de campo.

1.1.3 - Tipo de pesquisa

A pesquisa teve abordagem qualitativa e através desta tivemos a possibilidade de compreender os fenômenos estudados em seus diversos contextos atingindo níveis de compreensão bastante satisfatórios. Na abordagem qualitativa “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, que o objeto não é um dado inerente e neutro, estando possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações” (CHIZZOTTI, 2001, p. 79).

O método possibilitou a maior compreensão da relação existente entre os

sujeitos pesquisados e o local onde vivem, a forma como orientam sua vida, a sua relação com a natureza e a utilização desta em seu cotidiano. Lüdke e André (1986) afirmam que este tipo de pesquisa é uma atividade de interesse imediato e continuado, assim a abordagem qualitativa buscou a complexidade do fenômeno, fatos e processos particulares e específicos.

No primeiro contato com os moradores fizemos a apresentação dos objetivos do estudo e a forma como este seria materializado a fim de que eles pudessem ter ciência da intenção e relevância da pesquisa.

Quanto ao método de investigação desta pesquisa, optou-se pelo Materialismo histórico-dialético associado às discussões teóricas pautadas na Sociologia da Infância, por ser uma área que busca entender a sociedade por meio do estudo da criança. Essa teoria defende a criança como ator social e a infância como uma categoria socialmente construída, como pontua Sarmiento (2008).

O autor enfatiza que é um projeto em curso cujo objetivo implica em apreender a subjetividade das crianças, reconhecendo-as como pessoa em condições específicas, bem como o “seu bem-estar, colocando a ênfase sobre a necessidade de conhecê-las a partir de si próprias, suas experiências, como forma de explicitar e conhecer mais a sua subjetividades, os modos como entendem, interpretam, negociam e se sentem em relação aos mundos materiais que tecem as suas vidas quotidianas” (SARMENTO, 2008, p. 69).

Quanto ao Materialismo Histórico-dialético, Gil (2007) afirma que este oferece bases para a melhor interpretação da realidade, uma vez que considera a dinâmica da vida em sociedade que é capaz de apreender os sujeitos em sua totalidade. O método de investigação sustentado em Karl Marx nos permitiu realizar o estudo considerando que os fenômenos se acham organicamente vinculados uns aos outros, e que nenhum fenômeno pode ser compreendido de maneira isolada, estes estão interligados e mantêm uma relação uns com os outros.

Assim, neste trabalho buscou-se compreender a realidade através de Marx, e por se tratar de um estudo cujos principais sujeitos foram as crianças, a Sociologia da Infância nos trouxe a ideia de criança enquanto sujeito de direitos e a infância como um tempo social da vida, destacando o protagonismo infantil. A criança enquanto sujeito, para a Sociologia da Infância, é dotada de historicidade e dialéticidade. Portanto a união do Materialismo histórico-dialético e a Sociologia da Infância situam a criança no campo da relação indivíduo-sociedade e que as contradições, a história e a cultura são

elementos presentes na vida humana.

1.1.4 – Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos deste estudo foram 14 crianças com idade entre 08 e 12 anos que residem na comunidade, que frequentam o ambiente escolar e participam das atividades agrícolas e turísticas. Os pais das crianças também foram fonte de informações uma vez que estes apresentaram seu pensamento sobre a infância, a participação de seus filhos nos processos agrícolas e sobre a sua participação no turismo. Os turistas também fizeram parte do nosso universo de pesquisa.

Para o autor Stropasolas (2012), ao tratar das informações dadas por sujeitos peculiares que são as crianças, devemos adotar inúmeras técnicas para que aquilo que estes oferecem seja captado em todos os sentidos, ou seja, não apenas aquilo que ouvimos, mas aquilo que vemos e sentimos das crianças devem ser considerados, e para isso destaca.

Para colocar em relevo os significados atribuídos pelas crianças ao que fazem, pensam e analisam sobre os diversos elementos componentes do seu cotidiano, torna-se muito importante ajustar as ferramentas metodológicas supostamente aplicáveis a sujeitos tão peculiares. Focalizar a vida cotidiana (Juan, 1991), adotar a prática do “olhar distanciado” proposta por Claude Lévi-Strauss, a empatia, a aceitação e a disposição em compreender a “alma de criança”, combinam-se nessa complexa interação entre os sujeitos envolvidos na investigação, na abordagem do cotidiano das crianças na família, na escola, no trabalho, na comunidade em que vivem, nos espaços em que se manifestam os jogos e as brincadeiras, nos ambientes em que se realizam as práticas, os ritos e os saberes vinculados especificamente às unidades familiares de produção agrícola (STROPASOLAS, 2012, p. 250)

Não apenas nas rodas de conversas, mas o seu cotidiano escolar, familiar e de brincadeiras foram observados para que se pudesse ter um maior entendimento sobre a infância vivida pelas crianças de São Paulo da Valéria.

A coleta de informações seguiu o preceito da replicação (YIN, 2010, p.78) para visualização da realidade vivenciada pelos sujeitos sociais, sendo considerada suficiente quando da ocorrência da repetição em nível de informações durante a aplicação das técnicas utilizadas para a pesquisa de campo.

Os objetivos da pesquisa foram apresentados aos pais e às crianças e então foram convidadas a participar do referido estudo, após o aceite e participação, os pais

assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), um para eles e outro autorizando a participação das crianças. Para preservar a identidade dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, utilizou-se de nome de pássaros da fauna amazônica para referir-se às crianças e de nomes de flores para referir-se aos pais.

1.1.5 - Instrumentos e Técnicas

O trabalho materializou-se através de viagens de pesquisa de campo até a comunidade e as técnicas aplicadas junto aos sujeitos. Foram realizadas quatro viagens até o local sendo a última realizada em dezembro de 2016. Em uma primeira viagem realizamos o levantamento de dados primários junto às famílias selecionadas para participar do trabalho, foi apresentado a proposta de pesquisa aos moradores, os objetivos e a forma com esta seria realizada.

Com os pais realizou-se entrevistas cuja finalidade foi ouvir sobre a sua visão em relação à sua infância e a dos filhos, sobre as leis brasileiras, sobre a participação dos filhos na agricultura e no turismo. Além de informações sobre os temas, a entrevista permitiu coletar dados sobre o perfil dos entrevistados. Com a permissão dos pesquisados, as entrevistas foram gravadas e os dados armazenados para futuras consultas ou dúvidas dos envolvidos na pesquisa. Estes materiais estão arquivados sob a responsabilidade da pesquisadora. Seguimos a dinâmica e ritmo dos entrevistados em diálogo com o pesquisador para a obtenção dos dados.

Para obter entrevista com os turistas foram formuladas perguntas escritas e traduzidas para o inglês, assim que eram abordados lhes entregávamos o folheto com algumas informações sobre a pesquisa e com as perguntas a serem respondidas. Em seguida recebíamos o material com as respostas em inglês para serem traduzidas para o português.

O Diário de campo permitiu registrar de forma escrita as observações feitas quando da aplicação das técnicas de pesquisa de campo. Foi fundamental para o acompanhamento de todas as técnicas, estando presente em todas as etapas de coleta de dados. Além da gravação das falas, anotações também eram feitas para que pudessemos direcionar as falas aos objetivos da pesquisa.

Com as crianças foram realizadas rodas de conversa, onde nos reunimos com as crianças em um único lugar e assim proporcionar a participação coletiva de debate acerca de determinada temática. Para Santamarina e Marinas (1995), o sujeito é sempre

um narrador em potencial, porém deve-se considerar em suas falas que este reproduz vozes, discursos e memórias de outras pessoas, que se associam à sua no processo de rememoração e de socialização e no caso da roda de conversa, é uma construção coletiva.

A observação direta segundo Chizzotti (2006), visa uma descrição fina dos componentes de uma determinada situação - os sujeitos, o local e suas significações, e as atitudes e comportamentos diante da realidade. Assim foi realizada em todos os momentos com todos os envolvidos, tanto as crianças, os pais e os próprios turistas foram observados de forma detalhada para que pudéssemos fazer uma maior descrição da realidade pesquisada.

1.1.6 - Procedimentos de análise

A análise das informações obtidas para este estudo se pautou nos procedimentos de análise de estudo de caso a partir do proposto por Yin (2010, p.154). Para o autor:

A análise dos dados consiste no exame, na categorização, na tabulação, no teste ou nas evidências recombinadas de outra forma, para tirar conclusões baseadas empiricamente. A análise da evidência de estudo de caso é especificamente difícil, porque as técnicas ainda não foram bem-definidas. Para superar esta circunstância, toda a análise de estudo de caso deve seguir uma estratégia analítica geral, definindo as prioridades para o que analisar e por quê [...]

Sendo o estudo de caso voltado à análise de eventos que ocorrem em um contexto de vida real possivelmente mais complexo é fundamental o desenvolvimento de uma explanação rica e completa, ou mesmo uma boa descrição do caso, respondendo às questões iniciais de “como” e/ou “por que” da pesquisa, isso exige do pesquisador bastante raciocínio (YIN, 2010, p.22).

Para esta pesquisa, utilizou-se a estratégia de seguir as proposições teóricas que levam ao estudo de caso, pois isto nos possibilitou a colocar em foco determinados dados e ignorar outros, a organizar todo o estudo de caso e a definir as explanações alternativas a examinadas. A análise dos dados obtidos durante as pesquisas de campo seguiu a lógica das considerações acerca dos objetivos da pesquisa, pois foi necessária a realização de um corte do real a ser estudado e compreendido em sua complexidade, nessa perspectiva, Goldenberg (2004, p.51) defende:

Seja qual for o método, qualitativo ou quantitativo, ele sempre dirige sua atenção apenas para certos aspectos dos fenômenos, os que parecem importantes para o pesquisador em função de suas pressuposições. A totalidade de qualquer objeto de estudo é uma construção do pesquisador, definida em termos do que lhe parece mais útil para responder ao seu problema de pesquisa. É irreal supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de tudo. Na verdade, o pesquisador acaba se concentrando em alguns problemas específicos que lhe parecem de maior importância.

Os dados foram analisados através dos conteúdos dos discursos dos entrevistados, a significação da vida cotidiana a partir de como o entrevistado apreende o ambiente em que vive e sua relação com o trabalho. Nessa direção, buscamos priorizar a interpretação feita pelas crianças inseridas em atividades desenvolvidas a partir da agricultura familiar e seus pais, assim, o olhar da criança foi analisado por meio da transcrição das falas. Sobre o estudo de caso Yin (2010, p. 39) assevera que:

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

De acordo com Gil (1999, p. 78) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo, exaustivo, de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo detalhado do mesmo” (GIL, 1999, p. 78). O estudo de caso considera a unidade social estudada como um todo, reunindo o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, objetivando apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Neste caso, pretendia-se apreender o máximo de informação possível dos sujeitos desta pesquisa, e assim entender seus posicionamentos a partir da realidade que estão inseridas.

1.1.7 Riscos e benefícios

Tomou-se como possíveis riscos o fato de as crianças não quererem participar, mesmo com autorização dos pais, devido ao fato de serem muito tímidas. Mesmo assim, houve a significativa participação das crianças e a maioria falou a respeito daquilo que era questionado. O mesmo risco foi atribuído à participação dos pais, porém a timidez não atrapalhou e estes responderam de forma satisfatória nossas perguntas.

Quanto aos benefícios destaca-se a informação levadas às pessoas a partir das pesquisas, pois ao serem questionados sobre determinadas questões referentes à legislação brasileira, ao mesmo tempo em que ficavam surpresos, também adquiriam conhecimento a respeito das mesmas.

CAPÍTULO 1

A INFÂNCIA E O TRABALHO INFANTIL: DIMENSÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS

Ao longo do tempo a história da infância, assim como seu conceito, sofreram mudanças. Esta passou por várias situações até chegar àquilo que é conceituada hoje. Em diferentes períodos da história da humanidade a infância foi sendo moldada e construída a partir das mudanças que ocorriam no interior das sociedades. Por mais que as diferenças físicas e biológicas diferenciassem crianças de adultos, isso apenas foi sendo percebido depois do século XVII, antes disso não havia a proteção e o sentimento de infância que hoje é externado às crianças.

Não muito diferente da infância, o trabalho infantil é algo que vem desde as sociedades mais antigas, mas somente ganhou grandes proporções com o advento da industrialização, quando as crianças foram inseridas nas fábricas, que juntamente com as mulheres realizavam árdua jornada de trabalho. Neste capítulo, será elaborada uma análise acerca destas duas categorias conceituais: infância e trabalho infantil, contextualizando-os historicamente.

1.1. O universo social e histórico da Infância: a construção do conceito

O termo infância é de origem latina e está relacionado à ausência de fala ou mesmo àquele que ainda não fala². Embora recente, a temática da infância já havia sido discutida por alguns dos principais fundadores da Sociologia³. Os teóricos deixaram importantes contribuições para compreensão não apenas do lugar atribuído às crianças nas sociedades, mas, sobretudo, o lugar que elas ocupam na tradição do pensamento sociológico e o porquê do reconhecimento tardio da infância.

No Brasil, a construção social da infância, segundo Veronese e Custódio (2013, p. 16) “foi secularmente reproduzida pelo olhar adulto, geralmente elitista e reprodutor das condições de desigualdade histórica, colocando a criança no lugar específico e necessário à imposição de seu poder”. Essa constatação começa a vir à tona em 1933,

² Infância, adj. Sentido próprio: 1) Que não fala, incapaz de falar; 2) Que não tem o dom da palavra; 3) Que tem pouca idade; 4) Criança. Às vezes, infans tem o sentido de puer, porque aos sete anos é que se considera terminado o período em que a criança era incapaz de falar (Cf. DICIONÁRIO ESCOLAR LATINO-PORTUGUÊS. 3.ª Edição. Rio de Janeiro. MEC / CNME, 1962).

³ Karl Marx (1818-1883), Max Weber (1864-1920), Émile Durkheim (1858-1917) e Marcel Mauss (1872-1950).

com a publicação da clássica obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande & Senzala*, na qual esse autor fez uma análise sobre a formação da família brasileira. Através desta obra o autor nos revela a percepção que se tinha em relação à criança durante o contexto do Brasil colonial e o lugar social ocupado por crianças indígenas, brancas e negras (PESSOA, 2015).

Na década de 40 foi a vez de Florestan Fernandes voltar seus estudos para a criança. Em sua obra intitulada *As Trocinhas do Bom Roteiro*, na qual buscou analisar os processos de convivência, a sociabilidade das crianças nos jogos e brincadeiras de rua e sua importância para a formação da personalidade da criança (PESSOA, 2015).

Enquanto tema de pesquisa, esta categoria ganhou espaço no momento em que Philippe Ariès realizou um trabalho na França em 1960, se propondo a entender o modo como viviam e pensavam as crianças daquela sociedade. O autor defende a ideia de que o sentimento que se tem hoje pelas crianças, de afeição, proteção e cuidado não é algo natural e nem antigo, mas sim algo atual e que é resultado de um processo histórico.

Na década seguinte, em 1974, surgiu a publicação do trabalho intitulado *A evolução da Infância*, de Mause (1991), obra na qual se propôs a estudar a evolução da infância. Para Ariès (1973) e De Mause (1991), a história da infância e as questões da aprendizagem humana já estavam relacionadas conceitual e socialmente. Ambos os autores supracitados destacaram em suas pesquisas a coincidência no tempo do descobrimento ou reconhecimento da infância moderna.

Para os referidos autores, as crianças eram tidas como um instrumento de manipulação ideológica dos adultos e, no momento em que estas apresentavam independência física, eram logo inseridas no mundo adulto, realizando atividades de adultos.

A ideia de infância na atualidade não pode ser desvinculada da história, das diferentes visões em torno da criança que contribuíram para sua condição atual. Ou seja, o conceito de infância tem sido construído historicamente e reflete os valores presentes nas sociedades em diferentes períodos. Assim “o ser criança enquanto ser social é produto de seu ambiente e agente ativo nos processos de mudança desse meio”⁴.

1.1 - História, Infância e criança

⁴Michel Foucault. *Vigiar e Punir*, 1987. Apud João Luiz da Costa Barros, 2015, p. 85.

De acordo com Philippe Ariès (1981), durante a Idade Média, antes da escolarização das crianças, estas e os adultos compartilhavam os mesmos lugares e situações, fossem eles domésticos, de trabalho ou de festa. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens e ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. “O movimento da vida coletiva arrastava numa mesma torrente as idades e as condições sociais [...]”. (ARIÈS, 1981, p. 275).

Na sociedade medieval não havia a divisão territorial e de atividades em função da idade dos indivíduos; não havia o sentimento de infância ou uma representação elaborada dessa fase da vida. A respeito disso, Philippe Ariès menciona que:

[...] o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significava o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes [...] (ARIÈS, 1981, p. 156).

De acordo com a afirmação do autor a infância tinha um baixo grau de dependência, assim sendo, logo iria ser inserida no mundo adulto. Desde cedo a criança tornava-se aprendiz dos ofícios da sua família e aprendiam profissões com as famílias e trabalhavam em oficinas, realizavam serviços pesados se tornando aprendizes, não havendo nesse momento lugar para a escola na transmissão de conhecimento, que era repassado de uma geração a outra. A casa da família medieval, de acordo com Ariès (1981), era um espaço aberto, no qual tinham livre passagem pais, criados, vizinhos, amigos, podendo se dizer uma casa grande, na qual a criança não possuía nenhuma consideração especial.

A partir século XV a infância e o sentimento da família começaram a se transformar lenta e profundamente, tendo nos séculos XVI e XVII, se percebido o primeiro sentimento de infância, surgido quando a criança se torna um objeto de distração e relaxamento dos adultos, sentimento que recebeu o nome de “paparicação”, maneira que encontraram mães e amas para definir esse sentimento, posteriormente transmitido a outras pessoas (Cf. ARIÈS, 1981). Manifestou-se uma aproximação da

criança com a família, passando nesse momento a família concentrar-se em torno da criança, aparecendo gradativamente o interesse pela mesma.

Neste novo contexto, a família passou a prezar mais os valores socioeconômicos. Foi quando a família começa a ter a necessidade de convivência privativa, ganhando espaço e percebendo que era preciso ter um pouco de privacidade e intimidade, começando a manter a sociedade à distância, passando a criança a conquistar um espaço junto a seus pais, sendo agora pensado em seu futuro e educação (Cf. REDIN, 1998).

A mudança do comportamento da família ocidental, em relação à criança, a partir do século XVII, não foi absoluta, se limitou a nobreza e a burguesia. Pois, no início do século XIX na Europa, a maior parte da população, a mais pobre, ainda vivia como as famílias medievais (ARIÈS *apud* REDIN, 1998, p.17).

Para Ariès (1973), é preciso ficar patente que o conceito de infância, tal qual é entendido hoje, inexistia antes do século XVII. Pois, mesmo com a transição da família medieval para a família moderna, durante muito tempo essa ideia de infância se limitou aos nobres, aos burgueses, e aos artesãos e lavradores ricos.

A construção social do termo infância demorou a ser reconhecida, como algo que diferenciava as crianças dos adultos. Ao longo da história, percorreu por muitos momentos em determinados períodos da humanidade, recebendo distintos tratamentos em função das diferentes relações que foram sendo estabelecidas aos longos dos anos.

Para Alba Barbosa Pessoa, em conformidade com Philippe Ariès, na Europa ocidental o processo não ocorreu de forma homogênea, pois houve resistência por parte do adulto em perceber a criança com um sentimento particularizado. Tal processo, levado adiante por padres, pedagogos e moralistas foi possível graças a instituições escolares (PESSOA, 2015).

Neil Postman (1999) considera a infância como uma invenção da Modernidade que, da mesma forma como apareceu ou foi concebida, pode estar prestes a desaparecer. Esse sentimento de infância que sofreu diferenciações históricas, políticas, culturais e sociais foi composto na Modernidade, perdurando no nosso imaginário até os dias de hoje, interferindo e regravando as concepções de infância⁵.

Para refletir sobre a construção da história da infância, tendo em vista a peculiaridade do ser criança como sujeito histórico no mundo social, Kuhlmann e

⁵Modernidade. Roney Fagúndez pontua que “a modernidade é, em suma, a superação do velho, para que possa nascer o novo. Deve ser entendida como uma busca permanente de superação dos velhos valores e de construção de uma sociedade fraterna [...] Não se pode denominar modernidade como um projeto já acabado. Está em permanente construção”. (FAGÚNDEZ, 2000, p. 6).

Fernandes (2004, p.15) apresentam uma definição do campo situado entre a história da criança e da infância. Segundo os autores, a história da infância seria compreendida como “a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos com essa classe de idade, e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si, e com os adultos, com a cultura e a sociedade”.

Em relação aos estudos referentes à infância, esta demorou a ser focada como objeto central de pesquisas, demorou mais tempo ainda para que as pesquisas considerassem em suas análises as relações entre sociedade e infância, entendendo a criança como sujeito histórico e de direitos. A busca pelas interpretações trazidas pelas crianças é objeto de estudo relativamente novo, que busca entender o complexo processo de construção social da infância.

Em relação à criança, Gisele Souza afirma que “a criança é sujeito social, investigado, observado e compreendido a partir de perspectivas investigativas e teóricas distintas” (SOUZA, 2007, p. 7). Segundo essa autora, as temáticas “criança e infância” estão hoje em destaque, não como pano de fundo, elas aparecem na relação do dia a dia das crianças com seus pais, em seus discursos, nas reflexões teóricas de perspectivas da antropologia histórica, da filosofia, da psicologia, e emergem dos olhares e lugares que os adultos assumem quando se referem aos pequenos.

Redin (2007) afirma que as concepções de criança e infância carregam histórias, ideias, valores, que se modificam ao longo dos tempos e expressam aquilo que a sociedade entende, em determinado momento histórico, por infância. Com isso, as práticas e as visões da infância e criança que cultivamos não são neutras, ao contrário, carregam as características históricas de seu momento.

O olhar sobre a infância e a criança e ainda sua valorização nas sociedades não ocorrem sempre da mesma maneira, e sim da forma como a organização de cada sociedade e suas estruturas culturais, sociais e econômicas estava no momento. Sônia Kramer (1994) evidencia que a ideia de infância aparece com a sociedade capitalista urbano industrial, quando a sociedade muda o papel social desempenhado pela criança.

Assim:

[...] se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa, ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Esse conceito de infância é, pois determinado historicamente pela

modificação das formas de organização da sociedade (KRAMER, 1994, p. 19).

Pensar a infância e a criança fora do contexto histórico é reduzir seus significados, significa considerá-la apenas como um organismo em desenvolvimento, ou simplesmente uma categoria etária, esquecendo-se de que a criança é um ser humano enraizado em um tempo e um espaço, uma pessoa que interage com outras categorias, que influencia o meio onde vive e também é influenciado por ele. Kramer (1986) explana que desnaturalizar a infância significa buscar o significado social dela, concedendo valor à criança como ser social que é, e não somente uma possibilidade.

Assim:

Conceber a criança como ser social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também dá valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo com sua própria inserção nesse contexto (KRAMER, 1986, p. 79).

Portanto, falar de crianças e da infância torna-se incompreensível fora dessas dimensões. A criança, que se torna sujeito de um processo, passa a ter e a fazer história, mesmo concebida e tratada diferentemente pela sociedade e em distintos momentos e lugares da história humana.

A concepção de criança e infância na qual esse autor acredita é a de que “ela é um ser histórico, social e político que encontra, nos outros, parâmetros e informações que lhe permitem formular, questionar, construir e reconstruir espaços que a cercam” (KRAMER, 1999, p. 277).

Maria Lúcia Machado (2002) salienta que a criança é um ser social, e que assim seu desenvolvimento acontece diante de outros seres humanos, em um espaço e tempo determinados. Dessa forma, a existência histórica e social é o que impulsiona o crescimento e desenvolvimento da criança e sua infância e também o referencial ao longo de sua vida. Isto implica considerar a criança um sujeito de direitos, um sujeito em pleno processo de formação. Manuel Jacinto Sarmiento sublinha que:

[...] as crianças são seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que

pertencem, a raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças (SARMENTO, 2004, p. 10).

Percebemos o quanto a concepção de criança e infância mudou ao longo da história, e vem mudando na atualidade. É importante dizer que criança pensa e vive o mundo a partir de suas interações com a sociedade, logo, se esta vive em constante transformação, não apenas os conceitos, mas também as percepções também irão mudar. Devemos então, ao falar da infância, considerar que esta é produto de um processo histórico e social na qual o adulto que com ela convive transmite a ela saberes e ensinamentos e que isso influencia diretamente nas suas mudanças e percepções.

1.2 - O começo de uma nova condição social das crianças no Mundo do Trabalho

A história do trabalho infantil é marcada por diferentes situações em diferentes períodos históricos. Embora este não fosse reconhecido como tal, e proibido por lei como é hoje, este já se configurava como algo imposto às crianças e que estavam distantes de ser algo ideal do seu desenvolvimento físico, psicológico e social. O termo “trabalho infantil” foi cunhado na Inglaterra, por ter sido naquele país o local do surgimento das primeiras leis, indicando a proibição do trabalho de crianças.

Durante a Antiguidade ocidental, por exemplo em algumas sociedades, a criança pertencia ao Estado e a educação oferecida para ela era, exclusivamente, para formação de guerreiros. Ao completarem sete anos de idade, estes eram treinados e instruídos para ser soldado (Cf. AZAMBUJA, 2004). Sobre essa educação voltada para a formação de guerreiros, Aníbal Ponce destaca o caso de Esparta, na Grécia antiga:

Na sociedade espartana a educação era voltada para as virtudes guerreiras, dessa forma, aos sete anos de idade a criança ficava em poder do Estado [...] o espartano vivia permanentemente com a espada em punho. Era tal o desprezo que vetavam a tudo que não fossem ‘virtudes’ guerreiras, que os jovens estavam proibidos de se interessarem por qualquer assunto que pudesse distraí-los dos exercícios militares [...] (PONCE, 1995, p. 40).

A assertiva nos revela que na Grécia antiga as crianças eram educadas de acordo com o que a realidade daquele tempo exigia. Em um período onde havia batalhas constantes, a formação de novos guerreiros permitia revelar características tidas como “virtudes”, assim como formar continuamente homens preparados para batalhas. Além disso, nenhum outro assunto poderia lhes ser repassado para que a sua

concentração dos exercícios da vida de futuros guerreiros, portanto, a sua educação e formação estavam longe de ser aceitável aos parâmetros do que vemos hoje.

Na Idade Média, o trabalho infantil, com exceção do trabalho escravo⁶, estava ligado ao complemento da mão de obra para o sustento familiar, sendo pouco comum o desenvolvimento do trabalho infantil para benefício de terceiros. No entanto, com a consolidação do Feudalismo, as crianças passaram a trabalhar nos feudos dos senhores feudais, assim como, nas corporações de ofício com os mestres artesãos, sendo muito comum, durante esse período, o trabalho infantil em troca do aprendizado de um novo ofício, comida ou moradia.

Nas sociedades antigas e medievais, não existia proibição legal no uso da força de trabalho da criança ou do adolescente, tanto no ambiente rural, quanto no ambiente urbano. No meio rural, sob a tutela familiar, a criança se ocupava de tarefas como capinar o terreno e guiar o rebanho. Na casa de terceiros ela era empregada na agricultura e em atividades domésticas. No espaço urbano seu ambiente de trabalho era a oficina do artesão, na qual desempenhava a função de aprendiz, ao lado do oficial e sob a orientação do mestre (NOGUEIRA, 1993).

Na Idade Moderna, a Revolução Industrial, promoveu profundas mudanças econômicas nos sistemas de produção. Foi nesse período histórico que o trabalho infantil foi evidenciado aos olhos do Mundo, quando as crianças passaram a fornecer sua mão de obra, em condições insalubres e penosas, trabalhando em funções exaustivas (VIANNA, 2004).

Friedrich Engels (2010) revelou que o trabalho de crianças foi utilizado nas maquinarias, com extensa jornada de trabalho, que durava entre 14 e 16 horas. Nesse tempo prolongado de exploração não estava incluído o horário de refeição. Para ele, o trabalho de crianças e de adolescentes foi recorrentemente utilizado a partir da invenção da máquina a vapor e a de tear fios, portanto coincide com o surgimento da história da classe operária na Inglaterra.

A título de exemplo da superexploração da força de trabalho infanto-juvenil, transcreve-se um trecho do depoimento prestado a uma comissão do Parlamento inglês, em 1816, pelo Sr. John Moss, antigo capataz de aprendizes numa fábrica de tecidos de algodão, onde as crianças eram obrigadas ao trabalho fabril:

⁶ Na Europa, “os escravos, ainda eram numericamente importantes até o século VIII” (FRANCO JR, Hilário. *O Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

“Eram aprendizes órfãos? — Todos aprendizes órfãos.
“E com que idade eram admitidos? — Os que vinham de Londres tinham entre 7 e 11 anos. Os que vinham de Liverpool, tinham 8 a 15.
“Até que idade eram aprendizes? — Até 21 anos.
Qual o horário de trabalho? — De 5 da manhã até 8 da noite.
“Quinze horas diárias era um horário normal? — Sim.
“Quando as fábricas paravam para reparos ou falta de algodão, tinham as crianças, posteriormente, de trabalhar mais para recuperar o tempo perdido? — Sim.
“As crianças ficavam de pé ou sentadas para trabalhar? — De pé.
“Durante todo o tempo? — Sim.
“Havia cadeira na fábrica? — Não. Encontrei com frequência crianças pelo chão, muito depois da hora em que deveriam estar dormindo.
“Havia acidentes nas máquinas com as crianças? — Muito frequentemente.⁷

A Revolução Industrial instituiu um caráter explorador ao trabalho infantil, que ao contrário das sociedades antigas e medievais, inseria as crianças em empregos como estratégia dos fabricantes para diminuir suas despesas com a forma de trabalho, uma vez que pagavam baixos salários a eles (NOGUEIRA, 2002).

Inicialmente, só as crianças abandonadas em orfanatos eram entregues aos patrões para trabalharem nas fábricas. Com o passar do tempo, as crianças que tinham famílias começaram a trilhar o mesmo caminho, trabalhando por longas e exaustivas horas, perdendo, assim, toda a sua infância (SILVA, 2009).

Elas começavam a trabalhar aos seis anos de idade de maneira exaustiva. A carga horária era equivalente a uma jornada de 14 horas por dia, pois começava às 5 horas da manhã e terminava às 19 horas da noite e os salários também eram bem inferiores, correspondendo à quinta parte do salário de uma pessoa adulta. Além disso, as condições de trabalho eram precárias e as crianças estavam vulneráveis a acidentes e doenças. Sobre isto Karl Marx assevera que:

O emprego das máquinas torna supérflua a força muscular e torna-se meio de emprego para operários sem força muscular, ou com um desenvolvimento físico não pleno, mas com uma grande flexibilidade. Fazemos trabalhar mulheres e crianças! Eis a solução que pregava o Capital quando começou a utilizar-se das máquinas [...] O trabalho forçado em proveito do Capital substituiu os brinquedos da infância e mesmo o trabalho livre, que o operário fazia para a sua família no círculo doméstico e nos limites de uma moralidade sã (MARX, 1973, p. 90).

⁷HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 20.^a Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 191.

A intensa jornada de trabalho gerava cansaço nas crianças, o que acabava diminuindo o ritmo das atividades. Dessa forma, a vida nas cidades trouxe grandes dificuldades para as crianças durante o processo de Revolução Industrial, que promoveu a exploração não só de adultos, mas também do trabalho infantil. Para Marx, um dos efeitos gerados pelo desenvolvimento do *Modo de Produção Capitalista* teria sido a exploração da força de trabalho de mulheres e crianças da classe operária (MARX, 1973).

Com o advento das máquinas e das grandes indústrias, o Capital promoveu a divisão manufatureira do trabalho. Tal divisão, por sua vez, adaptou a força de trabalho em diferentes graus de maturidade, força e desenvolvimento dos operários, que, dessa forma, passaram a ser classificados como “qualificados” e “não qualificados”. Isso porque o emprego das máquinas, ao “depreciar o trabalho do homem” descartando o “uso da força física muscular”, fez “aumentar o número de assalariados”, submetendo, assim, todos os membros da família dos operários, as mulheres e as crianças ao trabalho (MARX, 1973).

Ainda segundo Marx (1973), crianças e mulheres, além de serem mais “dóceis e maleáveis”, também custavam menos ao empresário capitalista. Por volta de 1860, enquanto um operário adulto custava entre 18 e 45 *xelins* por semana, três meninos de 13 anos de idade custavam entre seis e oito *xelins*. Tal vantagem era tão lucrativa que o empresário capitalista preferia usar o trabalho de mulheres e crianças ao invés das máquinas, pois acarretaria um aumento no preço da produção.

As dimensões históricas demonstraram diferentes situações em que as crianças eram inseridas ao mundo do trabalho, e tanto o caráter socializador e explorador do trabalho infantil puderam ser identificados nas discussões. Percebemos que, o grande vilão da história do trabalho infantil no mundo foi a Revolução Industrial, pois neste momento as crianças passaram a ser inseridas nos espaços insalubres das fábricas como mão de obra barata. Por mais que tenhamos identificado o trabalho infantil em sociedades antigas e medievais, o seu caráter nocivo e explorador escancararam-se com o surgimento das fábricas e do Modo de Produção Capitalista.

Um novo modelo econômico espalhou-se pelo mundo e, segundo Marx (1973), para os capitalistas, o uso da maquinaria representou um ponto estratégico para aumentar a oferta de mão de obra: lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho. Esse novo modelo de produção trouxe mudanças significativas ao tratamento das crianças se comparado ao tratamento que recebia no período

medieval. A produtividade passou a ser o foco principal dentro das fábricas e com isso a ascensão da burguesia e a exploração famigerada da classe detentora da força de trabalho, dentre a qual se inseriam até mesmo as crianças.

1.3 - A origem e evolução do trabalho infantil na história do Brasil

O trabalho infantil não é um fenômeno recente no Brasil, ele é resultado de um processo histórico, marcado desde o período da colonização, quando crianças eram levadas ao trabalho em embarcações e para grandes plantações, as *plantations*. Ana Paula Souza (2014) afirma que:

O trabalho infantil atravessa a história do Brasil, desde a colonização, do sistema escravocrata, da urbanização, da industrialização e da contemporaneidade. Como exploração da força de crianças e de adolescentes, historicamente é relacionada a uma infância pobre, a da classe trabalhadora brasileira (SOUZA, 2014, p. 52).

Os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, no entanto, as suas terras só começaram a ser povoadas por europeus, com o início da colonização, propriamente dita, a partir de 1530⁸, quando as crianças estiveram presentes, em especial os grumetes e pajens que chegaram com as embarcações portuguesas na condição de trabalhadores (RAMOS, 1999).

As crianças embarcadas como acompanhantes da nobreza ficavam encarregadas de realizar os serviços menos árduos que os prestados pelos grumetes, tais como arrumar os camarotes, servir as mesas e organizar as camas (RAMOS, 1999, p. 28).

Percebe-se que havia nessa época uma utilização da mão de obra das crianças legitimada pela sociedade. Logo, era algo extremamente comum a criança ser explorada sem haver qualquer preocupação quanto a sua fase de desenvolvimento. Desse modo:

O recrutamento dos pequenos grumetes variava entre o rapto de crianças judias e a condição de pobreza vivenciada em Portugal. Eram os próprios pais que alistavam as crianças para servirem nas embarcações como forma de garantir a sobrevivência dos pequenos e aliviar as dificuldades enfrentadas pelas famílias (RAMOS, 1999, p. 17).

⁸A chamada “expedição colonizadora”, sob o comando de Martim Afonso de Sousa, partiu do rio Tejo em dezembro de 1530 e chegou ao Brasil, em janeiro do ano seguinte, trazendo homens, sementes, plantas, ferramentas agrícolas e animais domésticos. “Uma das finalidades da expedição colonizadora consistia em averiguar quais as culturas que melhor se adaptariam aos solos brasileiros [...]. Em São Vicente foram, também, efetuados testes com sementes e plantas, tendo-se chegado rapidamente à conclusão de que a *cana-de-açúcar* [...] era a cultura adequada às características da terra vicentina” (COUTO, 1998, p. 217).

A Igreja Católica, através dos missionários, desenvolveu um papel importante para o fortalecimento do combate ao trabalho infantil. No Brasil se deu com a chegada dos padres jesuítas, em meados do século XVI⁹. Por trás das ações realizadas pelos padres estava o objetivo claro e certo de inserir a criança numa ideologia de caráter eminentemente cristão, utilizando o trabalho como algo que tornasse o ser humano bom, honesto e obediente. Desse modo, os padres jesuítas trouxeram o trabalho como algo que “salvaria” o ser humano e o conduziria para o céu, pois teria todo realizado algo útil e digno para a humanidade (CUSTÓDIO, 2009, p. 91).

Conforme Maria Luiza Marcílio (1999), com o surgimento das primeiras ações de caráter assistencial no Brasil, em 1582, foi criada a *Santa Casa de Misericórdia*, onde estabelece a missão de atender todas as crianças, através da “Roda dos Expostos”¹⁰, a qual será extinta tão somente na década de 1950 (MARCÍLIO, 1999, p. 51).

Entretanto, tal instituição explorava a mão de obra de crianças, sendo estas utilizadas para o trabalho de forma remunerada ou em troca de casa e comida. Assim, a Roda dos Expostos nada mais era que uma forma de legitimar novamente o trabalho realizado por crianças. De acordo com essa autora estas, na maioria das vezes, se encontravam na Santa Casa de Misericórdia na total miserabilidade.

O início da escravidão no Brasil aconteceu na primeira metade do século XVI, para dinamizar a produção de açúcar¹¹. Para tal, os negros africanos eram trazidos das colônias portuguesas na África, a fim de servirem como mão de obra nos engenhos de açúcar, e mais tarde nas minas de ouro ou diamantes.

Os filhos de escravos eram levados ao trabalho, assim que tivessem desenvolvimento físico para realizarem as atividades, além disso, como eram de propriedade dos senhores de engenho, também eram tratados como mercadoria e eram vendidos para outros senhores e separados dos pais ainda quando crianças.

⁹Em 1549, “participaram da fundação da cidade de Salvador, onde instalaram um colégio para meninos índios e filhos dos colonos” (MESGRAVIS, 2015, p. 25).

¹⁰Tratava-se de forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. A mãe ou outra pessoa colocava a criança que abandonava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar ao vigilante que um bebê acabara de ser abandonado, em seguida sai rapidamente do local para não ser reconhecido (MARCÍLIO, 1999).

¹¹A primeira força de trabalho utilizada na produção de açúcar nos engenhos, no período colonial, foi a dos índios, as quais aos poucos foram sendo substituídas pela mão de obra escrava africana (SCHWARTZ, 1988, pp. 57-73).

Conforme Mary Del Priore, a partir do momento que se passa a “coisificar” a criança, há a usurpação de sua fase de desenvolvimento e, conseqüentemente, de suas fantasias e direitos. Dessa maneira, “enquanto pequeninos, os filhos de senhores e de escravos compartilham os mesmos espaços privados: a sala e as camarinhas. A partir dos sete anos, os primeiros iam estudar e os segundos trabalhar” (Cf. DEL PRIORE, 1999, p. 101).

Publicado, em 13 de maio de 1888, a *Lei Áurea*, mesmo não possuindo o caráter trabalhista, foi um importante marco na história do direito no Brasil. De acordo com Godinho Delgado (2004), mesmo não havendo a proibição do trabalho infantil colocou um fim no sistema escravocrata brasileiro. Batista Cavalcante (2005) também afirma que somente com a abolição da escravatura no Brasil é que se iniciou alguma discussão acerca do trabalho da criança, e somente em 1891 é que a atenção ao trabalho infantil foi iniciada com a publicação do Decreto-lei n.º 1.313, datado de 17 de janeiro, primeiro diploma legal brasileiro dispendo sobre o trabalho das crianças e dos adolescentes nas fábricas.

Mais tarde, mesmo com a transição do trabalho escravocrata para o livre, no Brasil a ideologia do trabalho continuou sendo o elemento marcante para o chamado progresso da sociedade. Acerca disso, Mary Del Priore assevera:

A transição da escravidão para o trabalho livre não viria significar a abolição da exploração das crianças brasileiras no trabalho, mas substituir um sistema por outro considerado mais legítimo e adequado aos princípios norteadores da chamada modernidade industrial (DEL PRIORE, 1999, p. 91).

Ainda no século XIX, com o início da primeira experiência de industrialização no Brasil, há um número significativo de crianças trabalhando nas fábricas, o que acarretou uma infinidade de sequelas físicas e morte prematura, devido à falta de cuidados em relação às crianças. Desse modo, as condições de trabalho nas quais foram submetidas essas crianças eram desumanas, pois além da jornada de trabalho desgastante, e dos diversos acidentes de trabalhos ocorridos, estas eram submetidas à realização das atividades pesadas, assim como, estavam expostos a perigos, tal como as doenças em geral (Cf. MOURA, 1999).

Nesta época, o discurso dignificante do trabalho era de uma força sem tamanho, já que se fazia necessário utilizar da mão de obra infantil, pelos mais variados motivos,

tais como: os baixos salários, a ausência de reivindicação de direitos, o modo pelo qual ajudavam suas famílias, dentre outros (PAGANINI, 2008).

Conforme Irene Rizzini (2002), as crianças mais pobres sempre trabalharam no Brasil. Isso ocorreu com o advento da industrialização brasileira, quando ocorreu a implantação da indústria e sua conseqüente expansão, em que a fábrica tornou-se o destino para uma parcela significativa de crianças e adolescentes das classes menos abastadas.

Para Rizzini (2002), o trabalho infantil constitui, desde a experiência da escravidão, uma opção de mão de obra dócil, barata, adaptável e, sob a ótica do capitalismo atual, menos resistentes à exploração e mais suscetíveis aos trabalhos em que se estabelecem muitos deveres e poucos direitos, já que não faz parte dos impulsos da criança o ato de exigir e brigar por direitos, o que tornou mais fácil à sua constante exploração.

O início da República exigiu a construção de uma nova identidade para o Brasil, retirando as ações assistencialistas filantrópicas do âmbito particular e transferindo-as para o Estado. Assim ocorreram as mobilizações em defesa dos direitos dos trabalhadores, além disso, começavam a incorporar a defesa das crianças exploradas no trabalho, começando então a estabelecer discursos da importância do desenvolvimento profissional.

1.4 - Legislação e trabalho infantil: a origem dos meios de proteção

No Brasil, a criança passou a ser regulamentada pelo *Código Penal da República* de 1890, onde este previa o crime da vadiagem como modo de inserir a pequena parcela das crianças que ainda não estavam trabalhando, no interior das fábricas (MOURA, 1999).

No início do século XX, o discurso caritativo dá espaço ao discurso científico, baseado na leitura dos corpos e ainda na classificação dos “normais”, “anormais” e “degenerados” (PAGANINI, 2008). Tem-se com isso, o auge do discurso moralizador de que o “trabalho cura” o ser humano, logo, impõe-se na sociedade uma nova forma de legitimação do trabalho, ou seja, precisava-se “corrigir” os anormais e degenerados, e para isso a solução era o trabalho.

Havia a necessidade de reeducar e corrigir as crianças nessa época, entretanto, ensina Rizzini (1997) que não por acaso, pobreza e degradação moral estavam sempre

associadas, pois aos olhos da elite brasileira, os pobres, com sua aura de viciosidade, não se encaixavam no ideal de nação.

Desse modo, em 1927 foi criado, pelo juiz de menores do Rio de Janeiro, José Cândido de Mello Mattos, o primeiro *Código de Menores da República*, também conhecido por “Código Mello Mattos”, através do Decreto n.º 17.934-A de 12 de outubro de 1927. Segundo Veronese (1999), abandonou-se a postura anterior de reprimir e punir e passou-se a priorizar, como questão básica, o “regenerar” e “educar”.

Desse modo, chegou-se à conclusão de que questões relativas à infância e a adolescência deveriam ser abordadas fora da perspectiva criminal, ou seja, fora do Código Penal.

Em 1934, o Brasil adota uma nova Constituição Federal, na qual prescrevia a proteção contra a exploração do trabalho infanto-juvenil no país: trazendo a proibição do trabalho aos menores de quatorze anos de idade; do trabalho noturno aos menores de dezesseis anos de idade; e em indústrias insalubres aos menores de dezoito anos de idade.

Logo, ainda sob a vigência do Código de Menores¹² de 1927, foi criado o *Serviço de Atendimento ao Menor* (SAM), que visava amparar os menores desvalidos através do atendimento psicossocial mediante internação, pois desse modo, haveria a recuperação dos jovens já que estes estariam longe das más influências da sociedade.

Nesse período, as crianças e adolescentes são tratadas como seres influenciáveis, ou seja, não tinham a capacidade para definir seus desejos e anseios, mas outra pessoa, de preferência adulta, que seria o sujeito “certo” para decidir por eles. Em 1941, o SAM foi substituído pela Política Nacional do Bem Estar do Menor.

A Constituição Federal de 1946, trata de flexibilizar os dispositivos em relação à idade mínima para o trabalho, no sentido que atribuir aos juízes o poder de autorizar sua realização abaixo dos limites de idade mínima, aumentando para dezesseis anos o trabalho noturno.

Em 1960, houve uma profunda mudança de modelo e de orientação na assistência abandonada, pois se começava a fase do Estado do Bem Estar Social, com a criação da *Fundação Nacional do Bem Estar do Menor* (FUNABEM) e, em seguida, da *Fundação Educacional do Bem Estar do Menor* (FEBEM) em vários estados do Brasil.

¹²A lógica utilizada pelo Código de Menores era aparentemente simples: “se a família não pode ou falha no cuidado e proteção do menor, o Estado toma para si esta função” (FALEIROS, 1995, p. 54).

Desse modo, com a implantação do Estado do Bem Estar Social, o “menor” passa a ser assunto do Estado, onde este, por sua vez, tinha como importante missão orientar a infância desvalida como modo de defesa da sociedade utilizando como instrumento a ideologia da segurança nacional.

A Constituição Federal de 1967, seguida pela Emenda Constitucional n.º 1 de 1969, modificou a idade mínima para o trabalho, que passou a ser de 12 anos, significando um retrocesso em relação a outros países. Em 1979 foi criado o segundo *Código de Menores*, o qual se diferencia pouco do primeiro, constituindo-se basicamente a partir da Política Nacional do Bem Estar do Menor, adotada em 1964 e ressaltando a cultura do trabalho legitimando todo tipo de exploração de crianças e adolescentes.

Com o fim do Regime Militar, em 1985, e devido à organização dos vários movimentos sociais, mais uma Constituição Federal foi elaborada no Brasil, entrando em vigor em 1988, a qual incorporará uma série de garantias destinadas às crianças e aos adolescentes.

A promulgação da *Constituição da República Federativa do Brasil*, em 5 de outubro de 1988, incorporou a concepção dos novos direitos de crianças e adolescentes, trazendo entre seus princípios a democracia participativa e a formulação de políticas públicas como ferramentas para a garantia de direitos humanos.

Desse modo, a nova Constituição Federal trouxe em seu Artigo 6.º os direitos sociais, tais como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, à previdência social, à proteção a maternidade e à infância, bem como à assistência aos desamparados. Nesse sentido, o Artigo 227 dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Em 1990 foi criado o *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*, através da Lei n.º 8069, de 13 de julho de 1990, trazendo um conjunto de normas disciplinadoras dos direitos fundamentais de crianças, destinando-se a implantação do sistema de garantias.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 67, I, III, IV), há a proibição do trabalho penoso, daquele realizado em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do adolescente em horários e locais que não permitam a frequência à escola aos adolescentes menores de dezoito anos.

Dessa maneira, a partir de 1988, surge a responsabilidade da família, sociedade e Estado em lutar pelos direitos das crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de direitos em fase de desenvolvimento. Assim, o Estado assume a responsabilidade em assegurar e efetivar os direitos fundamentais, não devendo mais atuar como antes, com repressão e força, mas com políticas públicas de atendimento, promoção, proteção e justiça.

Em 1994, o Brasil então começaria a viver uma experiência singular para a prevenção e erradicação do trabalho precoce com a criação do *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*, uma vez que:

Se constatava que no Brasil havia uma importante lacuna: carecíamos de uma instância que tivesse por objetivo a articulação de diferentes setores da sociedade que tinham estratégias, movimentos comuns, evitando, assim, a duplicação de forças, o que poderia inclusive dividir o esforço de erradicar o trabalho infantil. (PASSETTI, 1999, p. 270).

Enfim, o Brasil avançou bastante na formulação de políticas públicas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil tanto com implantação de programas como também por meio de Fóruns de Prevenção do Trabalho Infantil (CUSTÓDIO, 2009). Veronese e Custódio (2013, p.18) afirmam que “o reconhecimento da criança como sujeito de direitos é uma conquista muito recente no Direito brasileiro, pois, durante o maior período da história brasileira, encerrava-se apenas como uma promessa de futuro”.

Diante da análise de todo o histórico abordado pode-se visualizar os avanços que ocorreram em relação às leis que proíbem o trabalho às crianças, bem como a sua exploração. Percebemos então que o trabalho pode ser de grande importância ao ser humano, no entanto este deve ter corpo e mente preparados para poder realizá-lo, não havendo o trabalho infantil, uma vez que este não mede a dignidade de uma criança.

Cabe àqueles que protegem e desenvolvem políticas de proteção considerar o caráter socializador de muitas atividades desenvolvidas por crianças, principalmente na

região amazônica, pois trata-se uma característica peculiar desta região. É importante ver e ouvir os anseios das crianças, para assim julgar aquilo que estas realizam.

A prática do trabalho infantil é um fenômeno antigo, que se encontra arraigado com uma série de valores culturais bastante rígidos que se diferem de uma sociedade para outra. Sendo assim, somente estudos minuciosos e a continuidade de um movimento em defesa dos direitos da criança, por meio de uma ação nacional integrada, será capaz de proteger a população infantil contra qualquer tipo de exploração.

No entanto, devemos destacar ainda o fato da realidade atual ser permeada por cotidianos diferentes, formas de educar diferentes, conhecimentos diferentes e conseqüentemente formas diferentes de lidar com questões relacionadas ao trabalho. Esta pesquisa traz em suas discussões diferentes pensamentos quanto à questão do trabalho infantil.

No capítulo seguinte destacaremos o local onde a pesquisa se materializou, enfatizando o trabalho infantil de caráter socializador cuja finalidade está dentro das formas de educar, de transmitir saberes e que também faz parte do paradoxo existente no cotidiano amazônico uma vez que trata-se de um lugar peculiar, com um modo de viver guiado pela natureza e pelas formas tradicionais existentes nesta região.

CAPÍTULO II

AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO INFANTIL: PASSADO E PRESENTE REFLETIDOS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira apresenta a comunidade São Paulo da Valéria, *locus* da pesquisa. Em seguida buscamos conceituar a agricultura familiar destacando suas características relacionando-a com as atividades desenvolvidas no cotidiano da comunidade. Na sequência destaca-se os cultivos e as criações realizados no local de pesquisa e a participação das crianças nos processos agrícolas como socialização dos saberes. Na quarta seção, busca-se analisar a experiência de trabalho na geração dos pais, pontuando a sua infância e a sua relação com o trabalho agrícola. Por fim trataremos a experiência da geração atual, destacando suas brincadeiras, seus desejos e sua experiência com o trabalho na roça.

2.1 - Comunidade de São Paulo da Valéria - AM: a organização e o modo de vida

Sob a ordem da Igreja Católica, as comunidades foram criadas para a difusão do catolicismo oficial no meio rural, as quais inicialmente surgiram como comunidades rurais de base, sob responsabilidades das Congregações Marianas (criada em 1957) e dos Movimentos Eclesial de Base (incluindo Parintins-AM, Barreirinha-AM e Maués-AM) (CERQUA, 2009). São Paulo da Valéria-AM está organizada de acordo com as chamadas comunidades, criadas a partir da década de 1950.

Sabe-se que a organização, as peculiaridades, a religião, o alimento e a forma de se relacionarem se diferem de um lugar para lugar. No entanto, em qualquer lugar onde exista, mesmo com diferenças culturais, um grupo de pessoas que compartilham o mesmo espaço, haverá uma relação, que pode ser de convívio ou não.

Em São Paulo da Valéria - AM observamos que há a participação de todos quando o assunto são decisões relacionadas à comunidade ou mesmo em assuntos particulares, pois para os moradores ajudar uns aos outros é fundamental. Assim, as pessoas que ali residem, denominam o local como *comunidade*, pois mantém entre si uma relação que às vezes vai além de ser apenas de vizinhança. A respeito da definição de comunidade, Charles Wagley pontua que:

Por toda parte as pessoas vivem em comunidade – em bandos, em aldeias, em núcleos agrícolas, nas pequenas e grandes cidades. [...]. É

nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas (WAGLEY, 1988, p. 44).

Ainda, sobre a definição em pauta, o citado autor, afirma que “todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais” (Idem). O autor define de forma simples, que viver em comunidade está atrelado ao fato de as pessoas viverem em grupos nos quais compartilham, em geral, todos os valores culturais. No entanto, nestes lugares as pessoas criam vínculos, adotam regras de convivência dentro de suas peculiaridades locais.

Para além destas definições, Socorro Chaves e Talita Lira (2016) ao realizarem um estudo sobre a organização sociocultural e política de comunidades ribeirinhas destacam que o conceito de comunidade tem sido muito debatido no âmbito das ciências sociais, e que este conceito reúne agentes sociais, combinando e absorvendo instituições, grupos e diferentes segmentos.

As autoras sustentam seu pensamento a partir de Max Weber, o qual analisa o conceito de comunidade a partir dos significados de “relação social”, podendo denominar-se de “relação comunitária” ou “relação associativa”. Assim sendo, transcrevem:

Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social repousa no *sentimento* subjetivo dos participantes de *pertencer* (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo. Uma relação denomina-se “relação associativa” quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num *ajuste* ou numa *união* de interesses racionalmente motivados (WEBER, 1973, p. 25. *Apud* LIRA e CHAVES, 2016, p. 68).

A afirmação de Weber destacada pelas autoras defende a característica própria a toda relação social que é a tensão entre valores e ideias opostas que se cruzam e dão a base para a construção da visão de mundo de um grupo social. A comunidade se constitui como um espaço onde se estabelecem a construção de identidades sociais que podem ou não ser comuns e é o espaço em que se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos (CHAVES, 2001).

Ainda sobre comunidade, Brancaleone (2008, p. 99) sustentando seus estudos em Ferdinand Tönnies, toma como base a diferenciação entre comunidade e sociedade. “Por relações comunitárias (*gemeinschaft*) Tönnies entendia toda vida social de conjunto, íntima, interior e exclusiva. As relações societárias (*gesellschaft*), ao contrário, se constituiriam justamente como a sociabilidade do domínio público, do mundo exterior.

Brancaleone (2008) destaca que a teoria de Tönnies foi formulada a partir das relações sociais mantida entre os indivíduos, assim há diferenças entre a teoria da sociedade e da comunidade. “Na comunidade os homens permanecem unidos apesar de todas as separações, já na sociedade permaneceriam separados não obstante todas as uniões (ibidem: 65)” (BRANCALEONE, 2008, p. 101).

A sociedade, na argumentação de Tönnies, segue a linha de Karl Marx, e se constitui essencialmente sob a hegemonia dos capitalistas, assim tem-se neste grupo a vontade arbitrária, interesses particulares. A comunidade por sua vez possui uma relação de corpos, de vontade essencial, com relações pessoais, emocional e constituída de cooperação, costumes, religião (BRANCALEONE, 2008).

Zygmunt Bauman por sua vez, ao teorizar sobre comunidade, aborda a relação existente entre modernidade e comunidade. O autor localiza na Revolução Industrial e na formação do Estado-nação o processo de desconstrução da ideia de comunidade. Em suas análises o autor destaca que a modernidade impacta profundamente as relações sociais, transformando a orientação para os interesses coletivos como algo desafiador, pois esta estimula o individualismo, fazendo com que os significados das relações sociais percam o sentido (BAUMAN, 2007).

A ‘comunidade’, como uma forma de se referir à totalidade da população que habita um território soberano do Estado, parece cada vez mais destituída de substância. [...] A exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias inspira e promove a divisão e não a unidade. Incentiva as atitudes competitivas, ao mesmo tempo em que rebaixa a colaboração e o trabalho em equipe à condição de estratégias temporárias que precisam ser suspensas ou concluídas no momento em que se esgotarem seus benefícios (BAUMAN, 2007, pp.08-09),

O autor elabora seu pensamento sobre comunidade dentro dos parâmetros de convivência na Modernidade. Ele relaciona a exposição das pessoas à lógica capitalista, lógica pautada no consumo e na competitividade, retirando do conceito de comunidade a colaboração, o interesse comum antes destacado. Essa conceituação de comunidade a

partir de diferentes concepções nos permitirá entender a dicotomia na relação social existente entre os moradores do local desta pesquisa, uma vez que esta muda a partir de atividades realizadas durante a temporada de turismo que se realiza nessa localidade.

Apesar de se definirem enquanto comunidade, em nossas observações foi possível constatar as diferentes definições referentes à comunidade pontuada pelos diferentes autores. Ao mesmo tempo em que vivem em comunidade cotidianamente, quando se trata das atividades turísticas a realidade muda e passam a se relacionar de acordo com a hegemonia capitalista, deixando a convivência em comunidade, passando a conviver de forma arbitrária e individual.

A comunidade de São Paulo da Valéria está localizada geograficamente num lugar denominado de Serra da Valéria, no Município de Parintins, à margem direita do rio Amazonas. A Valéria é formada por oito comunidades: São Paulo, Santa Rita de Cássia, Betel, Bete Semes, Recordação, Colônia Fé em Deus, Samaria e Lago do Barro.



Imagem 01- Vista parcial de Comunidade São Paulo da Valéria. Fonte: Pesquisa de campo 2016.
Foto: Nadma Azevedo, 2016.

É importante enfatizar que algumas das comunidades pertencem a áreas de *terra firme* e outras estão em áreas alagadiças, ditas áreas de *várzea*¹³, que todos os anos sofrem influência direta das *cheias* e das *secas* dos rios (enchente e vazantes).

São Paulo da Valéria é uma comunidade tradicional¹⁴ muito conhecida no Baixo Amazonas. A comunidade existe desde 1972, data de seu reconhecimento oficial, como

¹³ “Considera-se como várzea do rio Amazonas a planície inundável de depósitos holocênicos, diferindo da terra firme, que são as proporções mais elevadas nunca inundadas pelo rio” (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI. 2007, p. 13).

consta no *Livro de Ata de Reuniões dessa Comunidade*. Segundo o atual presidente da comunidade, José da Silva (55 anos), quando decidiram reconhecer o lugar como comunidade, nela já residiam 14 famílias pequenas, que então se organizaram, realizaram reuniões, elaboraram um documento, e com a ajuda do bispo da época, D. Arcângelo Cerqua, conseguiram tal realização. O senhor Cravo (86 anos) um dos moradores mais antigos da comunidade, que faz parte dessas, primeiras 14 famílias, relata como se deu a origem desse lugar, isso antes da data de sua fundação.

Eu moro aqui a minha vida inteira, e os mais antigos contavam que a primeira moradora neste lugar foi uma mulher [ainda] no tempo da Cabanagem. Ela veio se esconder da revolta com algumas pessoas. Antes disso aqui era um esconderijo. Aqui ficaram por muito tempo escondidos, mas não era assim isso aqui não, era só mato mesmo, depois disso, de muito tempo mesmo, que a comunidade se deu, por isso é que o nome é Valéria, por que era uma mulher que encabeçou o lugar como esconderijo (Depoimento de Cravo, 86 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Muitas são as histórias contadas sobre a comunidade, no depoimento o morador relata sobre a vinda das primeiras pessoas para a região da Serra da Valéria, que segundo o mesmo pode ter originado os esforços para a fundação da comunidade.

Naia Guerreira Dias (2016), em pesquisa realizada em São Paulo da Valéria, destaca que “o processo de institucionalização da comunidade foi gradativo. Mas o fator preponderante foi a ação coletiva das famílias que ali se fixaram e passaram a ter com o socioambiente diferentes relações, vindo a construir representações sociais” (DIAS, 2016, p. 73).

A comunidade está localizada em área de várzea, uma vez que fica na parte mais baixa da Região da Serra da Valéria, sendo então denominada pelos moradores de “Boca da Valéria”. As famílias moram em casas do tipo palafita¹⁵, alguns moram em casas mistas, sendo madeira e alvenaria e todas ficam próximas umas das outras, sendo possível para os moradores e visitantes chegar até elas caminhando, isso no período de seca dos rios. Quanto ao acesso até a referida comunidade, este pode ser realizado via fluvial através de barcos, bajaranas e rabetas que percorrem o rio Amazonas ou via

¹⁴ Conforme o Decreto n 6.040/2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais são: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

¹⁵ Casas construídas com assoalho de madeira e ficam suspensas para se protegerem das enchentes anuais.

terrestre utilizando motocicletas que percorrem estradas que interligam a comunidade à cidade de Parintins-AM.

A área de abrangência de São Paulo da Valéria é composta por uma escola municipal, feita em alvenaria, uma sede para reuniões feita em madeira, uma igreja construída em alvenaria, um estabelecimento comercial, em madeira, que funciona com um bar (botequim) e sanitários em alvenaria para os turistas utilizarem.



Imagem 02, 03 e 4: Respectivamente Igreja Católica de São Paulo; Escola Municipal São Francisco e Bar da Comunidade – junho 2016. Fonte: Pesquisa de Campo/Nadma Azevedo/2016.

As atividades escolares são realizadas com uma turma na parte externa da escola e com outra na única sala de aula equipada que existe. Atualmente a comunidade conta com a presença de dois professores, um atua no pré-escolar e o outro no Ensino Fundamental (do 3.º ao 5.º ano). Todas as aulas são multisseriadas. O sistema escolar é regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação de Parintins e as aulas acontecem somente no horário da manhã, de 7 horas até as 11 horas.

Na igreja, aos sábados acontece o ensino do *catecismo católico* às crianças, e aos domingos a *missa* para toda a comunidade. Após a implantação do catolicismo oficial nas primeiras comunidades rurais em Parintins, a instituição dos santos padroeiros, sob a ordem das Congregações Marianas, nesses locais permitiu uma forma de poder da Igreja sobre os lugares, assim a primeira coisa que era criada nesses pontos eram uma capela que servia como encontro dos devotos. Em seguida, surgiam a escola, o campo de futebol e outros. (NASCIMENTO, 2016). A terceira imagem acima mostra o local denominado pelos moradores como um *bar*, o qual costuma ser utilizado principalmente durante as festividades do santo padroeiro.

Os comunitários realizam inúmeras atividades peculiares da região amazônica, dentre as quais se destacam a pesca e a agricultura de subsistência. Durante o dia as tarefas dividem-se entre homens, mulheres e crianças. O dia em que não vão para os

centros¹⁶ praticam atividades cotidianas como cuidar da casa, pescar, cuidar dos filhos menores. As mulheres lavam roupa, louças, limpam a casa, fazem a comida. Os homens normalmente são os responsáveis pelo provimento do alimento diário, no entanto, na ausência do marido, as mulheres também praticam a pesca.

Quanto à vida econômica da comunidade, essa se desenvolve a partir diferentes atividades, sendo a principal fonte de renda para a maioria, o programa *Bolsa Família*¹⁷. Além deste recurso, as famílias movimentam os ganhos oriundos das aposentadorias. Algumas pessoas trabalham de forma remunerada, tais como: a agente comunitária de saúde; os professores e a merendeira da escola. Outros têm sua fonte renda nos artesanatos, nas pinturas, na pesca e na venda de produtos proveniente da mandioca (farinha, tapioca, entre outros).

O principal meio de comunicação utilizado em São Paulo da Valéria é a telefonia móvel, por isso a maioria das famílias possui aparelho celular. Costumam também utilizar o rádio para obter informações. A energia é elétrica fornecida através do programa *Luz para Todos*¹⁸ e pagam mensalmente pelo consumo da energia.

A água consumida pelos comunitários não é tratada e vem de pequenos poços que existem na comunidade. Em algumas casas a água é encanada e vem de poços artesianos localizados na parte alta da comunidade, chamada de Serra da Valéria, e é distribuída através de canos. Outros utilizam a antiga prática de “carregar água” com o auxílio de baldes. O sistema sanitário utilizado pelos comunitários é a “fossa negra”¹⁹, apenas a Escola possui banheiro com sistema de “fossa séptica” e dois banheiros construídos para serem utilizados durante as festividades.

Quanto à religiosidade, trata-se de uma comunidade católica e a comunidade tem como padroeiro o santo que dá nome a mesma, São Paulo. A festividade em honra ao

¹⁶ Trata-se de uma referência ao “centro da mata”. Nome dado pelos moradores de São Paulo da Valéria, e região, aos locais onde realizam os cultivos agrícolas e a produção de alimentos.

¹⁷ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Os programas de transferência de renda representam o elemento central do Sistema de Proteção Social brasileiro e visa elevar o nível de escolaridade e de saúde da população (SILVA, 2008).

¹⁸ Programa Luz para Todos foi criado em novembro de 2003 por meio do Decreto 4.873 de 11/11/2003 com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país e levar o acesso para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural. É coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas em parceria com os governos estaduais (https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp).

¹⁹ “Fossa negra” é um modelo rústico escavada diretamente no terreno, ela não possui revestimentos. Os resíduos caem diretamente no solo, sendo assim eles podem se infiltrar na terra, contaminando o ambiente e tornando-se prejudicial à saúde. Diferente da “fossa séptica”, que é construída de cimento ou alvenaria e consiste em uma cavidade que represa o esgoto para que ele seja consumido por bactérias. A fossa séptica separa líquidos de elementos mais densos que possam conter o esgoto.

padroeiro acontece anualmente no mês de fevereiro. Durante a festa a comunidade recebe pessoas de outros lugares, tanto das comunidades vizinhas quanto de outras situadas no outro lado do rio Amazonas. Dentre as atividades realizadas no período da festa os comunitários destacam o momento religioso, para o qual todos se juntam com o esforço de trazer um padre para guiar o momento. Para este momento de devoção, em comunidade desse tipo, Charles Wagley, destaca:

Constituem mais do que simples associações dos devotos de um determinado santo, pois promovem a organização formal do povoado rural em que estão estabelecidas. Já que a maioria dos habitantes (tanto homens como mulheres) de uma aldeia são comumente membros dessas irmandades, seus dirigentes são os líderes naturais e os indivíduos de maior prestígio da comunidade (WAGLEY, 1988, p. 194).

Para que o evento ocorra, a comunidade organiza-se para tomar todas as decisões em conjunto. Há a presença de um presidente para presidir todas as situações referentes à comunidade, assim como da festa. O momento social acontece com festa dançante, vem cantores de diversos lugares para contribuir com a festa. Wagley (1988) destaca que em todos os lugares há uma devoção a um santo como forma de vínculo com os comunitários. Neste caso, para São Paulo da Valéria, é o momento de união entre outras comunidades para festejar o santo, reunir parentes que vivem em outras comunidades e dividir momentos de alegria.

Acontece durante as festividades torneios realizados pelos comunitários, o futebol é a modalidade principal. Vários são os times formados com diferentes faixas etárias, este divide-se ainda entre homens e mulheres. Os times variam entre os próprios moradores e outros vindos das comunidades vizinhas. Apesar de São Paulo da Valéria ter um campo de futebol, o torneio acontece na parte alta, na Serra, onde há um campo com melhor estrutura para receber os jogadores. Além da festa do Santo, outros momentos também são organizados pela comunidade em parceria com a escola, normalmente são datas comemorativas como dia das mães, festas juninas, dia dos pais e as festas de fim de ano com Natal e Ano Novo.

Assim como em outras comunidades amazônicas, São Paulo da Valéria é permeada por crenças ou superstições que também regem o modo de vida da comunidade. A crença na “lenda do boto”, do “curupira”, do “pé grande” e outros, que estão vivas no imaginário das pessoas. O modo de plantar, pescar e guardar apetrechos, tanto de pesca como de caça, são guiados pela crença que os moradores têm em relação

à natureza. Charles Wagley, em relação às zonas remotas, assevera que “são inúmeras as superstições que com relação à agricultura, saúde e outros setores da vida humana” (WAGLEY, 1988, p. 218).

Em São Paulo da Valéria as famílias fazem questão de manter viva entre as pessoas a sua crença nas fases da lua, na melhor época e horário para pescar ou ir caçar, assim como os horários para as crianças e mulheres tomarem banho de rio. O modo tradicional de cuidar dos familiares a partir de saberes tradicionais também é muito comum na comunidade. Sobre essas particularidades, Wagley (1988) assevera, também, que “destituído de conhecimentos a respeito dos solos, da genética das plantas e de outros princípios científicos da agricultura, o lavrador estabelece uma relação entre a fase da lua na época de plantação [...] a mãe relaciona a doença de seu filho com o olhar fixo de um forasteiro a quem atribui o “mau olhado” (WAGLEY, 1988, p. 218).

Os moradores das comunidades amazônicas estão imbuídos de saberes tradicionais, que assim como as técnicas de plantar e colher mantêm-se vivas por gerações, o que é uma característica deste lugar, visto que a ausência de acesso a explicações mais viáveis acreditam ser essas as suas verdades e assim seguem seus dias explicando as coisas que acontecem a partir de fenômenos da natureza.

A medicina tradicional é muito presente neste lugar, as mães preparam chás para curar “quebranto”, mal olhado, cólicas, dores de cabeça e outros e a maioria dos remédios caseiros são preparados a partir de ervas e plantas retirados da própria floresta. As famílias têm acesso a medicamentos produzidos em laboratórios e farmácias, para a maioria este tem eficácia quando associado à medicina tradicional. Para Wagley (1988):

Não obstante a sua origem, as crenças populares da Amazônia constituem um importante aspecto da concepção geral do homem rural, simples, associado, frequentemente determinam a aceitação ou rejeição dos conceitos científicos de importância vital para a transformação técnica do Vale Amazônico (WAGLEY, 1988 p. 218).

A vida na comunidade de São Paulo da Valéria é marcada por todas as características comuns da região amazônica, assim a ideia de comunidade inclui um sentimento muito forte de compromisso mútuo baseado em uma cultura homogênea, experiência em comum e acentuada interdependência. Aldenor Ferreira (2009) afirma que os traços fundamentais de uma comunidade rural é a homogeneidade, pequena população e atividade econômica agrícola marcada pela solidariedade vicinal São peculiaridades presentes na comunidade e dividida entre as pessoas, todos são muito

unidos, principalmente na hora de ajudar e tomar decisões. As pessoas são muito próximas, inclusive as casas, assim participam ativamente uns da vida dos outros, inclusive na hora de realizar o plantio e colheita de alimentos, afinal, entre as atividades que são comumente realizadas pelos moradores de São Paulo da Valéria – AM está a agricultura, é difícil encontrar um núcleo familiar que não realize algum tipo de cultivo agrícola.

2.2 - Agricultura familiar: construindo um conceito

No Brasil a agricultura compõe o setor primário da economia, tornando-se uma prática primordial no desenvolvimento das sociedades. Mazoyer e Roudart (2010) ao realizarem um vasto estudo sobre a história das agriculturas no mundo sugerem que essa prática existe há mais de 12 mil anos, tendo sido desenvolvida durante o Período Neolítico, sendo um dos processos constitutivos das primeiras civilizações, uma vez que todos os agrupamentos humanos já encontrados praticavam algum tipo de manejo e cultivo dos solos. O homem não nasceu agricultor, mas se tornou, a partir de suas necessidades e invenções. Sobre a invenção da agricultura esses autores disseram o seguinte:

Quando ele começou a praticar o cultivo e a criação, ele não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, mas domesticou um grande número delas. Não dispunha também de instrumentos anatômicos adaptados ao trabalho agrícola, mas os fabricou de todas as maneiras e cada vez mais poderosos. Enfim, nenhum saber inato ou revelado lhe ditava a arte e a maneira de praticar a agricultura, e graças a isso, ele pôde ajustar livremente os sistemas de cultivo e de criação extraordinariamente variados e adaptados aos diferentes meios do planeta, transformando-os de acordo com suas necessidades e de acordo com suas ferramentas (MAZOYER e ROUDART. 2010. p.70).

Os seres humanos primordiais eram nômades e buscavam diferentes lugares para retirar da natureza seus alimentos e outras coisas importantes para manter sua vida. No início, esse processo de retirada era feito de forma desorganizada e só com o passar do tempo foram sendo desenvolvidas as primeiras técnicas de cultivo, assim nascia a agricultura e, com ela, desenvolviam-se as primeiras civilizações.

Levando mais longe o olhar, pode-se observar que as formas de agricultura praticadas num dado momento variam de uma localidade a outra. E se estende longamente a observação num dado lugar,

constata-se que as formas de agriculturas praticadas variam de uma época para outra. Dito de outra forma, a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto às próprias observações. No entanto, apesar dessa diversidade, observa-se também que as formas locais de agricultura, praticadas numa região, numa época determinada, se parecem suficientemente, para serem aproximadas e classificadas numa mesma categoria (MAZOYER e ROUDART. 2010. p. 71).

De 800 a 1400 a. C., as ferramentas agrícolas permaneceram essencialmente inalteradas. Os primeiros colonizadores da América do Norte usavam arados que não eram diferentes nem melhores que os arados usados durante o Império Romano.

No Brasil, a agricultura iniciou na região Nordeste no século XVI, com a criação das Capitânicas Hereditárias e o início do cultivo da cana-de-açúcar trazida da Espanha e passou a ser o carro-chefe da agricultura brasileira e baseava-se na mão de obra escrava e em grandes latifúndios. José Graziano da Silva pontua que:

O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias. [...] todas as atividades produtivas da colônia giravam em torno em torno da agricultura e do comércio, praticamente não havendo indústrias. [...] O produto mudava de acordo com os interesses da metrópole: primeiro açúcar e, no fim da escravidão, o café (SILVA, 1985, p.22-23).

A cultura prioritária da cana-de-açúcar durou até o final do século XVII, quando os grandes engenhos não aguentaram mais os prejuízos causados pela monocultura. Com isso, as grandes fazendas começaram a apostar em outros produtos, como o cacau e o algodão. Já entre o final do século XVIII e o início do século XIX, o café surgiu como a nova força da economia nacional. Como o Brasil é uma terra fértil e foi colonizada de uma forma exploradora por Portugal, é correto afirmar que a história da agricultura nacional está intimamente ligada ao desenvolvimento do país (ALTAFIN, 2007).

Lamarche (1997), em relação à agricultura familiar, no caso brasileiro, esta é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, sendo influenciada principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Esta surge no Brasil como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial. “A agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileiras, com suas três grandes características:

a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura” (LAMARCHE, 1997, p.179).

Claudio Maia (2009) faz uma descrição sobre o termo agricultura familiar e a forma como este se consolidou e foi difundido na sociedade.

No século XVIII, graças às políticas de incentivo à imigração de trabalhadores europeus e ao trabalho dos colonos, formaram-se pequenas propriedades que constituíam um tipo de unidade familiar de produção. [...] Nos anos 1950, como resultado da ação política da esquerda brasileira, o conceito de camponês assumiu um viés político, marcando uma diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra que o opunham aos denominados latifundiários, grandes proprietários, senhores de engenho, estancieiros do sul, fazendeiros de café, seringalistas no norte. No ano de 1964, o Estatuto da Terra estabeleceu a propriedade familiar como base para a reforma agrária, e o Estado, no período militar, acabou privilegiando a grande propriedade geradora de divisas. [...] Em meados dos anos 1980, a retomada da organização dos movimentos do campo, apoiados em diferentes estratégias e perspectivas, representou uma pressão para que o Estado criasse políticas públicas que os incluíssem no processo de desenvolvimento. Finalmente, a partir da década de 1990, as pesquisas reconhecem o papel desempenhado pelo segmento social dos pequenos produtores na estrutura político-econômica do país, sugerindo a inserção das parcelas ainda excluídas do processo de desenvolvimento (MAIA, 2009. p. 86).

O surgimento da *agricultura familiar* e seus corolários *agricultores familiares* como personagens políticos é bem recente na história brasileira. Conforme Picolotto (2014), nas duas últimas décadas vem ocorrendo um processo complexo de construção da categoria agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores.

Em relação ao perfil da agricultura brasileira, contrariando o modelo patronal, refere-se à agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção e rentabilidade econômica, mas levam em consideração também as necessidades e objetivos de toda família. Neste modelo não há separação entre gestão e trabalho, sendo estes fatores intimamente relacionados e são tomados em conjunto, pois visam algo comum a todos (CARMO, 1999).

A agricultura familiar tem um lugar importante na vida das famílias da região amazônica, tanto na economia quanto para manutenção da vida. Assim como caça e pesca, a agricultura faz parte do universo das principais atividades rurais praticadas por

esta população. Os cultivos agrícolas feitos em roças distantes, chamadas por eles de “centros ou capoeiras” ou nos balcões suspensos²⁰ e quintais, envolvem o uso de diversos recursos naturais e em sua grande maioria tendo como principal objetivo a subsistência familiar e baseia-se na mão de obra da própria família e envolve a todos, tanto crianças como adultos. Os cultivos são, para a maioria, produzidos para serem consumidas, raramente é comercializado.

As formas de organização e estratégias utilizadas pelas famílias das comunidades rurais desta região, em sua grande maioria, na hora da produção pelas fazem parte da agricultura chamada familiar, modelo bastante comentado quando trata-se da região amazônica. “A agricultura familiar na Amazônia caracteriza-se como uma importante forma de organização de produção que associa família produção e trabalho nos diversos ambientes de produção terrestre e aquáticos” (FRAXE, PEREIRA e WITKOSKI, 2007. p.56).

De acordo com o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA* e o *Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO* (1996), a Agricultura Familiar caracteriza-se a partir de três pontos centrais: a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e, c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Podemos dizer então que para o agricultor familiar é aquele que estabelece como base a relação entre terra, trabalho e família e que é justamente a relação entre estes três fatores que diferenciam a agricultura familiar das outras formas de agricultura. Lamarche (1997) reforça que o produtor na agricultura familiar é aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção agrícola familiar, o que se traduz em uma atividade desenvolvida com uma ligação com a família.

O autor destaca ainda que no Brasil existe a predominância de dois modelos de agricultura: *agricultura camponesa de subsistência* e *agricultura familiar moderna*. Nos dois modelos, ressalva a predominância da mão de obra familiar enquanto estratégica. O autor entende que agricultura familiar é formada por uma diversidade de situações nas

²⁰ Estruturas suspensas feitas em madeira ou de canoas que não servem mais como meio de transporte e são utilizados como local para plantação de hortaliças.

quais opera a lógica familiar, evidenciado uma rica heterogeneidade e uma enorme capacidade de adaptação das explorações de tipo familiar em diversos países (LAMARCHE, 1997).

O agricultor familiar não é um personagem novo na sociedade contemporânea desvinculado do seu passado camponês, mas, ao contrário disso, os agricultores familiares seriam portadores de elementos de ruptura com o seu passado camponês, ao mesmo tempo em que mantêm algumas continuidades. Os agricultores familiares "são portadores de uma tradição cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida, mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade" (WANDERLEY 2003, p. 47-48).

Em comunidades rurais amazônicas a agricultura familiar é bastante comum e tem sido muito importante no que se refere ao principal meio de subsistência das famílias. Para Fraxe; Pereira e Witkoski (2007):

A origem da agricultura familiar amazônica está diretamente ligada aos indígenas, primeiros habitantes da região. Como conhecedores e detentores de uma rica herança sociocultural, estes povos foram e são incorporados aos novos grupos sociais que estabelecem através do processo de ocupação da Amazônia (FRAXE; PEREIRA e WITKOSKI, 2007. P58).

As técnicas de preparar a terra para receber as sementes, de tratar da plantação, o tempo para colheita e os processos utilizados para preparar os alimentos utilizados pelas famílias ainda seguem os modelos rudimentares. Pouco ou quase nenhum auxílio de tecnologia foi introduzido nos processos. O ciclo dos rios e as fases da lua também servem de orientação para as famílias cultivarem. Além disso, os sistemas agroflorestais²¹ também delineiam o uso da terra, os manejos e as formas de cultivos.

A agricultura familiar no Amazonas está baseada em Sistemas Agroflorestais diversificados segundo os quais ao delineados os mecanismos, as habilidades e as técnicas necessárias para o uso e manejo da diversidade dos recursos naturais. Esses sistemas asseguram e estabelecem os contornos das formas de produção e de consumo dos bens necessários à reprodução socioeconômica e cultural das unidades familiares de produção (FRAXE; PEREIRA e WITKOSKI, 2007, p. 55).

²¹ "Os sistemas agroflorestais tradicionais na Amazônia são constituídos por cinco componentes produtivos que são: roça, capoeira, quintal, extrativismo vegetal e animal e a criação animal (NODA *et al.*, 2002)" (FRAXE; PEREIRA e WITKOSKI, 2007. p.59).

Na comunidade São Paulo da Valéria-AM as famílias vivem basicamente da agricultura familiar, da pesca e caça, sendo esta realizada para consumo próprio e para o comércio de forma esporádica. Participam do processo todos da família, as crianças acompanham os pais em todas as atividades. A agricultura familiar pode então ser utilizada para definir a forma como as famílias da comunidade se organizam para produzir seus cultivos agrícolas, pois estes estabelecem uma relação entre a terra, a família e o trabalho, sendo estes os componentes principais na hora da produção.

2.3 - Os cultivos agrícolas e as criações em São Paulo da Valéria - AM

É comum nas comunidades amazônicas a prática de cultivo agrícola na roça entre as famílias como meio de subsistência. Na comunidade pesquisada pode-se observar cultivos fundamentais para a manutenção da vida daquelas famílias, tais como: mandioca, cará, milho, feijão, banana, maxixe e jerimum. Todos têm como principal finalidade a sustentação da vida, ou seja, são cultivados para o consumo familiar.

Quando a plantação de um desses produtos gera um excedente, eventualmente, vão para a comercialização. A mandioca é o principal cultivo agrícola das famílias, pois desta origina-se inúmeros outros alimentos como a *farinha*, que juntamente com o peixe, faz parte da dieta alimentar diária das famílias. O *tucupí* (caldo amarelo extraído da mandioca) e a *tapioca* (fécula comestível, extraída das raízes da mandioca ou do aipim) muito utilizada para fazer beijú e tapiquinha também são consumidos e comercializados com maior frequência em comunidades próximas.

O milho serve como alimento para a criação de aves que existe na comunidade e também para consumo das famílias. Do milho pode ser feito a *pamonha* (iguaria preparada com milho verde triturado, temperado com açúcar ou sal, depois cozido e enrolado na palha do próprio milho), *bolos* e *mingaus*, além de poder ser consumido cozido ou assado. Além dos cultivos feitos nas roças, árvores que dão frutos como manga, caju, taperebá e bacaba são comumente encontrados de forma aleatória pela comunidade, e também é consumido pelas famílias.

Na comunidade há também o cultivo de hortaliças como cheiro-verde (coentro, cebolinha e chicória) cebolinha e couve, porém, em pequena quantidade, só mesmo para consumo interno. Esse cultivo é realizado em balcões suspensos, também chamado de hortas, feitos próximos das casas.

A roça é o local onde, geralmente, são cultivadas espécies anuais durante períodos específicos (normalmente dois ciclos, dependendo da qualidade do solo); posteriormente, são deixadas em descanso, para a recuperação da fertilidade (Cf. NODA, 2002) e estes locais ficam distantes das residências das famílias e por isso são identificados pelos moradores de São Paulo da Valéria como centros. Por serem longe de suas residências, as famílias selecionam alguns dias da semana para ir até os locais de plantação, saem de casa pela manhã e só retornam ao final do dia, normalmente o trajeto é feito a pé pela maioria, outros utilizam-se dos cavalos para fazer o trajeto.

Ao retornarem para suas residências os moradores trazem diversos sacos ou paneiros²² com frutos, legumes e farinha colhidos e produzidos de suas roças. O transporte desses sacos e paneiros são realizados pelos próprios moradores na costa ou na cabeça.

Muitas atividades realizadas pelas famílias ainda seguem práticas antigas para realizá-las, a mais comum é quando as famílias fazem roçados para plantar seus cultivos. De acordo com alguns moradores, para plantar é preciso fazer campo, assim existe várias etapas para que esta ocorra. Assim:

Primeiro a gente faz campo, e pra isso tem que derrubar árvore. Depois faz a capina, algumas vezes o fogo é que limpa. Depois a gente prepara a terra cavando buraco. Quando é mandioca a gente coloca a planta, quando é outra coisa a gente coloca a semente, depois é só tratar regando. Quando tem chuva é melhor ainda. Isso a gente aprendeu com minha mãe, ela fazia isso e eu ensino para as crianças (Depoimento de Amarílis, 37 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Para Sandra Noda (2007), o emprego e a distribuição de trabalho, numa unidade familiar, são fatores extremamente importantes na manutenção da sustentabilidade do sistema produtivo assim, como todos os outros processos, as plantações são feitas por etapas, das quais são distribuídas entre os integrantes da família. Dona Rosa (46 anos) destaca a participação de todos durante a plantação de maniva (planta da mandioca).

²²Cesto feito de talas de arumã ou guarumã, é confeccionado em traçado hexagonal, formando "estrelas de Davi". A palavra paneiro é híbrida, vem do tupy - PANÁ (cesto) com o sufixo português - EIRO que expressa uso, finalidade e profissão (paná + eiro = Paneiro). Fonte: <http://pedropaulofloresta.blogspot.com.br/2011/06/paneiro.html>

Ah! Mas é muito bom, quando a gente vai para o centro é uma alegria só, todos ajudam na hora de limpar o campo, a gente capina. Para plantar a maniva primeiro a gente capina, depois cava e depois coloca a planta, depois disso a natureza se encarrega. A gente fica indo lá depois para ver a plantação. Quando é a época de colheita eu arranco a mandioca, até o pequeno ajuda na hora de descascar também. Agora fazer a farinha é comigo. Só é ruim porque é um pouco longe (Depoimento de dona Rosa, 46 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Neste trecho de conversa é possível observar a presença de ajuda mútua, o chamado *mutirão* ou *puxirum*²³ na hora da plantação. De acordo com Noda (2007), o trabalho produtivo nas comunidades é baseado na modalidade de *mutirão*, onde há parceria, onde a união costuma ser feita para a execução de atividades que demandam maior quantidade de mão-de-obra como plantio, colheita, *farinhada*. Esta é uma importante característica de comunidades rurais amazonas, principalmente nas que existe a agricultura familiar.

A família de D. Rosa é composta por cinco pessoas, o que é considerado pouco na hora da plantação, então “pedir ajuda” aos vizinhos configura-se como uma forma de contribuir na hora do plantio. Para Weber *apud* Ferreira (2009), “o vizinho é o típico prestador de socorro, e há nestes tipos de agrupamento fraternidade, na forma de ajuda mútua, baseados no interesse comum nascem várias formas de trabalho associado, tais como o *mutirão* e o trabalho de favor” (p. 55). Além disso, os vizinhos em São Paulo da Valéria quase sempre possuem algum grau de parentesco.

A referida comunidade está situada em área de várzea, área que corresponde à base da Serra da Valéria, local que sofre com as inundações anuais consequência do pulso de cheia dos rios, comprometendo, assim, a plantação, assim o local onde é realizado os cultivos agrícolas está localizado na parte de cima da Serra da Valéria, definido pelos moradores como centros. Tendo conhecimento do movimento das águas, os moradores se organizam para se adaptarem aos diferentes períodos, assim as plantas que demoram para ser colhidas são cultivadas em locais onde a água não chega.

Observamos que o trabalho agrícola realizado pelos moradores na referida comunidade configura-se como algo necessário para manter sua vida, tendo este como a principal finalidade a garantia de sua subsistência, a garantia de alimentar o corpo, de repor energias diárias, pois em geral o que se produz na roça, o que se caça, o que se

²³ “Prática costumeira e de raiz, envolve crianças, jovens e adultos de ambos os sexos para ajudar uma família” (MATOS, 2015, p. 211).

pesca é, em sua grande maioria, utilizado como alimento, não sendo este o seu principal meio para adquirir bens.

As entrevistas realizadas com as famílias que participam desta pesquisa nos revelaram que todos realizam cultivos agrícolas, seja em pequena quantidade, feitos nos balcões suspensos próximos as residências, ou mesmo em áreas destinadas ao plantio das roças. Do processo participam todos, inclusive as crianças, que segundo os pais se divertem ajudando com os trabalhos, que embora seja considerado ajuda, é para eles de suma importância para irem se familiarizando com as atividades rotineiras da comunidade.

Em São Paulo da Valéria as criações de maneira geral, assim como as pequenas plantações, são feitas próximas às casas. As criações vão desde as aves até o gado bovino. O mais comum é a criação de aves como patos e galinhas. A criação de gado acontece na parte de cima da comunidade ou do outro lado do igarapé da Valéria, situado bem à frete da comunidade, pois em São Paulo da Valéria não há campo ou alimento suficiente para os animais.

A pesca também é uma atividade comum a todas as famílias da comunidade. Durante a seca dos rios, conseguir o peixe para o almoço ou jantar se torna mais difícil, homens e mulheres, ou apenas as mulheres, têm que se deslocarem para lagos mais distante para pescar. Já durante a cheia a pesca é realizada no igarapé que passa na frente da comunidade, o chamado Igarapé da Valéria. Para os pescadores, a melhor época para realizar a pesca é durante a vazante, pois de acordo com Matos (2015) é nesse período que os peixes saem dos lagos para arribarem o rio grande, assim o conhecimento que o pescador tem é de que as bocas dos lagos vão se estreitando e eles ficam propícios para armarem as malhadeiras²⁴, exatamente onde os peixes devem passar.

Espécies como jaraqui, branquinha, surubim, tucunaré, bodó e o tambaqui são os mais capturados pelos moradores. Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que a grande maioria das famílias que residem na comunidade se alimenta de peixe todos os dias, sendo inclusive almoço e jantar. Dependendo do peixe pescado, este pode ser preparado das mais variadas formas: assado, frito ou cozido, e isso sem dúvida garante a alimentação das famílias.

²⁴ Rede de pesca bastante utilizada na região Amazônica para a captura de peixes em maior quantidade.

A pesca é feita com malhadeira comum ou tarrafa²⁵. As mulheres também realizam esta atividade. Diariamente homens ou mulheres saem em busca do pescado devido este ser o principal alimento consumido na dieta alimentar cotidiana dos moradores. Wagley (1988) pontua que:

A maioria da população da região amazônica brasileira ganha a vida por meio de técnicas e métodos que há muito foram superados em outras regiões do Brasil e na maior parte do mundo ocidental. [...] grande parte dessa gente provê a sua subsistência com uma agricultura primitiva ou, mais propriamente, lavoura, com caça e a pesca, com extração dos produtos naturais da floresta ou com um pouco de tudo isto (WAGLEY, 1988, p. 83).

Os alimentos tais como arroz, macarrão, café, açúcar e outros, são comprados mensalmente na cidade de Parintins ou, quando falta, os comunitários se deslocam até Santa Rita, uma comunidade situada na parte alta, a chamada terra firme, que não sofre alagação. Neste lugar a prática de comércio de alimentos é mais comum. As atividades citadas acima como pesca e agricultura, são em geral as profissões que os moradores definem para suas vidas e as crianças normalmente participam das atividades descritas.

Percebeu-se assim que o cotidiano dos moradores de São Paulo da Valéria está diretamente ligado a natureza tanto nos meios para subsidiar a vida com alimentos ou para ou para ensinar crianças e adultos a lidar com a mesma. Assim como na maioria das comunidades rurais Amazônicas compreendermos a forte relação existente entre o homem e a natureza, uma vez que este necessita dela para sobreviver, seja pescando e plantando ou para educar os filhos, pois a natureza também faz parte do cotidiano das crianças da comunidade, seja como alimento ou brincadeira, assim os pais tendem a ensinar os filhos tudo aquilo que servirá para sua vida futuramente.

2.4 – O trabalho em duas gerações: experiências de trabalho em São Paulo da Valéria - AM.

A infância é construída a partir dos momentos vividos, seja na família, na comunidade ou na escola através de experiências. A infância também é construída a partir das imagens e representações produzidas, pelos adultos que circundam o dia a dia

²⁵ Espécie de rede de pesca com chumbos presos na sua base. Ao contrário da rede de pesca comum, essas não precisam ser armadas nos rios, sim lançadas em cardumes de peixe pelo pescador e puxadas em seguida.

da criança. Neil Postman (1999) afirma que a infância é uma invenção moderna e que esse sentimento de infância que sofreu diferenciações históricas, políticas, culturais e sociais foi introduzido no imaginário de todos até os dias atuais que, de certa forma, baliza as concepções de infância.

Os agricultores familiares entrevistados em São Paulo da Valéria educam seus filhos baseando-se no que lhes foi transmitido pelas gerações passadas, e nem sempre estão de acordo com as novas exigências legais quanto às novas formas de educar as crianças.

Na atualidade vêm sendo construídos novos modelos de sociabilidade nas novas gerações, que apesar de muitas mudanças nas práticas, comportamentos e representações da infância no meio rural, os pais, procuram manter as bases educacionais que aprenderam em suas vidas, acreditando ser o correto a partir das experiências acumuladas e transmitidas através de gerações.

No entanto, os próprios pais percebem que a geração dos filhos está submetida a um novo estilo de vida, em decorrência de esforços legais e da institucionalização de políticas públicas que tendem a questionar e impor limite ao processo de socialização familiar, por exemplo: proibir o *trabalho infantil*, assim como, proibir que os pais efetuem os “tradicionais corretivos” por meio de medidas coercitivas.

Embora haja um esforço de se buscar meios para que comportamento e práticas sejam alterados, nas áreas rurais os pais acreditam naquilo que aprenderam e que isso é correto e que deve ser repassado aos filhos. Assim, surgem algumas indagações, por exemplo: como articular os direitos das crianças estabelecidos pela legislação vigente, com a agricultura familiar, que é fundada na organização do trabalho onde pais, mães e filhos são elementos fundamentais para a reprodução do sistema agrícola familiar? Será que os mecanismos utilizados na agricultura familiar influenciam nas formas particulares de formação de novos agricultores, de organização interna do trabalho e, conseqüentemente, trazem mudanças nos processos educacionais dos filhos?

O fato de se encontrar crianças como integrantes da força de trabalho, muitas vezes, é interpretado como um processo relacionado à formação de nova geração de agricultores familiares, uma forma de transmitir o modo de viver de seus antecessores. Também é preciso notar que o fato de a criança participar na agricultura familiar é percebido como algo natural, ou seja, os pais acreditam ser uma prática educativa e socializadora e preparatória para os filhos. No entanto é preciso que essa a “ajuda” dada aos pais com sua participação na agricultura, não ultrapasse certos limites que impede as

crianças de viverem como crianças: brincando, estudando e conhecendo o universo da imaginação, bem como de aprender a ser criança na relação com outras crianças.

Atualmente as crianças do meio rural participam tanto dos trabalhos nas lavouras, quanto em casa, mas nem por isso deixam de vivenciar atividades de lazer ou de ir à escola formal. Culturalmente, o trabalho detém expressivo valor para a educação da criança. Assim, os pais, diante das experiências de suas infâncias e das infâncias de seus filhos, acreditam que este processo seja uma maneira de formação pessoal de cada integrante da família e acúmulo de conhecimentos necessários à vida, os quais se aprendem fazendo no dia a dia, ao lado de seus pais e familiares adultos.

Observamos que em São Paulo da Valéria, nem mesmo a imposição de restrições que chegam por meio do aparato legal e das políticas públicas de controle do trabalho infantil impede os pais de transmitir seus conhecimentos e modos de vida, que liga o saber de hoje às gerações futuras. Assim, o desejo de querer para os seus filhos um futuro diferente ao que vivem no presente, estes homens e mulheres incentivam seus filhos a estudarem, a fim de que obtenham, tanto no presente quanto no amanhã, uma vida digna, tranquila, porém voltada aos saberes fundamentais de suas raízes, que é a vida no campo.

Assim não deixam de ensinar, de forma prática, levando os filhos para a roça, levando para o rio para pescar, para a mata para caçar ou mesmo ficando em casa e auxiliando a mãe nas atividades domésticas. Através das *rodas de conversas* ouvimos das crianças depoimentos sobre a sua infância, sobre o que gostam de fazer, brincar e o que desejam para seu futuro:

Eu brinco de *manja*²⁶, futebol, gosto de pescar às vezes com malhadeira. Eu aprendi só vendo meu tio. Eu pulo n'água, subo em árvore (Depoimento de Papagaio, 09 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Eu vou à cachoeira, pulo n'água e brinco de manja, jogo bola no campinho aqui de baixo. Eu gosto de plantar maniva também, é divertido (Depoimento de Japiim, 11 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

²⁶As crianças devem escolher um participante para ser a manja (pegador), que se esconde para contar até 20 enquanto os outros saem correndo. Depois de contar, a manja vai procurar os participantes que estão escondidos. Por sua vez, eles terão que tocar no local onde a manja estava contando e, sem ser pegos, devem gritar: "Furei!". Aquele que for pego será a nova manja (<http://mapadobrinca.folha.com.br/brincadeiras/esconder/301-manja>).

Eu gosto de brincar de bola, plantar macaxeira, planto jerimum. Brinco de manja coca, de subir nas árvores se balançar e pular n'água. Eu gosto de estudar também. (Depoimento de Carcará, 09 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Eu gosto de brincar de manja, de bola, queimada. Eu brinco na roça também, brinco de *gemerson*²⁷, subo em árvores, gosto de pescar e ir pra roça por que lá é divertido (Depoimento de Tucano, 10 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro de 2016).

As falas dos pais também destacam a participação das crianças nos locais de trabalho e retratam isso como forma de diversão para os filhos.

Ele brinca muito de bola, corre em tudo nessa beirada [margem do rio ou lago] brincando de manja. Hoje é mais brincadeira mesmo, até na roça. Na minha época *mais quando que era assim* [não era permitido]. Era só trabalho mesmo. E até para brincar tinha que pedir permissão dos pais. Hoje eles fazem o que tem que fazer na escola e já vão brincar (Depoimento de Begônia, 39 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Mas gostam de brincar, jogam bola, jogam bola, e pulam n'água, brincam de manja. É muito bom para eles, são crianças né? Na roça para eles é uma diversão, tudo é motivo de risada (Depoimento de Bromélia, 37 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Além dos tipos das “brincadeiras de crianças” registradas nas falas, há sempre um ponto ou outro que se reporta aquilo que estes realizam junto aos pais. Embora as crianças destaquem inúmeras coisas, o fato de ajudarem os pais na roça ou em outras atividades, também fazem parte do universo da diversão.

Além de elemento cultural, de transmitir seus conhecimentos às futuras gerações, o trabalho para os pais desta comunidade tem valor educacional. Segundo Mendes (2009), esta filosofia contou com intensa atuação metodológica das escolas católicas, as quais consagraram na mente dos homens de várias gerações que a única

²⁷Desenha-se um retângulo no chão com 2x1 metro, desenha-se em cada ponta deste do lado interno, um pequeno retângulo e um ao meio, somando ao total cinco retângulos, no retângulo do meio colocam-se cinco tampinhas de garrafas uma sobre posta à outra. Forma-se duas equipes, cada uma ficara a uma distância de 1,5 metros do grande retângulo, uma equipe ficara com uma bola por ordem do professor ou por decisão das mesmas. Um integrante da equipe que está de posse da bola deverá acertar as tampinhas de garrafas que estão no retângulo, não conseguindo será a vez da outra equipe, a equipe que acertar as tampinhas fazendo com que estas se dispersem devera colocá-las em todos os retângulos pequenos, ao colocar a última tampinha no ultimo retângulo (o central) devera gritar *gemerson*, enquanto isto a outra equipe tentara acertá-la com a bola, caso acerte um integrante da equipe que derrubou as tampinhas, este será eliminado do jogo se a equipe acertar todos os integrantes sem que estes coloquem todas a tampinhas e gritem *gemerson* esta ganhara o jogo. (<http://www.efdeportes.com/efd181/brincando-com-as-criancas-satere-mawe.htm>)

forma, e o melhor caminho para a socialização das crianças, seria por via do trabalho, ignorando completamente as vias do esporte, lazer ou a educação.

Este conceito está tão atrelado aos valores humanos, que se torna difícil substituí-lo por outra ideia, especialmente quando se trata de crianças que residem em área rural, onde os pais sustentam seus filhos a partir da agricultura familiar, que realiza a mesma atividade que era realizada por seus avós e por seus pais.

Tanto a infância dos pais como a dos filhos assemelham-se em determinados pontos, porém, segundo a fala dos pais, hoje está bem diferente do que eles viveram, isso devido ao fato de hoje terem mais liberdade para brincar, devido a obrigatoriedade de estarem matriculados na rede de ensino, coisas que na época da maioria dos pais não existia. Os depoimentos a seguir demonstram a similaridade existente entre a infância que tiveram e a que os filhos vivem hoje.

Eu trabalhava com a mamãe em juta e malva. Com 10 anos já ajudava, fazia de tudo um pouco. Brincava de lavar juta, *pulava n'água*, *pulava corda* e de *bole-bole*²⁸. Mas também trabalhava muito, plantava maniva. Em casa eu varria o terreiro. Estudei até aos 9 anos. Hoje eu ainda trabalho na roça, planto banana, maniva (árvore da mandioca). Faço farinha, beijú, carimã, tudo isso é para consumo, vender não adianta, não compensa, é melhor comer. Agora eu já lutei para que meus filhos não tivessem o mesmo futuro que o meu. Eu tenho um filho engenheiro (Depoimento de Alfazema, 50 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Minha infância foi de muito trabalho e brincadeira. Eu jogava bola, brincava de boneca. Na roça eu descascava mandioca, ajudava em casa também. Brincava mais era pouco, tinha que pedir permissão aí dava aquele horário e já ia ajudar a mamãe de novo (Depoimento de Hortência, 30 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Observa-se na fala como o diálogo e a relação entre pais e filhos eram mantidos a certa distância e, normalmente, os pais mantinham uma postura rígida e séria, pois até para brincar deveria haver permissão, coisa que hoje não existe mais, segundo os pais. Hoje, ao contrário, existe mais permissividade e dificuldade de imposição de limites, as crianças estão mais livres para escolhas. No entanto observamos também que há uma

²⁸ As crianças amarram uma pedra numa linha. Lançam a linha com a pedra, que se enroscam com a linha e a pedra do colega. Quem conseguir quebrar a linha ou derrubar a pedra do outro vence. Na região Norte do país, bole-bole é também o nome da brincadeira das cinco-marias ou jogo das pedrinhas. (<http://mapadobrinca.folha.com.br/brincadeiras/diversas/651-bole-bole>).

certa semelhança entre a infância que os pais tiveram e a infância que os filhos tem hoje.

As brincadeiras, a inserção da criança na agricultura, o tempo de estudar, de brincar e ajudar assemelham-se em determinados momentos, mas que se diferenciam no momento em que os pais falam da liberdade, do fato de as crianças hoje ocuparem mais tempo brincando e estudando do que ajudando os pais em casa ou na roça.

É evidente que a família continua como importante agente na socialização das crianças. Nesta fase em que estão na dependência dos pais, elas recebem toda carga perceptiva e emocional, compondo e delineando no cotidiano as subjetividades sociais e as maneiras que devem agir e estar no contexto social. Posteriormente, estas crianças começam a frequentar a escola, onde os horizontes se expandem, aumentando a carga de conhecimentos e o elenco de indivíduos a se relacionarem, abrem-se então as portas para o mundo social. Então, a família e a escola constituem-se os dois pilares como base que irão sustentar a construção social das crianças como seres sociais (NOGUEIRA, 1998).

Ao falarem do lazer dos filhos, os pais destacam as grandes transformações nas maneiras de brincar e se divertir. Na memória dos pais, são muitas as informações das maneiras de brincar quando crianças, das brincadeiras antigas, de produzir seu brinquedo, o que para eles se diferencia das brincadeiras dos filhos, pois hoje as crianças se fascinam pelo que vêm na televisão, não mais produzindo seu próprio brinquedo, coisa que segundo os pais, era comum na sua época. É importante destacar que as crianças têm também a companhia dos pais para brincarem, isso quando possível, mesmo que seja apenas da varanda de casa observando.

A socialização é um contínuo de aprendizados múltiplos, o qual sofre constantes transformações a partir do contato diário com outras pessoas. Os pais entrevistados em São Paulo da Valéria repassam conhecimentos e valores aos seus filhos, baseados nos modelos sociais impressos no seu cotidiano, a fim de interiorizarem os seus saberes e valores, tais como seus pais faziam ao ensinar-lhes a “pedir benção”, “dar bons conselhos” e a “obediência aos mais velhos”.

Segundo Friedmann (2012), as crianças vivem em universos “multiculturais” recebendo a influência de diversas culturas, sendo a partir da família, através de seus pais, da comunidade na qual estão inseridas e, ainda da escola e da cultura. Nessa perspectiva, cria-se formas totalmente diferentes de brincar em espaços distintos, as crianças vivem e revivem a história e as diferentes formas de brincar em diferentes

culturas, neste caso em São Paulo da Valéria, as crianças revivem não tudo, mas parte daquilo que foi vivenciado pelos pais. É possível identificar algumas brincadeiras semelhantes entre as que os pais realizavam e as que as crianças realizam hoje.

Constata-se que este processo de socialização passa pela transmissão de valores. No entanto, atualmente vêm ocorrendo significativas modificações no processo de socialização das crianças, filhas de agricultores familiares, bem como na formação cultural, em função das transformações sociais e econômicas que estas famílias vivenciam. Ainda que haja um esforço por parte dos pais de ensinar, educar e transmitir aos filhos aquilo que vivenciaram em suas infâncias, é possível verificar um redirecionamento no ambiente lúdico no meio rural, uma vez que mesmo as crianças mantendo contato com a natureza, também mantém contato com jogos eletrônicos e televisão, que de certo modo os afastam da realidade em que vivem.

Na perspectiva de Stropasolas (2010, p. 10), a socialização das crianças no meio rural se compõe por singularidades que se constroem por meio de interações intergeracionais. Possibilitadas pelos encontros comunitários, nos momentos de socialização, nos esportes e no lúdico, nos eventos culturais, bem como “nas relações de interconhecimento, ajuda mútua e na religião”.

Em contrapartida, encontra-se de outro lado, a integração das crianças na intimidade do lar, onde interagem e se relacionam com seus familiares e com parentes, num processo de sociabilidade e aprendizagem, ocasião que são destinados a cada membro, inclusive as crianças, a definição dos papéis a serem assumidos, diante do núcleo familiar.

O espaço destinado à socialização das crianças também é o ambiente escolar, local onde as crianças se relacionam com outras e com o professor, onde também realizam brincadeiras e trocam de experiências e aprendizado. A educação dos filhos é um reflexo daquilo que seus pais aprenderam. O desejo de ‘manter’ a mesma educação recebida na infância dos filhos segue esbarrando em diferenças marcantes, as quais se contrapõem a realidade vivenciada pelos pais em suas infâncias (MARTINS, 1993).

Uma criança não pode ser considerada como um ser social em sua plenitude, pois está em fase de construção. Esta construção só se faz a partir da ‘ação de socialização’ dos adultos que a rodeiam ou naquelas instituições aonde frequentam (STROPASOLAS, 2010). É nesta dinâmica, segundo Berger e Luckmann (1973), que as crianças se apropriam, integram e interagem com o mundo social, modelando cada

detalhe da sua vida, seja nos aspectos mais objetivos ou nas delicadas subjetividades, que irão compor sua identidade frente às pessoas da sociedade em que vivem.

O convívio entre os membros da família e com outras crianças, por meio de situações de brincadeiras, diálogos, reflexões sobre as experiências vividas, fazem parte dos processos de socialização da infância dos filhos de agricultores familiares de São Paulo da Valéria-AM.

É através das brincadeiras que as crianças da comunidade têm o seu primeiro contato com trabalho, acompanhando os pais na labuta diária. No início vão para brincar, e é durante esse brincar que vão aprendendo os passos do trabalho na roça. Sendo que através das brincadeiras as crianças constroem o seu mundo imaginário. Desta forma, realçamos a importância da valorização das brincadeiras infantis em todas as áreas. Constituindo assim, a ideia que as “Brincadeiras de áreas rurais têm algumas características particulares: acontecem em amplos espaços em contato direto com a natureza, fundindo-se dos elementos do entorno que motivam esses repertórios lúdicos.” (FRIEDMANN, 2012, p. 26)

São inúmeras as atividades de *faz de conta* que ocorrem em meio rural. Muitas destas atividades misturam meninas e meninos, como a brincadeira de manja, de gemerson entre várias outras que não possuem espaços delimitados. As atividades lúdicas que ocorrem em zonas rurais, geralmente são brincadeiras que envolvem brinquedos “criados e construídos com o que o próprio meio oferece: água, terra, plantas, árvores, bichos” (FRIEDMANN, 2012, p. 26). E como as crianças descreveram, a maioria das brincadeiras envolve água, árvores, e os próprios animais.

Observamos que a infância das crianças de São Paulo da Valéria e suas experiências com o trabalho caminham muito próximas. O seu primeiro contato com a roça é através da brincadeira, aonde de início vão por achar divertido, pela companhia dos demais, pela ajuda aos pais. E por mais que descrevam como brincadeira, os pais deixam claro que tudo isso é importante para as crianças, é uma forma de conhecimento, de aprendizagem, de preparação para o futuro.

Portanto, ao se espelhar nestas observações, verificamos que a realidade vivida pelas crianças de São Paulo hoje não se distancia muito daquilo que seus pais viveram quando crianças no sentido de terem a sua primeira experiência de trabalho desde muito cedo. O que identificamos através dos depoimentos foi a forma diferenciada de tratamento entre pais e filhos, pois hoje existe muito mais a questão do afeto, de uma relação mais sutil, algo que segundo os pais, não existia antes. Para os pais, ao serem

levados quando crianças para o roçado o objetivo era o trabalho, o que para as crianças hoje é identificado como ensino, transmissão de conhecimentos, e não são obrigados. Além disso, na época dos pais a legislação direcionada às crianças era muito limitada ou quase inexistente e o acesso ao ensino escolar era mais difícil.

2.5 - A família, as crianças e a agricultura: o trabalho infantil socializador

Em meio a um diálogo em que se alternam conhecimentos teóricos e a realidade vivida no passado com os pais e hoje com os filhos, este tópico traz uma discussão acerca das atividades que envolvem a agricultura familiar e atividades domésticas com o objetivo de compreender as experiências de trabalho e socialização na família dentro da agricultura familiar, destacando a importância de tais atividades na transmissão de conhecimentos, o trabalho enquanto identidade, característica peculiar das famílias das áreas rurais amazônicas.

Nas vivências, os saberes e as referências culturais acumulados durante gerações entre os pais das famílias da comunidade São Paulo da Valéria, encontram-se muitos dos sentidos das formas de socialização das crianças na atualidade, bem como a sua forma de pensar sobre o futuro. Ou seja, as referências acumuladas no passado são reinterpretadas nos processos de educação dos próprios filhos, nos contextos contemporâneos, embora o conjunto de leis, políticas públicas e instituições de socialização da infância tenham grande interferência sobre a família. Porém quando trata-se de comunidades rurais, nos referimos a uma realidade diferente do urbano.

Para alcançar e ilustrar como este processo acontecia em um passado não tão distante, dado ao fato de que muitas famílias da comunidade também são compostas por mães e pais entre 17 e 28 anos de idade, recorreu-se à lembrança dos pais entrevistados, para que falassem sobre suas infâncias e seu primeiro contato com o trabalho. É importante notar que é a partir das experiências vividas que os pais analisam e comparam com a infância vivida por seus filhos.

De acordo com o discurso dos pais durante as entrevistas, estes começaram desde muito cedo a sua experiência com o trabalho doméstico e na roça. Com o ar de descontração, alguns afirmaram ter ido para a roça desde “a barriga da mãe”, pois quando suas mães se encontravam grávidas também iam para o roçado ajudar com a plantação de juta. Em algumas entrevistas é possível identificar o início de sua participação nas atividades realizadas nas plantações juntamente com seus pais.

Eu brincava de roda, pulava n'água. Mas já trabalhava com meus pais na roça. Eu capinava, plantava maniva. Eu não gostava, mas era necessário, isso desde 10 anos. A gente ia para lá, uma parte brincava, outra parte trabalhava. O que eu fazia muito era descascar mandioca (Depoimento de Jasmim. 35 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Desde os 06 anos trabalhava na juta, plantava verdura. Agora é roça de mandioca, pescaria. Na juta eu ajudava meu pai a plantar, cortar e carregar para afogar [por de molho], era muito cansativo, Deus o livre (Depoimento de Lavanda, 55 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Estudei até o 1.º Ano. Apesar de não ter tanta idade ainda, eu já trabalhei muito, eu ia com a mamãe para a roça, capinava, trazia mandioca pra beira, fazia farinha, lavava e fazia comida, isso com 11 anos. Na infância era mais trabalho (Depoimento de Margarida., 29 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

A plantação de mandioca é o principal cultivo agrícola das famílias de São Paulo da Valéria devido ao fato desta plantar originar inúmeros alimentos. Os moradores consideram a plantação de mandioca uma atividade menos pesada da que era realizada com o plantio da juta, atividade comum, em grande quantidade, nas comunidades amazônicas até a década de 1970, pois nesta, além de plantar e colher ainda tinha que ser colocada de molho e ser lavada.

Da plantação de mandioca origina-se inúmeros outros produtos como a farinha de mandioca, o tucupí, a tapioca da qual se produzem os beijús que fazem parte da dieta dos moradores. Além das atividades com os cultivos agrícolas, os moradores realizam ainda a pesca, a criação de patos e galinhas. As crianças da comunidade estão presentes em todas essas atividades, na maioria das vezes com a companhia dos pais ou de irmãos mais velhos, sendo estes os responsáveis em transmitir aquilo que sabem aos mais novos.

É importante lembrar que no meio rural, os agricultores familiares acumularam saberes e práticas que são necessários para a vida cotidiana, os quais rompem a linha do tempo e vão sendo transmitidos às novas gerações, a fim de *eternizarem* saberes e seus modos de vida.

Amparado por uma visão antropológica, Edward Brunett Tylor (2004) conceitua cultura como uma expressão da totalidade da vida social do homem, caracterizada pela sua dimensão coletiva, adquirida em grande parte inconscientemente e independente da

heterogeneidade biológica. Esta afirmativa torna-se coerente por que o ser é visto meramente pelo somatório de todas as informações adquiridas no seu meio cultural, ao longo do tempo, isto é, da socialização a que foi submetido. Assim, os indivíduos transformam-se em depositários do conhecimento e das experiências acumuladas por seus antepassados desde crianças.

Das 32 famílias que residem na comunidade, apenas em três existem pessoas com profissões diferentes das demais, trata-se da *agente comunitária de saúde* e dos *professores*, pois a comunidade conta com a presença de dois: a professora é da cidade de Parintins e foi ministrar aulas em São Paulo da Valéria, já o professor, este afirma ser “filho da comunidade”, que saiu para estudar e depois retornou. As demais profissões são definidas como pescador, agricultor, dona de casa e caçador. As crianças de São Paulo da Valéria estão cercadas por práticas e saberes que norteiam seu cotidiano tanto em atividades domésticas, como na agricultura, nos medicamentos tradicionais, na forma de preparar o peixe, de fazer o fogo com lenha ou mesmo de caçar.

Alfred Kroeber (2004, p. 48) afirma que acultura “é um processo acumulativo, de aprendizagem (socialização ou endoculturação, não importa o termo) que determina o seu comportamento e a sua capacidade artística ou profissional”. Seu modelo teórico baseia-se na afirmativa conclusiva que todas as coisas feitas pelos homens, ele o fez ou faz, baseando-se no aprendizado repassado por seus semelhantes e não por causas externas ao seu meio cultural, ou seja, trata-se de um processo acumulativo, que de algum modo será transmitido. De fato, o que observamos na comunidade pesquisada aquilo que é transmitido pelos avós aos pais e dos pais aos filhos é que determina o comportamento de todos. Em raros casos de comportamentos diferenciados ou de desejos distintos dos demais são moldados por aqueles que em algum momento viveram fora daquele lugar.

Em roda de conversa com crianças da comunidade, questionamos sobre o que estes gostavam de fazer e o que gostariam de ser quando crescessem, e espelhando-se naqueles que estão à sua volta, destacam:

Eu gosto de pescar, de plantar maniva. Quando eu crescer quero ser igual meu pai pescador. Eu gosto e vou com ele toda vez (Depoimento de Jaçanã, 10 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016)

Quando eu crescer quero ser professora para poder ensinar as crianças para que elas possam aprender e serem felizes com a família deles

(Depoimento de Andorinha, 11 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Eu ajudo meu pai na roça. Quando eu crescer quero ser cortador com motor serra para fazer campo (Depoimento de Uirapuru, 12 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Na cultura, os indivíduos têm atuações diferentes e seu momento certo, que é a sua idade, para participar desta ou daquela atividade, no entanto o fato de conviverem cercados de traços culturais, acaba moldando e influenciado suas perspectivas futuras pelo meio em que vive. O fato de desejarem ser pescador ou professor sofre certa influência daquilo que eles têm como modelo a sua volta, as crianças acabam tomando para si o desejo de ser como o pai, como a professora ou como aquele tio que mora longe e quando vai até a comunidade conta muitas histórias de sua vida fora daquele lugar.

Tal processo de construção de sonhos de desejos de querer ser igual aos que os rodeiam está ancorado em dois pontos fundamentais: o primeiro tem referência no passado, reproduzindo valores e comportamentos cultivados e repassados através das gerações e o segundo está orientado para uma relação de assimilação, adaptação e atualização com o meio em que se encontra inserido. Tais fatores caracterizam aquilo que Bourdieu define como *habitus*.

Para Bourdieu (1977, 1983, 2002, 2007a, 2007b, 2009), o *habitus* é formado pelo conjunto de esquemas gerativos, a partir dos quais os sujeitos percebem o mundo e atuam sobre ele. Esses esquemas estão socialmente estruturados: foram formados ao longo da história de cada sujeito e supõem a interiorização da estrutura social do campo concreto de relações sociais, no qual o agente se configurou enquanto tal. Ao mesmo tempo, são estruturantes: são a partir das estruturas que se produzem os pensamentos, as percepções e as ações do agente. É a partir do *habitus* que os sujeitos produzem suas práticas.

Esse conceito tem uma importância fundamental para compreendermos a questão do trabalho infantil na comunidade São Paulo da Valéria, pois nos permite articular o individual e o social, as estruturas internas da subjetividade e as estruturas objetivas que constituem tal espaço social, ou seja, as chamadas condições materiais de existência das famílias que lá residem. Essas estruturas se apresentam como estados diferentes da mesma realidade, da mesma história coletiva que se deposita ou se inscreve nos corpos e nas coisas.

Ainda de acordo com Bourdieu (1977, 1983, 2002, 2007a, 2007b, 2009), enquanto sistema de disposições para atuar, perceber, sentir e pensar de certa maneira, interiorizado e incorporado pelos indivíduos ao longo de sua história, o *habitus* se manifesta em um sentido prático, isto é, em qualquer situação, sem necessitar recorrer a uma reflexão consciente, tudo isso graças às disposições adquiridas, que funcionam como automatismos. O *habitus* é, ao mesmo tempo, produto e produtor das estruturas, enquanto princípio de geração e estruturação de práticas e representações, que podem estar objetivamente reguladas sem constituir o produto de obediência a regras explicitamente formuladas.

Neste caso, a participação das crianças nas atividades da agricultura familiar, o que observamos nos depoimentos tanto de pais quanto de filhos é a presença constante de querer ensinar, de preparar o filho para uma vida futura, e isto está amplamente relacionado com a realidade vivida no meio rural. Ora, se as atividades que se realiza em São Paulo da Valeria são as de cuidar da casa, plantar, pescar, fazer farinha e outros, será isto estão repassados para novas gerações. Esses saberes e conhecimentos se diferenciam das que se vivencia na área urbana, embora muitas atividades sejam realizadas em ambos os lugares, como assistir televisão, algo bastante comum entre as famílias, principalmente à noite.

Sobre o ato de inserir as crianças desde muito cedo em atividades cotidianas, a autora Delma Pessanha Neves (1999) explica a diferença entre trabalho infantil *socialmente condenado* e trabalho infantil que faz parte da *tradição de transmissão de heranças culturais*.

Sob a orientação dos pais ou de gerações anteriores de trabalhadores, os adolescentes e pré-adolescentes se incorporam ao processo de socialização profissional e de ritualização de mudança de posição, ingressando-se na idade adulta. A orientação ao uso da força de trabalho, nesses casos, não responde diretamente à crescente expansão da apropriação da mais-valia e ao uso descartável de seu portador. Outros valores de referências da reprodução social de posições se encontram em jogo, inclusive aqueles que qualificam a relação positiva entre pais e filhos, mestres e aprendizes (NEVES, 1999, pp. 10-11).

Há formas de trabalho infantil fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção dos filhos, no caso do trabalhador rural, este deseja transmitir para os filhos as principais atividades importantes para a sua sobrevivência. Nas falas dos pais é possível identificar o

discurso do ensinamento, no qual os pais buscam de alguma forma transmitir aos filhos o conhecimento que sabem.

Ela brinca muito de bola, vai para roça e pesca nos fins de semana, ela gosta. Ela vai com os irmãos. Na roça brinca, descasca mandioca, lava e carrega água. Eu acho bom levar os filhos pra roça, tem liberdade para brincar e vão aprendendo. A gente já ensina o que é o quê, todas as plantas e é bom pra mais tarde, né? (Depoimento de Flor de Lótus, 46 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Eles vão para roça, fazem farinha, capinam. Eles vão mais para ajudar mesmo. Metade do dia vão para a escola e na outra metade trabalham. Não acho que o que eles fazem é trabalho, acho importante eles aprenderem a fazer as coisas, se é para estar na casa dos outros é melhor ir para roça. Em caso de enrasque [enrascada] é melhor saber fazer alguma coisa (Depoimento de Tulipa, 36 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Meus filhos trabalham na roça ajudando a gente. Eles estudam, mas ajudam, é importante, mas espontaneamente, eu não forço. Eu ensino para eles o trabalho na roça (Depoimento de Oleandro, 55 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Com o discurso de ajuda dos filhos, é possível notar o real objetivo dos pais ao inserirem as crianças desde muito cedo nas atividades da agricultura e em atividades domésticas. Em meio a diversão e ajuda, os filhos vão se familiarizando com a realidade na qual está inserido e aprendendo como lidar com aquilo que, certamente, fará parte de seu futuro, já que muitos deles almejam ser que nem os pais. O processo de socialização, mesmo se tratando de uma brincadeira orientada, permite a incorporação das referências valorativas do futuro trabalhador (NEVES, 1999). Destaca-se aqui o trabalho cujo caráter é eminentemente socializador, está fundamentado na transmissão de saberes e na construção de profissões e condição de aprendiz, este trabalho serve para socializar às crianças e torná-las sucessoras de saberes.

Em comunidades rurais, a vida cotidiana dos adultos é intensamente compartilhada com as crianças, não existindo divisão nítida entre o universo de atividades entre ambos. As crianças participam, assim, do trabalho, do lazer, dos cultos religiosos e das conversas. Com a idade de três anos, elas já participam de atividades que poderiam causar escândalo às instituições de proteção dos direitos das crianças. Isso porque as pessoas de comunidade rural têm outra percepção a respeito do que é vida, outra forma de educar os filhos e de manter relações sociais. A vida infantil é pensada e vivida considerando as experiências pessoais, o meio social local, o ambiente quase

sempre natural, assim tudo o que elas presenciaram torna-se um meio para adquirir conhecimento.

O ato de introduzir as crianças nas atividades referentes a agricultura familiar é tão comum e antigo quanto a própria agricultura, assim “a participação do menor no trabalho agrícola é, supostamente, tão antiga quanto a própria agricultura, assumindo, no curso do tempo, a forma, a extensão e a intensidade reclamadas pela organização social e econômica” (Neves, 1999, p. 161).

Nas comunidades rurais e, sobretudo, na agricultura familiar, as crianças aprendem desde cedo, a viver com a realidade das atividades produtivas realizadas pelos membros de sua família. Eles aprendem a conviver em um cotidiano que agrega a sua participação na divisão social do trabalho e a vida escolar. As crianças aprendem de forma prematura um conjunto diferenciado de papéis sociais nos espaços públicos e privados, nos quais lhes são impostas regras e hierarquias expressas na divisão social do trabalho agrícola familiar, mesmo que no início se defina como ajuda ou brincadeira.

Os moradores da comunidade em questão vêem o trabalho infantil como princípio de formação dos filhos, de aquisição de saber, considerado, em certos momentos, como simples ajuda, mas que compreendem como se estivessem construindo algo útil para seus filhos. Portanto, o significado dado ao trabalho para essas pessoas não está separado da vida por fases, pelo contrário, este está no centro sendo então parte da vida de todos, independentemente de criança ou não. O trabalho infantil, desse modo, não é encarado apenas como consumo de energia ou como extensão da atividade dos pais, pelo contrário, há uma hierarquia que perpassa os detentores do saber, os que ensinam, e os aprendizes, as crianças.

Para essa discussão, buscou-se apoiar em Sarmiento (2002), o qual afirma que toda a criança trabalha, pois desenvolve uma atividade social. Assim, esse autor defende que é preciso reconhecer o trabalho das crianças, uma vez que essas também realizam atividade social, e, como seres humanos, se humanizam e constroem cultura trabalhando.

Para identificar o trabalho nestas circunstâncias, o autor parte da concepção de trabalho como atividade e não na concepção burguesa de trabalho, em que este só é visto e valorizado como tal se serve para a acumulação capitalista. Portanto, para Sarmiento as crianças trabalham e isto não chega a ser problema para o direito à infância, desde que o tipo de trabalho que realizam não as aliena da condição de sujeitos e de crianças (SARMENTO, 2002).

De uma maneira geral, a participação das crianças nos trabalhos domésticos e agrícolas encadeia um conjunto de significados simbólicos. Além de ser visto como uma forma de educar e preparar os filhos, trata-se também de um processo de socialização capaz de marcar os espaços sociais de meninos e meninas, uma vez que meninos fazem o trabalho dos pais e as meninas o trabalho exercido pelas mães.

CAPÍTULO 3

O TURISMO EM SÃO PAULO DA VALÉRIA-AM: O PAPEL DAS CRIANÇAS E O TRABALHO INFANTIL

O terceiro capítulo desta dissertação está organizado em quatro subtópicos. No primeiro abordamos sobre o turismo, atividade realizada em São Paulo da Valéria que possui grande importância para a economia local e influencia diretamente no modo de vida e organização da comunidade. Na sequência damos ênfase no cotidiano vivenciado pelas crianças e a sua relação com o turismo, abrindo uma discussão sobre o trabalho infantil de caráter explorador, onde crianças atuam como peças importantes no trabalho. O terceiro tópico aborda sobre a relação existente entre o turismo e a criança, destacando a relação entre ambos e de que forma ocorre a apropriação da renda através do turismo e como a criança participa deste momento. Por fim apresentamos as considerações finais do trabalho elencando sobre os objetivos iniciais desta pesquisa.

3.1 - O turismo em São Paulo da Valéria-AM: a organização da comunidade

São Paulo da Valéria é uma comunidade rural amazônica de várzea e possui características comuns a todas as outras na esfera religiosa, social, educacional e administrativa, pois todas as decisões referentes à comunidade são feitas a partir de seu representante maior, o presidente. O que a difere das demais é o seu potencial turístico e conseqüentemente a sua economia. Como característica peculiar de São Paulo da Valéria está a intensa produção e comercialização de artesanatos que movimentam a economia local durante a prática do turismo.

O turismo é uma prática humana caracterizada pelo conjunto de atividades envolvendo o deslocamento de pessoas para diferentes lugares e abrange diferentes segmentos, pois pode ser de consumo, religioso, cultural, rural e outros. É uma prática capaz de produzir bens, e na região Amazônica é uma das atividades que mais cresce devido a suas belezas naturais e pela cultura do seu povo. De La Torre (1997) considera o turismo como:

Um fenômeno que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultural ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1997, p. 19).

Em conformidade com esta definição, a Organização Mundial do Turismo - OMT destaca que o “turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p. 38).

A origem do turismo na história é marcada por diferentes períodos, assim é difícil precisar o momento certo em que se iniciou a atividade turística, pois o ato de viajar sempre foi comum às diferentes sociedades, desde as pré-históricas até as contemporâneas por diferentes motivos. Não sabemos ao certo a origem do turismo, no entanto, destacamos momentos da história que marcam o possível surgimento e reconhecimento desta atividade entre as sociedades.

Foi na Antiguidade Clássica, na Grécia e em Roma, que o turismo começou a desenvolver-se como atividade econômica. Os Jogos Olímpicos atraíam atletas e espectadores a cada quatro anos, assim a cidade-estado de Olímpia levou os cidadãos gregos a criarem estruturas para receber os visitantes (COLANTUONO, 2015).

Pedrosa Machado (2010) em concordância com José Queiroz (2011) destacam três grandes momentos da história que marcam o surgimento do turismo: as peregrinações religiosas²⁹ realizadas pelos romeiros a partir do século VI; o Renascimento que floresceu na Europa entre os séculos XIV e XVI, promoveu a busca pelo conhecimento como um dos principais motivadores das viagens e por fim o *Grand Tour*³⁰ entre XVI e XIX.

²⁹ Boyer (2003, p. 70) diz que as peregrinações “[...] foram migrações coletivas originais, pois não eram provocadas nem pelo medo (da fome ou de invasores), nem pelo lucro; elas só esperavam uma recompensa no além, desde que consiga atingir o objetivo que é um lugar sagrado [...] para o peregrino que chegou ao lugar sagrado, o passado se torna presente: ele revive a Crucificação, a Hégira, tal milagre do santo. A dificuldade da caminhada tem, por si só, um valor redentor”.

³⁰“O Grand Tour começou no século XVI, atingindo o auge no século XVIII. Era restrito principalmente aos filhos de famílias ricas, com propósitos educacionais, sobretudo de jovens recém-saídos de Oxford ou de Cambridge, duas das mais conceituadas universidades inglesas. Esses jovens deveriam percorrer o mundo, ver como ele era governado e se preparar para ser um membro da classe dominante” (BARBOSA, 2002, p. 31-32).

No século XVIII o turismo passou a ser reconhecido por seu potencial econômico, após a consolidação da Revolução Industrial, os avanços científicos e tecnológicos, o desenvolvimento socioeconômico da população mundial intensificou a atividade turística, o que aumentou a procura por viagens de recreação (COLANTUONO, 2015).

Entre as figuras mais conhecidas no desenvolvimento do turismo, diversos autores destacam Thomas Cook como “o pai do turismo” por ter organizado a primeira viagem coletiva da história, introduzindo assim o conceito de viagem organizada e consequentemente popularizando o turismo entre pessoas de diferentes classes sociais (MACHADO, 2010).

No Brasil o desenvolvimento do turismo foi motivado pela abertura dos portos às nações amigas em 1808. Naquele momento, a família real chegou ao país e se surpreendeu com a falta de hospedagem e de restaurantes em todo o território imperial. Com o crescimento da entrada de visitantes no Brasil, novas hospedarias e restaurantes foram construídas, novas rotas de trem foram estabelecidas e novos costumes foram assimilados (COLANTUONO, 2015).

As informações demonstram que o surgimento do turismo se deu inicialmente por viagens com objetivos religiosos, sem fins comerciais. Em seguida surge com o objetivo de estabelecer relações entre diferentes culturas com o objetivo de expandir os conhecimentos pelos filhos de famílias da nobreza. Somente na revolução industrial é que seu potencial econômico foi identificado e se estende até os dias atuais.

Na comunidade São Paulo da Valéria-AM as atividades referentes ao turismo acontecem durante o ano todo. Segundo os moradores, tem vezes que os navios transatlânticos com turistas vindos, principalmente da Europa, passam pela comunidade mais de três vezes em um único mês, assim os moradores do local se movimentam para preparar a comunidade para receber os turistas. A Serra da Valéria e os Sítios Arqueológicos³¹ são pontos de destaque da comunidade e chama atenção dos visitantes.

A referida comunidade, por ser pouco desenvolvida economicamente vê nas atividades turísticas uma importante oportunidade de adquirir rendas com a venda de produtos artesanais, passeios oferecidos pelos moradores, pelas crianças e na venda de alimentos.

³¹ Os sítios arqueológicos, segundo Dias (2016), são testemunhas da relação das pessoas entre si e com a natureza ao longo da ocupação da Amazônia e representam uma história natural e também cultural de um determinado local.



Imagem 05 e 06. Vista da Serra da Valéria em São Paulo-AM;
Artefatos do Sítio Arqueológico de São Paulo-AM –
Novembro 2016. Fonte: Pesquisa de Campo/Nadma Azevedo/2016

A venda de alimentos, pinturas, artesanatos, escultura em madeira, animais para exposição e fotografia fazem parte dos produtos comercializados para os turistas. Além disso, passeios de rabeta³² pelo igarapé da Valéria e passeios pela comunidade também são vendidos.

Naia Guerreiro Dias (2016) destaca que os moradores da comunidade São Paulo da Valéria entenderam o turismo como uma possibilidade para reinventar e ampliar sua fonte de renda econômica, assim os moradores passaram a discutir entre si as questões voltadas para melhorias e para a recepção dos turistas. Ao longo de vários anos de recepção dos visitantes muitas mudanças ocorreram. O cotidiano das famílias, a organização da comunidade, a preocupação em ensinar os filhos sobre como agir e como deixar em evidencia o que mais poderia impressionar os visitantes.

Entre os produtos artesanais comercializados estão bolsas, colares, brincos, pinturas. Além disso, uma outra fonte para obter renda extra é a exposição de animais e de crianças fantasiadas. Os animais ficam amarrados por cordas em galhos e pedras durante a estada dos turistas na comunidade. Os responsáveis por este tipo de comercialização afirmam que após a exposição, as aves ficam soltas em árvores próximo às casas e que por serem criadas desde filhote por pessoas, não fogem, são “mansas” e deixam ser pegadas com facilidade. Já o filhote de jacaré é capturado nos lagos próximos à comunidade e após a exposição ficam em tanques com água natural retirada do próprio rio e é constantemente trocada.

³² Canoa de madeira movida por um motor de polpa chamado motor rabeta.



Imagem 07, 08 e 09. Bicho preguiça, tucano e jacaré amarrados e expostos aos turistas. Dezembro 2016. Fonte: Pesquisa de Campo/Nadma Azevedo/2016

Os sítios arqueológicos, a Serra da Valeria, os animais, o modo de vida bem como o potencial artístico dos moradores faz parte deste patrimônio cultural que chama atenção dos turistas vindos de diferentes países. As pesquisas realizadas pela autora Naia Dias na comunidade demonstram que:

O turismo no sítio arqueológico São Paulo da Valéria/AM, de acordo com relatos de moradores mais antigos da comunidade, teve início em meados da década de 1970, quando os primeiros transatlânticos aportaram à região, mantendo-se até a atualidade. Anualmente, diversos navios de cruzeiro europeus ou norte-americanos têm em seu destino turístico a região da Valéria-AM. Mas não só navios de cruzeiros do estrangeiro são os que chegam para participar da atividade turística na localidade. Pessoas de várias regiões do Brasil vem contemplar o socioambiente e os artefatos arqueológicos de Valéria (GUERREIRO DIAS, 2016, p. 84).

Atualmente as viagens turísticas à comunidade acontecem com maior frequência, os navios começam a chegar a partir do mês de janeiro. Normalmente os transatlânticos que atracam chegam a noite, assim a visita e os passeios na comunidade iniciam por volta das 8 horas da manhã e se prolonga até 12 horas, as vezes permanecem até as 14 horas.

De acordo com a moradora D. Violeta (48 anos), o responsável em avisar a comunidade da vinda dos navios é um representante das agências que mora na comunidade e mantém contato direto com as agências de turismo de Parintins e de Santarém-PA. Ele recebe o cronograma e repassa aos moradores, assim todos ficam sabendo o dia em que os turistas chegarão e se organizam para recebê-los. A entrevistada destaca ainda que apenas um navio americano faz sua viagem pela agencia Tucunaré Turismo de Parintins, todos os outros vem por agencias de Santarém- PA. Além disso, ela afirma que um site criado para a comunidade disponibiliza o

cronograma das viagens. A maioria dos navios que fazem rota pela comunidade são europeus e norte-americanos.

Durante os dias em que a comunidade recebe os turistas, os moradores espalham-se pelo local com mesas e tendas para exporem seus produtos. Como o ponto de encontro da comunidade é próximo à igreja e a escola, os comunitários se aglomeram em maior número neste local, porém observamos que em todo o trajeto que é feito pelos turistas até chegar a esse ponto de encontro existe algum tipo de produto a ser vendido.

No período da vazante dos rios os barcos utilizados pelos navios para fazerem o transporte dos turistas até a comunidade ficam impedidos de navegar no Igarapé da Valéria pelo fato de o rio se encontrar com seu nível de água muito baixo, assim as embarcações atracam em uma estrutura de madeira montada pelos moradores na margem do rio Amazonas. Neste caso, para os visitantes chegarem até o espaço principal de São Paulo precisam continuar o trajeto caminhando. Quando os rios estão cheios, o desembarque dos visitantes é feito às margens do igarapé da Valéria, que passa bem na frente da comunidade.



Imagem 10 e 11. Estrutura de madeira feita pelos moradores e parte do trajeto feito pelos turistas. Dezembro 2016. Fonte: Pesquisa de Campo/Nadma Azevedo/2016

Por estar situada no lugar denominado pelos moradores como *Boca da Valéria*³³, São Paulo tem destaque entre as sete comunidades em relação ao turismo, por isso durante a passagem dos navios o local recebe moradores vindos das outras comunidades (Santa Rita de Cássia, Betel, Bete Semes, Recordação, Colônia Fé em Deus, Samaria e Lago do Barro) que compõem a Serra da Valéria para comercializarem seus produtos.

³³ São Paulo da Valéria- AM é a comunidade que está localizada no lugar chamado *Boca da Valéria*, logo na entrada do Igarapé da Valéria, assim é o centro de todas as atividades que envolvem o turismo. As outras seis comunidades que compõem a chamada Serra da Valéria estão localizadas rio à dentro sendo assim pouco visitadas pelos turistas.

Hoje, além dos moradores montarem o seu espaço para comercializar seus produtos espalhados pela comunidade, são disponibilizados o aluguel de espaços próprios para a comercialização de produtos. Esses espaços são de propriedade de uma moradora de São Paulo da Valéria que, com recursos próprios, construiu tendas feitas em madeira e cobertas com telha de amianto para alugar tanto para os que ali residem como para os que vierem de outros lugares. Neste momento acontece a privatização do espaço público.



Imagem 12 e 13. Tendas para alugar e bar privado. Dezembro 2016. Fonte: Pesquisa de Campo/Nadma Azevedo/2016

Além destas tendas, a mesma moradora possui um bar, também construído com recurso próprio, onde estão disponíveis jogos de mesas, bebidas e petiscos para serem vendidos aos turistas. Esta mesma moradora mandou construir dois banheiros em alvenaria, também com recursos próprios, que em dias normais ficam fechados ao público e em dias de turismo são abertos aos visitantes. O dinheiro do aluguel das tendas e dos serviços oferecidos pelo bar é exclusivamente da proprietária dos locais.

É interessante destacar que todos os empreendimentos feitos pela moradora estão em lugares públicos da comunidade, que segundo a definição de Kelson Silva (2009, p. 11), é a “área de uso comum e posse coletiva, pertencente ao Poder Público e por ele gerenciado e fiscalizado”. Ou seja, o espaço antes utilizado por todos passou a ser propriedade privada de alguém com maior poder aquisitivo. Em relação a esta moradora, observamos a apropriação do espaço público pela iniciativa privada, que justamente por conta das atividades turísticas, o público virou privado e passou a reproduzir a lógica capitalista. O valor pelo aluguel das tendas é cobrado em dólar por dia utilizado.

A compreensão do espaço está estreitamente relacionada com a economia, e neste sentido o uso do solo na referida comunidade pode ser entendido como um produto do modo de produção, onde as localidades mais desejadas, principalmente para atividades turísticas, tendem a ser ocupadas por quem detêm maior poder aquisitivo. As tendas e o bar estão localizados em lugares onde há o maior fluxo de pessoas, no ponto de encontro da comunidade, lugar onde os turistas estão em maior número.

Alain Lipietz (1988) aponta que na sociedade capitalista o espaço é um bem que tem preço, que é o preço do solo, renda fundiária ou tributo e, dessa forma, conseqüentemente, torna-se também uma mercadoria. A apropriação dos espaços públicos resulta no uso do solo, orientadas pelo mercado, que não é o caso da “moradora” e o espaço dessa comunidade.

Identificamos que em São Paulo da Valéria, em relação ao turismo, as pessoas que ali residem não pensam a comunidade como um espaço social coletivo, mas observamos um jogo de interesses onde as pessoas competem entre si em busca de conseguir alguma renda, assim os que detêm de mais poder aquisitivo se sobressai aos outros. A lógica de organização da comunidade se modifica com a chegada dos navios de cruzeiros. Neste ponto nos reportamos às definições de comunidades feitas anteriormente, onde se deixa de lado a união existente na comunidade, passando ao interesse arbitrário e individual presente no interior da sociedade como pontua Brancaleone (2008).

Normalmente as tendas são alugadas para pessoas vindas das comunidades vizinhas. Como São Paulo da Valéria é o local onde o turismo acontece com maior intensidade, nesses dias a comunidade recebe a visita não apenas de turistas, mas também das pessoas que se deslocam para o local com o intuito de comercializar alguma coisa. De acordo com alguns moradores, “até da cidade vem pessoas para vender”. Eles se referem a algumas pessoas que se deslocam de Parintins até São Paulo da Valéria para alugarem fantasias ou para comprar dólar dos comunitários.

A compra dos produtos comercializados é feita em dólar, assim os comunitários dependem de pessoas que vem da cidade até a comunidade para comprar a moeda americana. Durante a pesquisa de campo entrevistamos duas pessoas que vem de Parintins para comprar o dólar dos moradores. Um deles é comerciante e afirmou que o dólar comprado é levado para Parintins e revendido para outras pessoas. O segundo entrevistado é funcionário público em Parintins, o mesmo afirmou estar comprando a

moeda por conta de uma viagem que iria realizar ao exterior e precisava comprar o dinheiro.

Atualmente o valor do dólar comercial está cotado em R\$ 3,1308 segundo o site Valor Econômico, no entanto o valor pago na comunidade varia entre R\$ 2,00 (dois reais) e R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) neste caso, as pessoas sabendo que na comunidade o dólar pode ser comprado abaixo do valor de mercado, para eles é mais conveniente se deslocar até São Paulo da Valéria e comprar a moeda. Ao serem questionados sobre como ficam sabendo da chegada dos navios, ambos afirmaram ter ido até a agência de viagens em Parintins para se informar.

Alguns moradores não concordam com a vinda de pessoas das outras localidades para também “aproveitar” a vinda dos turistas, é o que diz a moradora Hibisco (36 anos) “muitas pessoas vêm pra cá para vestir as crianças de índio e vender artesanato. Eu não acho justo, pois essa é nossa área, não devia ter isso”. Isso se dá pelo fato de que, no entendimento deles, são concorrentes na hora de dividir o espaço e na comercialização dos produtos, o que se caracteriza como um mercado competitivo.

Em relação às atividades voltadas ao turismo, a comunidade conta com a *Associação de Artesãos de São Paulo da Valéria (Artsampa)*, a partir de reuniões eles organizam suas atividades para os dias de visitas, repassam o cronograma com as viagens entre outras informações. Dessas reuniões participam não apenas moradores de São Paulo da Valéria, mas também os das outras seis comunidades são convidados a participar.

Ao longo de todos esses anos a comunidade foi modificando a sua estrutura e expectativas por causa das atividades com o turismo. Embora São Paulo da Valéria tenha a Artsampa e seja organizada em forma de associação comunitária e todas as decisões sejam tomadas em conjunto com o presidente à frente, para o turismo os moradores acabam se individualizando. Durante a estada dos turistas na comunidade, os moradores se organizam de forma individual, cada um monta o seu espaço para vender seus produtos e adquirir renda individual. É uma organização pautada em interesses individuais, sem levar em conta a coletividade do local.

A comercialização de artesanatos, guloseimas, pinturas, passeios e outros são feitos para benefício individual de cada morador, neste momento o coletivo é esquecido. Apenas quando os turistas ou comandantes fazem algum tipo de doação é que os moradores se unem. Além de movimentarem a economia local, os navios com os turistas deixam doações para a comunidade como roupas, calçados, cadeiras, livros e

cadernos, lápis, canetas e muitos outros objetos que segundo os moradores, “são todos bem-vindos”. As doações normalmente ficam para a escola quando trata-se de material escolar e os alunos utilizam durante as aulas, os outros objetos recebidos nas doações são feitos bingos e sorteios entre os comunitários.

Apesar de não falarem o mesmo idioma, o navio traz em meio aos tripulantes o interprete para fazer a comunicação entre turistas e comunitários, na ausência deste profissional, os moradores descobriram nas placas com frases em inglês uma forma de comunicação com os visitantes.



Imagem 14. Placa com frase escrita em inglês pedindo doação para a escola São Francisco: “A doação para a escola de São Paulo: a doação que você vai nos dar será bem recebida. Obrigado!”. Dezembro 2016. Fonte: Pesquisa de Campo/Nadma Azevedo/2016.

A placa acima fica na sala de aula e pede doações para a escola. Os moradores também utilizam este método para vender seus produtos. O interprete somente é chamado quando há a necessidade de conversar com o presidente de São Paulo da Valéria para resolver questões como a doação de produtos.

Como foi destacado, o turismo promove entre os comunitários, devida a concorrência entre moradores do local e das outras comunidades, a competição e a não organização coletiva para as atividades turísticas, assim uma importante atividade que poderia ser realizada para interesse comum a todos e ampliaria a economia local, acaba evidenciando inúmeros pontos negativos. A falta de organização, o enfraquecimento do movimento, oportunidades de conseguir rendas maiores, a não divulgação da cultura local entre outras são falhas evidenciadas. A autora Dias (2016) sobre este fato aponta que:

Dados apontam que vários fatores impulsionam a situação, como a falta orientação ou realização de formação continuada a moradores, [...] ausência de formação sobre que tipo de turismo desenvolver ou

como bem implementar práticas que já se efetivaram como atividade do calendário de eventos locais e mesmo falta de ações positivas para a construção de uma prática social (DIAS, 2016, p. 83)

Neste caso, sabemos que ocorre o turismo e que é uma atividade importante não apenas para os que ali residem, mas também para a própria comunidade, para o desenvolvimento local. Sabemos também que a falta de organização pautada em atividades próprias ao turismo, a falta de conhecimento e formação que possam alavancar a atividade, a competição individual entre os moradores e a falta de uma organização onde todos se beneficiem acabam caracterizando um turismo desorganizado e conseqüentemente negativo.

Como sugestão de melhorias para o turismo em São Paulo da Valéria, em sua pesquisa, Dias (2016) destaca o Turismo de Base Comunitária como um possível diálogo entre os moradores. O TBC trata-se da:

Busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor (BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN, 2009, p. 362).

O turismo comunitário requer menor densidade de infraestrutura e serviços, e busca valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Esse tipo de turismo permite que a comunidade local tenha participação na gestão e na renda advinda com o turismo.

É uma alternativa que mantém vínculos não só com a dimensão ambiental, como também com a dimensão sociocultural, através de trocas culturais entre visitantes e moradores, podendo igualmente apontar caminhos para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora (HALLACK; BURGO e CARNEIRO, 2011). Sobre essa troca cultural apontada pelos autores, Dias (2016) enfatiza:

É importante destacar que o TBC pode vir a ser implantado na Valéria porque os turistas internacionais que chegam periodicamente demonstram querer participar do cotidiano na comunidade, fato este afirmado porque eles buscam dirigir-se às casas dos moradores, seja de moradia ou de trabalho; aos lugares de pesca, lazer, caça etc. Além disso, há os viajantes nacionais que, como os comunitários, relatam também se fazerem presentes na comunidade e podem configurar-se

em um público alvo para vivenciar experiências amazônicas (GUERREIRO DIAS, 2016, p. 95).

A autora destaca em sua pesquisa realizada em São Paulo da Valéria-AM o interesse por parte de turistas e dos moradores em realizar a troca cultural.

A carência de preparo, a ausência de um interprete para a comunidade ou da própria comunidade deixa os turistas um pouco perdidos. Há a necessidade de alguém que possa contar a história da comunidade, explicar sua cultura, suas características, falar sobre os locais por onde passam, isso traria consideráveis melhorias para o turismo, para o entendimento dos turistas das coisas da localidade.

O TBC mesmo sendo uma alternativa que possibilitaria a melhoria do turismo em São Paulo da Valéria, seria necessário que houvesse a mobilização da comunidade, de todos que compõem a organização social do local em torno de um interesse comum. Neste caso a participação da comunidade no planejamento e gestão do turismo, a formação continuada aos moradores possibilitaria a geração de benefícios econômicos e sociais para a comunidade como um todo.

No entanto, as características identificadas durante a pesquisa de campo na referida comunidade nos levam ao lado oposto do que o TBC contempla. A organização comunitária do local acontece quando assuntos voltados as questões administrativas, religiosas, educacionais e até mesmo pessoais, pois notamos a união das famílias quando alguém passa por momentos de dificuldades. Porém quando trata-se das atividades referentes ao turismo, a dimensão mercadológica e de competitividade entre os moradores entra em destaque e provoca a desorganização local.

Para Bartholo; Sansolo e Bursztyrn (2009) esses impactos são ainda mais agravantes nas localidades mais pobres onde a expansão do turismo é apresentada como alternativa de melhoria das condições sociais, mas se transforma em fator de agravamento da situação social. Neste caso, ainda que o turismo seja uma oportunidade de melhoria na economia e possa gerar melhores condições para as famílias do local envolvido, a falta de organização, preparação e conhecimento sobre como utilizar tais potenciais pode gerar uma série de questões negativas.

Observando a realidade na qual a comunidade São Paulo está inserida nas atividades turísticas, identificamos como uma dessas formas de agravamento social o trabalho que as crianças realizam no turismo, ponto de destaque neste trabalho. Diante das divergências existentes entre a realidade de São Paulo da Valéria e ao que o TBC

considera, podemos dizer que a prática do turismo naquela localidade está de acordo com o turismo denominado de Turismo de Massa.

John Urry, no seu livro *Olhares do Turismo*, apresenta a constituição do Turismo de Massa no século XIX, vinculado à formação da classe operária inglesa e aos progressivos ganhos sociais, como férias remuneradas e o direito de se viajar de trem (URRY, 1996). A partir das mudanças ocorridas com a Revolução Industrial, o turismo passou a ser motivado pela busca do lazer, algo que se estendeu até os dias atuais. O lazer então atrelado ao turismo, como produto da sociedade industrial, surge associado à necessidade de satisfazer classes médias e donos do capital e conseqüentemente se tornou mecanismo de acumulação e de integração ao processo de circulação do capital.

Para Margarita Barretto (1995, p. 48), o turismo de massa se dá conforme o tamanho da demanda, ou seja, em locais onde a procura para a visitaçãõ é alta, se tem um turismo de massa. É o turismo que mais cresce atualmente e é o tipo que mais gera conseqüências aos locais visitados devido ao fato de ter em suas raízes o papel ideológico do capitalismo.

Embora os deslocamentos humanos fossem constantes como consta na história do surgimento do turismo, as motivações desses deslocamentos passaram a ser outros, assim, como fruto do Capitalismo, o turismo massificado passou a acontecer a partir da Revolução Industrial com o surgimento da sociedade de classes.

Essa lógica mercadológica presente no capitalismo foi identificada em diferentes situações no turismo que acontece em São Paulo da Valéria, entre eles destacamos a competitividade entre os moradores em querer o melhor espaço no lugar turístico, em querer chamar atenção de alguma forma, e dentro disso identificamos valores culturais e bens naturais não comercializáveis que são inseridos dentro desta lógica mercadológica.

Destacamos ainda a rede de comércio existente entre as famílias, o que envolve compra e venda de produtos artesanais, aluguel de fantasias, compra e venda de dólar, apropriação do espaço público e entre outras coisas, o fato de utilizarem as crianças como produto para o turismo, o que nos chamou atenção e seguirá como tema de discussão no tópico seguinte.

3.2 A cultura e a criança como mercadoria: o trabalho infantil na sua face nociva

Como identificou-se, o turismo de massa está arraigado das ideologias impostas pelo sistema vigente, e isso leva os envolvidos nesta atividade a reproduzirem a sua

lógica, que em São Paulo da Valéria revela-se em uma rede de comércio do qual participam turistas, comerciantes internos e externos, os moradores e as crianças. Tratando-se de um turismo maciço como uma atividade econômica que cresce de forma desordenada, “se insere no metabolismo do capital como parte indissociável da sua lógica de acumulação e todos os fatores intrínsecos à sua expansão” (THEVENIN, 2011, p. 125).

Dentro dos problemas sociais gerados por esse turismo precário está a situação de trabalho em que as crianças estão inseridas, pois esta difere-se daqueles já pontuados nesta pesquisa. O caráter socializador transmissor de conhecimento é substituído pelo caráter nocivo e as crianças atuam como elementos fundamentais na reprodução da lógica capitalista. Os pais, através das crianças, tentam reproduzir o conceito amazônico da cultura em troca de dinheiro sem considerar o real papel que os filhos assumem dentro dessa lógica, e as consequências que isto pode gerar para o futuro dos filhos, afinal as crianças aprendem através daquilo que vivenciam.

Nos dias em que acontece o turismo todo o cotidiano da comunidade se modifica. As pessoas saem de suas casas para se reunirem no ponto de encontro do lugar, que é próximo da igreja e da escola. Vem pessoas de todas as outras comunidades que compõem a Valéria, e as crianças da comunidade frequentam a escola cinco dias da semana, porém em dias de turismo as aulas são interrompidas mais cedo porque os alunos ficam inquietos, assim o professor libera por volta das 9 horas para participarem de toda a movimentação.

O navio fica ancorado no meio do Rio Amazonas, os turistas são trazidos até a margem por pequenas embarcações, e logo que os turistas começam a desembarcar na comunidade começam a ser segurados pelas mãos pelas crianças que os aguardam em fila. Após essa recepção, são direcionados a seguirem caminho pela comunidade, em todos os momentos os estrangeiros ficam na companhia das crianças, como se elas fossem guias do local.

Além disso, meninas com idade entre três e doze anos são preparadas para serem expostas aos turistas. Além das fantasias a pintura no corpo também é feita para caracterizar da melhor forma as crianças como indígenas, apesar de São Paulo da Valéria ser uma comunidade não indígena, a imagem que é transmitida aos visitantes a partir de sua preparação a caracteriza assim.

As meninas ficam expostas durante todo o movimento turístico embaixo de árvores, em cima de pedras segurando algum tipo de animal, isso para chamar mais

atenção e fazer com que os turistas as fotografem. Para os pais esta atividade não se trata de trabalho, mas sim um meio para “conseguir um dinheirinho”.

Diante destas situações é importante diferenciar aquele trabalho da criança tido como parte de um processo educativo daquele que é marcado pela exploração, que muitas vezes por trás da invisibilidade ultrapassa o argumento da educação ou da ajuda e o faz chegar por meio deste pretexto, a exploração.

O caráter nocivo do trabalho infantil retira da criança aquilo que é próprio do seu tempo limitando-as de vivenciarem experiências próprias da infância como o lazer, o brincar³⁴, a diversão. Este modo nocivo está atrelado à concepção marxista, que o associa o trabalho ao capital e busca o sentido da acumulação, neste caso estão condicionadas a uma forma de exploração onde a própria criança e até mesmo a cultura são os produtos à serem vendidos tornando-se mercadoria e integram-se aos interesses do capital.

Dentro desta lógica Capitalista a maioria das coisas é tomada como mercadoria e tudo pode ser comercializável, e como assevera Marx, as coisas só são mercadorias por terem uma duplicidade de valor: são objetos úteis e veículos de valor. O valor é algo imperceptível aos sentidos. É uma realidade apenas social, manifesta-se na medida em que é trocada por outra: dinheiro. (MARX, 2001, p. 69)

É importante frisarmos neste ponto que a cultura amazônica é apropriada pelo turismo que a transforma em mercadoria, assim a reprodução do capital, no qual o turismo tem se colocado como uma das atividades econômicas de maior geração de ganhos, a cultura é capturada pela lógica do valor de troca, o que modifica diretamente no modo de vida da comunidade e na maneira como se sociabilizam, pois identificamos a competição que marca a prática do turismo.

Marta de Azevedo Irving (1998) explica que a indústria do turismo cultural³⁵ tem se implantado em grande velocidade e magnitude, especialmente em regiões menos favorecidas sob a ótica socioeconômica, mas privilegiadas com relação ao seu patrimônio cultural. Esse avanço do turismo, contudo, nem sempre ocorre a favor das

³⁴Para Ângela Borba (2006) “o brincar é um dos pilares da constituição de culturas da infância, compreendidas como significações e formas de ação social específicas que estruturam as relações das crianças entre si, bem como os modos pelos quais interpretam, representam e agem sobre o mundo” (BORBA 2006, p.39).

³⁵Barretto (2000) entende por “turismo cultural” todo turismo em que o principal atrativo se enquadre em algum aspecto da cultura humana, podendo ser a história, o cotidiano, o artesanato, as manifestações culturais ou folclóricas, como festas e festivais, peregrinações ou outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange.

populações locais e, frequentemente, é responsável por fenômenos significativos de exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental.

Na comunidade em questão notamos que há essa riqueza histórica e cultural, o que se torna requisitos importantes pois chama atenção dos visitantes e aumenta o interesse pelo lugar. No entanto notamos também que muitas mudanças ocorreram no local e nem todas foram de forma positiva. A própria exposição das crianças com fantasias indígenas e os animais silvestres capturados e amarrados para serem expostos demonstram o que não é próprio do lugar.

Quando questionados sobre a fiscalização do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, alguns moradores que trabalham com a exposição dos animais responderam com tom de piada que “se eles chegassem aqui agora, você ia ver muita gente correndo”. Ou seja, mesmo sabendo que se trata de uma atividade ilegal e já terem sido multados algumas vezes, alguns moradores preferem arriscar.

Com o objetivo de chamar atenção dos visitantes e em troca de fotos conseguir alguns dólares, os pais que fantasiam as filhas de índias despertam nas pessoas o interesse em querer entender o porquê das roupas, porque de meninas crianças estarem daquela forma. Um dos pontos negativos destacados na pesquisa foi a falta de guia turístico que possa explicar aos visitantes a história do local e assim deixar claro se trata-se de uma realidade ou apenas uma forma de atração.

Durante as pesquisas de campo buscamos conversar com alguns turistas sobre o seu ponto de vista a respeito destas crianças. E entre outras inquietações destacamos a do turista americano de 72 anos.

Acho que as pessoas da aldeia são bem vindas, e eu gostaria de falar português. Eu preferia que as crianças representassem sua herança, então eu pergunto: é sua roupa realmente de sua própria tribo e tradição? Eles se vestem assim para cerimônias ou ocasiões que não sejam para turistas como eu? Eles se vestem assim para visitantes brasileiros? (NED RIGHTOR, 72 anos – Estados Unidos).

Sem entender muito o que acontece, os turistas são atraídos e fotografam tudo o que chama a sua atenção, porém como vimos no depoimento, muitas questões são levantadas diante do que vêem, o que pode estar sendo interpretado de várias formas. De acordo com a autora Luana Martins de Lima (2014):

Na lógica do turismo é aceitável e até necessário impor alguns atrativos, recriar ou transformar algo em espetáculo, fazer modificações no que é original, para agregar valor, atribuir um sentido exótico ou que cause maior interesse. No entanto, essas ações resultam no estabelecimento de uma nova estrutura socioespacial e na resignificação de símbolos identitários que têm um sentido na memória coletiva local (LIMA, 2014, p. 154).

Neste caso, para atrair os turistas é até aceitável que se utilizem de atrativos, no entanto isso gera uma outra impressão daquilo que lhes é apresentado. Com isso, segundo Barreto (2000), “o legado cultural, assim transformado em produto para o consumo, perde seu significado. A cultura deixa de ser importante por si mesma e passa a ser importante por suas implicações econômicas” (BARRETTO, 2000, p.48).

Margarita Barreto (2000) argumenta ainda que em relação ao turismo no Brasil, para alguns antropólogos e historiadores, a preservação da identidade tal qual ela era, com terras pouco povoadas, índios por toda parte e outras invenções fantasiosas em relação ao país, acaba sendo exigência do mercado turístico internacional, uma vez que os turistas provenientes, em sua maioria, de países ricos, buscam, de certa forma, o “paraíso perdido”. Esse “paraíso perdido” é retratado em muitas obras de diversos autores. Sergio Buarque de Holanda por exemplo, em sua obra a *Visão do Paraíso* traz no capítulo intitulado *Peças e Pedras* o mito do eldorado, fala das muitas riquezas que haviam na América, terra rica em prata e a corrida pelo ouro que ainda não havia sido explorado.

Ainda sobre o “paraíso perdido”, autores como Almir Diniz de Carvalho Júnior com *Visão do diabo: Crenças e Rituais Ameríndios Sob a Ótica dos Jesuítas na Amazônia Colonial Séculos 17 e 1895* (2010); Padre João Daniel com o *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas* (2012); Alexandre Rodrigues Ferreira com *Viagem Filosófica ao Rio Negro* (2007); Iraíldes Caldas Torres com *a Formação Social da Amazônia sob a perspectiva de gênero* (2008) e entre outros trazem em suas obras análises feitas a partir dos mitos descritos pelos primeiros viajantes da América na época da conquista.

Essa visão inicial, por vezes errônea, permaneceu por muito tempo no imaginário das pessoas sobre a América, especialmente da região amazônica, o que nos leva a crer que até os dias atuais ainda desperta profundo interesse em pessoas de outras partes do mundo em conhecer esse lugar. Mesmo que muito tempo tenha passado desde a conquista do “novo mundo” e que muita coisa tenha mudado, muitas pessoas de outras

partes do mundo ainda carregam pensamentos imbuídas dos mitos exóticos sobre o lugar.

Algo que nos chamou atenção nas pesquisas de campo e que podemos relacionar com o que descrevemos foi o fato de não vermos meninos fantasiados de índio na comunidade, apenas meninas. Apesar de também haver a presença de meninos durante as atividades turísticas, o papel que estes realizam é diferente, ficando responsáveis pela venda de pinturas e artesanatos, passeios de canoa, segurar animais ou passear por alguns lugares.

Essa questão nos remete às discussões sobre a divisão sexual do trabalho, onde meninos e meninas aprendem desde cedo o qual é o tipo de trabalho de cada um, sendo este um fator preponderante na hora de realizar atividades seja na roça, em casa ou no turismo. Podemos atribuir essa questão ao caráter de pesado ou leve discutido pela autora Iraildes Caldas Torres ao destacar em sua obra *O ethos das mulheres da floresta*, que cada atividade é relativa e culturalmente determinada (TORRES, 2012). Assim, o que cada um pode e deve fazer é determinado de acordo com o a educação recebida e os valores transmitidos.

Mas, se tratando de uma comunidade onde acontece o turismo e onde as pessoas utilizam inúmeras formas de chamar atenção dos visitantes, podemos também atribuir essa questão à perspectiva de gênero na Amazônia, onde a sexualidade é tomada como um dos pontos de destaque pelos viajantes e hoje também converte-se em mercadoria, como a maioria das coisas no atual contexto. Torres (2008, p. 181) afirma que “a imagem da mulher índia como um ser exótico e lasciva sexual é agora reatualizada pelo capital nos liames da industrialização”, o que acaba pesando sobre as mulheres da região amazônica a fama de mulher “enxerida”, expressão regional que quer dizer “oferecida”.

A autora faz referência à imagem errônea da mulher amazônida, que atrelada ao contexto atual segura essa imagem e utiliza dentro de sua lógica. Em relação à realidade vivida pelas crianças em São Paulo da Valéria-AM, ao relacionarmos com turismo e a sexualidade, destacamos que não trata-se apenas de crianças vestidas de índias, e se ponderarmos o fato de não vermos meninos, somos direcionados a pensar que as meninas com idades entre três e doze anos que ficam vestidas de índias e expostas aos turistas, se revela como o produto a ser vendido, onde os pais se aproveitam da sua inocência, da sua sensibilidade e conseqüentemente da imagem da sua sexualidade para obter algo em troca.

As estratégias utilizadas para atrair turistas para o país sempre estiveram atreladas as belezas naturais como fauna e flora, e a imagem da mulher, indígena ou não, neste ponto também sempre foi carro-chefe para atrair atenção dos visitantes, como destaca a autora Rosana Bignami (2002):

A imagem do paraíso não se reduz à idealização da selva primordial em seus aspectos de flora e fauna. Ela adquire um outro significado que a relaciona ao pecado original e o país acaba por ser conhecido como o lugar do sexo fácil e barato. Mesmo aos olhos do observador pouco atento, é óbvia a tentativa de atrair turistas ao Brasil através do uso de imagens de belas mulheres e com referências ao apelo sexual (BIGNAMI, 2002, p. 42).

Embora esta seja uma característica deste povo devido a sua mistura de raças e sua mistura intercultural desde a época de sua colonização, podemos observar que desde essa época já havia o deslumbramento dos estrangeiros diante de tamanha diversidade. Já neste primeiro contato a imagem da mulher foi contemplada pelos homens estrangeiros com olhos diferentes.

Além disso, o Brasil é um país de clima tropical, neste caso é natural que as pessoas necessitem cobrir seu corpo um pouco menos, o que também se tornou uma marca registrada país a fora. Dentro disso a mulher também é tomada como destaque por conta de seus traços físicos, fruto da grande mistura de povos, que associada às poucas vestimentas, revela inúmeros estereótipos criados acerca das mulheres brasileiras.

O imaginário sexual construído acerca do povo brasileiro, expresso na cultura popular e de massa, que traduz a imagem vendida no nosso turismo é representado pela figura da mulher de pele de cor negra e/ou morena, preferida muitas vezes pelos turistas estrangeiros, os chamados “gringos” (JENNER, 2004, p. 04)

Devemos concordar que em São Paulo da Valéria não tratam-se de mulheres, mas sim de crianças do sexo feminino, no entanto concordamos também que por mais oculta que esta relação nos pareça ou pareça para os pais e para as próprias crianças, este pode ser um dos pontos identificados pelos turistas, já que são atributos difundidos sobre o país pelo mundo.

Destacamos então que por mais “inocente” que pareça este trabalho das crianças aos pais, isso revela-se como uma forma de exploração do trabalho infantil, não aquele

em que o ECA classifica como insalubre, penoso, que expõe a riscos de doenças e de desenvolvimento físico, mas sim uma exploração onde a criança é colocada como o produto a serviço das lógicas capitalistas, onde algo é comercializado para obter outra em troca. Se nas discussões anteriores pontuamos o trabalho infantil de caráter socializador, destacamos neste ponto o seu caráter nocivo, onde a própria família utiliza o corpo, a imagem, a inocência, a sensibilidade e a sexualidade para obter “um dinheirinho”.

Destacamos alguns relatos dos pais sobre a atividade que as crianças realizam para o turismo. Entre os depoimentos identificamos a presença da lógica capitalista em diferentes situações e a exploração do trabalho infantil.

É bom que já tiram o dinheirinho deles. Acho que é trabalho sim, mas pouco. Eles ficam na sombra. É ventilado, é diversão para as crianças (Depoimento de Hibisco, 36 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Quando o turista vem, eles vão passear e levam o bicho preguiça pra tirar fotos, eles gostam e ganham dólar (Depoimento de Oleandro, 55 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Minha filha mais velha de 11 anos se veste de índia para os turistas tirarem fotos. Ela recebe um dólar por cada foto. No final, quando os turistas são bom recebe uns 20 dólares. Eu acho importante, pois ajuda na renda. Ela gosta por que ajuda na compra de comida, de pão (Depoimento de Flor de Lótus, 29 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Antes eu vendia colar e bolsinha pros turistas, hoje não tem mais isso, só minha filha que vai passear com eles e ganha dólar. Ela ganha uns 10 dólares e gasta tudo com bombom e refrigerante (Depoimento de Tulipa, 36 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016)

Os relatos nos direcionam claramente a questão da utilização da criança dentro da lógica mercadológica, não apenas as meninas fantasiadas, mas de maneira geral, meninas e meninos que vendem pinturas, dirigem os *rabetas* em passeiam com os turistas, atuam dentro desta rede de comercio que existe no local.

As crianças atuam como comerciantes quando assumem a postura de vendedor e começam a oferecer os artesanatos, sua companhia, os passeios e pinturas para os turistas. Atuam ainda como a própria mercadoria, pois ficam expostas como produtos em cima de prateleiras para que todos possam admirar. Além disso, em um dos depoimentos a entrevistada afirma ter vendido um dia produtos artesanais para os

turistas e que agora não mais realiza essa atividade porque tem uma filha que faz passeios para ganhar dinheiro. Quer dizer, não há mais esforço por parte da mãe em produzir algo para poder vender, pois hoje existe sua filha, que pode ficar fantasiada e conseguir o dinheiro que antes ela conseguia vendendo seus produtos.

Em meio a pensamentos alternados de que a atividade dos filhos seja “trabalho pouco” ou “uma ajuda”, o fato é que a atividade que as crianças realizam tem o seu valor de troca, que neste caso trata-se dos dólares pagos pelo passeio ou pela fotografia tirada com animais ou meninas. Em alguns relatos sobre o destino final do dinheiro arrecadado durante o turismo, as mães destacam.

Quando o movimento é bom eles pagam bem. Às vezes 30 dólares, já é uma ajuda pra comprar o material escolar. Quando eu não trago ela, ela chora. Ela ganha presente, boneca, lápis, canetas. A fantasia eu mesmo que faço. Essas crianças já estão acostumadas com os turistas (Depoimento de Bromélia, 37 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

As vezes ela faz 40 dólares. Eu invisto em material escolar pra ela. Ela gosta, ela sabe que vai trazer resultado. Ela fica de 8h da manhã até o sol ficar muito forte, daí eu tiro. Eu trabalho com argila, vende bem até, mas hoje não fiz nada, só ela mesmo para tirar foto (Depoimento de Cormizo, 42 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

As narrativas reforçam o caráter comercial da atividade realizada pelas crianças, uma vez que estas fazem parte de uma rede de comércio. Anteriormente destacamos o fato de algumas pessoas deterem dos meios para obter renda, é o caso dos donos das fantasias, que muitas vezes alugam para as famílias e que o valor adquirido pela exposição e fotografias será dividido entre quem vestiu e quem alugou.

O destino final do dinheiro obtido pelas famílias, dependendo dos ganhos alcançados em dólar, contribuem com a renda e outros para comprar o material escolar das crianças.



Imagem 15 e 16. Crianças expostas aos turistas para fotografia. Dezembro 2016. Fonte: Pesquisa de Campo/Nadma Azevedo/2016

As imagens mostram crianças em exposição aos turistas. Na *imagem 11* a criança aparece de pé, em cima de uma pedra e segurando o guarda-sol para se proteger, pois uma das características da região amazônica é o calor excessivo devido ao forte sol. Segundo a mãe da criança, ela fica de 8 da manhã até meio-dia, e durante esse período ela fica levando água e lanche para a filha. A *imagem 12* mostra uma criança também em cima de uma pedra, fantasiada de índia e segurando um filhote de jacaré por um fio. Segundo a mãe o jacaré chama mais atenção e com isso ela é fotografada mais vezes. Ambas cumprem horas destinadas ao trabalho, que ao final lhes renderá alguns dólares.

Para muitos pais a atividade que os filhos realizam não é considerado trabalho, no entanto devemos considerar o fato de que isso gera um retorno. Notamos que essas crianças das imagens estão realizando um trabalho, e que este trabalho é feito sob a observância de um adulto, em geral, do responsável da criança, que diferentemente daquele trabalho realizado como parte de transmissão de saberes gerará algo em troca.

Dentro dessa realidade destacamos também a própria cultura local como mercadoria. A cultura local Amazônica é uma mercadoria imaterial que, apropriada pelo turismo se insere no universo econômico como atividade de expansão do capital. Essa mercadoria assume essa forma quando passa a ser considerada como um valor de troca, comercializada, da mesma forma que outras coisas são.

Além das crianças terem a sua imagem comercializada, o seu corpo, o seu cotidiano e suas roupas demonstram traços da cultura amazônica. Os próprios artesanatos carregam esses traços culturais, pois contam a história desta região, trata-se portanto de uma mercadoria com valores agregados.

Os pais percebem que essa identidade cultural atrai os turistas e que tem um valor socialmente aceito, e transforma isto em percentual de ganho, ou seja, um valor socialmente aceito: a identidade cultural da região, que é objetivada no processo de trocas de mercadorias por dinheiro (BRAMBATTI, 2006).

A mercadoria cultural, assim como qualquer outra, é resultado de um longo processo produtivo, cuja ênfase é o produto final, posta à venda, com base no valor de troca. Nesse processo intervêm o trabalho humano em diversos âmbitos, alienado, dividido e fragmentado, a ponto de o produto não comportar mais as marcas dos diversos sujeitos que nele atuaram (BOLOGNESI, 1996).

Nos casos mostrados nas imagens não trata-se de trabalho penoso e insalubre que traz riscos à saúde, mas trata-se de uma exploração do trabalho infantil onde as crianças são o produto carregados de valores culturais onde o verdadeiro sentido da cultura é substituído pelo valor de troca, como destaca Mario Fernando Bolognesi (1996, p.80-81).

O valor de troca, o lucro e a ênfase nos negócios vem substituir todos os atributos da arte e suas grandes finalidades. A arte e seu âmbito não são mais espaços apropriados para o exercício e manifestação do juízo estético: transformaram-se em objetos preferencialmente destinados ao lazer e a diversão, uma extensão e continuidade da reificação dominante, mesmo quando apresentam-se como momentos de suspensão e de aparente distanciamento do dia a dia. A indústria da diversão e do lazer faz que a arte e a cultura se vejam integradas ao cotidiano alienante, concomitantemente como forma de fuga e de inserção. O processo industrial da cultura almeja a naturalização completa da reificação. O negócio e o lucro não são apenas intenções da indústria cultural, mas princípios únicos. Sua ideologia e a sua própria forma, ou seja, a mercadoria (BOLOGNESI, 1996, p.80-81)

O autor destaca o cotidiano alienante do qual essas crianças podem estar inseridas uma vez que ao realizarem tal trabalho sabendo apenas que receberão algum dinheiro por fazer aquilo, e não entendem de fato todo o processo que cerca esta atividade. Além disso, o que as crianças realizam exige esforço físico, pois depositam horas do dia para essa exposição, e ainda correm pequenos riscos por ficarem expostos juntamente com animais. Os próprios pais destacam o fato de tucanos terem os bicos afiados, os quatis já terem mordido algumas pessoas e o jacaré ser um animal perigoso mesmo que ainda filhote.

O antropólogo Roque de Barros Laraia (2004) diz haver certas restrições determinadas pela idade, ao mencionar que “uma criança não está apta para exercer

certas atividades próprias de adultos. Estes impedimentos decorrem geralmente da incapacidade do desempenho de funções que dependem da força física ou agilidade [...] estão relacionadas com a determinação do limite entre as classes etárias (LARAIA, 2004, p. 81). Neste caso mencionamos o fato de participarem de negociações, de exercerem uma atividade imprópria para sua idade, para o seu tempo.

Notamos que em São Paulo da Valéria a maior importância dada a região é o fato de se poder tirar do lugar algumas vantagens, e isto está ligado a característica cultural da região Amazônica, a qual é historicamente conhecida por seus primeiros habitantes e seus traços peculiares, e estes são revividos cada vez que recebem visitas dos turistas, embora não seja como era antes. Os moradores da comunidade entendem que, embora com pouco conhecimento sobre a construção do pensamento social na Amazônia, podem impressionar ao mostrar aos que vem de fora um pouco do que existiu nesta região, ou não, já que São Paulo da Valéria é uma comunidade não indígena e que segundo relatos dos próprios moradores, aquelas terras foram habitadas primeiramente por quilombolas.

Bolognesi (1996) destaca que na visão de Adorno & Horkheimer, a possibilidade indiscriminada de consumo não aproximou as pessoas daquelas áreas das quais elas estavam excluídas, apenas serviu para selar o declínio da cultura e reduzi-la a economia de mercado. Assim, embora seja algo realmente importante, que mostra a história de um povo, de um lugar, a cultura perde um pouco do seu real sentido neste momento e é reduzida a uma mera forma de conseguir algo em troca. O autor assevera ainda:

A concepção da arte e da cultura exclusivamente como mercadoria parece desconsiderar certas particularidades que as fazem distintas daqueles bens voltados a satisfação de necessidades físicas. E isso se deve ao ponto de partida que Adorno e Horkheimer adotaram para a análise da obra de arte no âmbito industrial, qual seja, o do consumidor-objeto, que se complementa com o da indústria e seus interesses. (BOLOGNESI, 1996, p. 81)

O interesse durante as atividades turísticas não parte apenas dos que se deslocam da cidade até a comunidade para comprar dólar, alugar fantasias ou mesmo dos pais das crianças em conseguir algum dinheiro, mas das próprias crianças, que de certa forma já entendem que estarem ali vestidas de índio e segurando algum animal trará dinheiro

para dentro de casa. No discurso da mãe identificamos o interesse da criança em ficar exposta.

Eu acho que vale a pena, ela ganha uma média de 20 dólares. Ela não gosta muito, é braba, mas ela pede pra vestir. Com o dinheiro eu compro pra ela o que ela quer. Se ela ganhar bem hoje, vai ser pra comprar o material escolar dela. A tia dela que faz a fantasia, essa que ta usando foi presente. Quando o movimento ta pouco como hoje, ela pede pra tirar a roupa, ela não é besta não, ela só fica quando ta dando bem (Depoimento de Lírio, 22 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

A filha da entrevistada tem apenas quatro anos de idade e que apesar de não gostar muito, pede para ser vestida e se caso o movimento for fraco, pede para que a fantasia seja tirada. Neste caso, desde muito cedo as crianças são inseridas neste espaço comercial e de trabalho sabendo o que pode ser vantajoso ou não e crescem em meio a este universo de compra e venda. Aqui destacamos uma das consequências na formação social das crianças, pois internalizam e crescem em meio a essa competitividade e negociação de produtos.

Ao retornarmos ao conceito de trabalho infantil, o *Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*, define que o termo Trabalho Infantil, em sua acepção atual, compreende a realização, por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, de atividades que visem a obtenção de ganho para prover o sustento próprio e/ou da família, como também de quaisquer serviços que não tenham remuneração (MEDEIROS, 2013). Neste caso, ao nos reportarmos a atividade realizada pelas crianças em São Paulo da Valéria, podemos dizer que esta condiz com uma atividade que visa a obtenção de ganhos e que promove, em termos, o complemento da renda familiar quando o movimento do turismo é intenso.



Imagem 17. Criança exposta aos turistas sob vigilância da mãe. Dezembro 2016. Fonte: Pesquisa de Campo/Nadma Azevedo/2016

A imagem mostra a criança fantasiada e colocada em cima de um banco de madeira para ser fotografada sob constante vigilância de sua mãe. Durante a atividade a mãe se mantém distante, os visitantes que param para fotografar entregam o dólar na mão da criança, em seguida a mãe se aproxima para pegar o dinheiro com a filha e guardar.

Luiz Henrique Sá da Nova (2007) destaca que o caráter exclusivo de um sistema produtor de bens materiais, desde muito é origem e não realidade contemporânea do capitalismo, e que este, ao se expandir, acabou ocupando todos os espaços sociais, inclusive o ambiente simbólico, seja na produção de bens culturais ou na configuração da lógica da interação social.

Por mais que os pais não considerem, trata-se de uma atividade onde há exploração do trabalho infantil, pois o fato de afirmarem ser esta uma forma de conseguir um “dinheirinho” configura-se como a transformação de algo em mercadoria, neste caso a imagem da criança.

Reinaldo Luiz Damazio (1991) destaca que mesmo Marx tendo se precipitado em seus prognósticos, ao afirmar que “o uso massivo e extensivo da mão-de-obra infantil” na indústria era um fato definitivo e irreversível, ainda cabe na realidade vivida pelas crianças em tempos atuais, embora exista hoje meios que buscam reverter tal realidade.

Mário Sérgio Cortella (2009, p.50), “muitas famílias têm o trabalho da criança como um conceito importante na formação, mas está confundindo aprender a ter ações que sejam responsáveis, produtivas, como ter uma ocupação monetária ou de emprego” assumindo assim responsabilidades inerentes aos adultos. Observamos que em São

Paulo da Valéria-AM existe sim o trabalho infantil voltado para a transmissão de saberes, no entanto identificamos ainda que há também a exploração do trabalho infantil, onde crianças são levadas ao trabalho, em forma de mercadoria, durante a prática do turismo.

A temática do trabalho infantil deve ser analisada tendo em conta as múltiplas relações em que ele se insere e as suas determinações sociais. Para Sarmiento (2009) o trabalho infantil é um fenômeno social persistente, com raízes na estrutura socioeconômica da sociedade, que se sustenta simbolicamente de uma cultura favorável à utilização do trabalho de menores, associado normalmente às esferas informais da atividade econômica e com uma causalidade multifatorial.

Embora haja especificidades, dependendo do contexto social rural, inclusive casos de famílias consolidadas economicamente mobilizando o trabalho das crianças, a exploração do trabalho infantil possui uma correlação forte com a exclusão social, e em especial, com a pobreza dos agregados familiares (SARMENTO, 2009).

Muitas vezes o trabalho infantil é visto como algo natural, incorporado aos hábitos de uma família ou de um determinado lugar. Esses são mascarados por mitos que fazem parte do discurso de várias famílias que naturalizam o trabalho infantil. Veronese e Custodio (2013) destacam que é comum ouvir discursos como “é melhor trabalhar que roubar”, “o trabalho da criança ajuda a família”, “trabalhar desde cedo acumula experiência para o futuro” e estes acabam se tornando algumas das justificativas para que os pais insiram seus filhos no mundo do trabalho. No entanto, a compreensão das crianças como sujeitos de direitos e como pessoas que merecem proteção especial por estarem em uma fase de desenvolvimento contraria essa percepção.

Nos dias atuais existe o esforço em divulgar a proteção através de leis e proibições criadas para combater essa prática, porém devemos levar em conta a falta de acesso a informações que é realidade para muitas comunidades rurais, e na Amazônia não é diferente, foi o que identificamos durante as entrevistas realizadas em São Paulo da Valéria. Na comunidade as crianças participam nas atividades normalmente desenvolvidas pelos agricultores familiares, seja na produção de frutas, verduras e ou mesmo no trabalho doméstico, mas para pais e filhos há uma visão diferenciada em relação ao que realizam.

Vale lembrar a ideia defendida por Delma Pessanha Neves (1999) ao destacar o trabalho infantil em duas visões, sendo uma de caráter socializador e em casos onde há a

exploração do trabalho infantil, realidades que puderam ser identificadas na comunidade pesquisada. Tanto o caráter socializador que visa transmitir aos filhos os saberes adquiridos dentro da realidade da agricultura familiar, quanto a exploração do trabalho de crianças é realizado durante a prática do turismo em São Paulo da Valéria.

Diante desta realidade, durante as pesquisas de campo, buscamos identificar nas falas dos pais e dos filhos a sua percepção sobre a atividade desenvolvida pelas crianças durante a visita dos turistas. Buscamos ainda identificar a opinião dos próprios turistas que chegam até a comunidade e se deparam com crianças realizando algum tipo de trabalho para conseguir dinheiro.

O entendimento do modo de vida das crianças na comunidade, a interpretação das suas visões de mundo e a compreensão dos sentidos do trabalho infantil não podem ser realizados no vazio social e cultural, necessitando se sustentar nas análises das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem (SARMENTO e PINTO, 1997).

Ainda se verificam lacunas importantes na compreensão das maneiras em que as crianças interagem social e culturalmente no cotidiano dos espaços sociais, sobretudo nas comunidades rurais, neste sentido, a criança como ator social, deve ser entendida a partir de suas vivências, falas e pensamentos, e tudo isso deve ser levado em consideração no momento de analisar tal realidade.

Durante as viagens de pesquisa de campo, buscamos não apenas ouvir os pais sobre a infância dos filhos e sobre as situações de trabalho em que participam, mas também as próprias crianças, que são principais sujeitos desta pesquisa. Através das rodas de conversa realizadas na escola da comunidade juntamente com as crianças, ouvimos depoimentos sobre o seu dia a dia, suas brincadeiras, seus planos futuros, e principalmente sobre o seu papel na agricultura familiar e durante o turismo.

Para tratarmos de assuntos referentes à prática do turismo, fomos em busca daquelas crianças da comunidade que os pais vestem de índio durante as visitas. E ao serem questionadas sobre o fato estarem fantasiados e serem fotografadas pelos turistas algumas destacam.

Eu gosto de ficar assim por que é legal. Quando o sol ta forte mesmo assim eu fico, eu gosto. Tenho medo do jacaré, minha mãe traz agua e lanche pra mim (Depoimento de Maitaca, 07 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016)

Eu acho divertido ser fotografada, minha fantasia vem de Parintins (do Caprichoso). A dona da minha roupa recebe metade do que ganho. Eu fico de 8 horas da manhã até meio dia vestida de índio (Depoimento de Garça, 11 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Quando os turistas estão aqui a gente sai cedo da aula, fica de 7 horas até a merenda, depois o professor libera e pra gente se arrumar. A gente fica até eles irem embora de tarde. Essa roupa é minha mesmo e a pintura faz com batom. Mamãe pergunta se eu quero e eu digo que sim, é um dólar por cada foto (Depoimento de Cigana, 10 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

A gente ganha chocolate, lapiseiras, lápis. Eles se admiram de tudo. E quando tem bicho preguiça eles gostam mais ainda, vão embora até o final e depois voltam, ficam vermelhos por causa do sol. Quando da pouco fica comigo, quando da muito entrego pra minha mãe. O pessoal vem da cidade e troca (Depoimento de Bem-te-vi, 11 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016)

Os depoimentos demonstram que estar fantasiado durante a vinda dos turistas é tido como diversão, brincadeira. As crianças acham bom estar ali, ser visto e fotografado pelos que chegam. Isso está atrelado também ao fato de ganharem presentes dos visitantes, ganhar algo já torna a atividade agradável para quem o realiza, ainda mais se tratando de crianças.

Faz parte deste universo da infância associar quase tudo que realizam à diversão, às brincadeiras. De acordo com Brougère (1995) *apud* Oliveira e Francischiniv (2003), a brincadeira pressupõe uma aprendizagem social, pois a criança é iniciada nessa atividade por pessoas que cuidam dela, e não por iniciativa própria. Aos poucos, as crianças inserem-se nesse universo, compartilhando de um mesmo código cultural, atribuindo, portanto, significações semelhantes (OLIVEIRA e FRANCISCHINI, 2003).

Além disso, a criança vive em constante interação com o meio em que vive, e como parte de sua aprendizagem, aquilo que fazem a sua volta e aquilo que são orientados a fazer irá contribuir com o seu desenvolvimento social e cultural. Para Vygostsky (2007) *apud* Rodrigues (2009), baseados numa visão histórica e social dos processos de desenvolvimento infantil, o brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação e a realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos (RODRIGUES, 2009).

As crianças de São Paulo da Valéria aproveitam o momento para interagir entre si e com pessoas de outros países, aprender com o que fazem, onde não apenas valores culturais estão em jogo, mas o fato de realizarem uma atividade comercial os insere em

um universo novo e, embora não seja algo sadio, acabam também internalizando que se forem fantasiados poderão ganhar algo, como vemos nos depoimentos da mãe ao dizer que “ela não é besta, só fica quando ta dando bem [dólar]”. É um momento de diversão? Sim, para as crianças pode até ser, mas atrás de tudo isso, elas também conseguem identificar que a sua função pode trazer algo em troca, ainda que não compreendam a lógica por detrás das coisas.

Para os pais das crianças, trazendo novamente o discurso da ajuda, o que elas fazem é uma forma de contribuir com a renda da família, porém, jamais definida como trabalho. Temos que concordar que em áreas rurais, e na Amazônia não é diferente, faz parte da peculiaridade do lugar o ato de inserir as crianças cedo nas unidades de produção agrícola, como destaca o autor Stropasolas (2012).

Nas comunidades rurais e, sobretudo, na agricultura familiar, as crianças aprendem a conviver desde cedo com a realidade das atividades produtivas realizadas pelos membros do grupo doméstico, num cotidiano que associa a sua participação e o aprendizado na divisão social do trabalho, nas relações de sociabilidade [...] São estimuladas a incorporar uma ética em que o trabalho tem um valor relevante como base da subsistência, como meio privilegiado de ganhar a vida e de honrar seus compromissos. As crianças e os adolescentes, em geral, aprendem desde muito cedo um conjunto diferenciado – por gênero e geração – de papéis sociais nos espaços público e privado, em que se conformam regras, hierarquias e poderes expressos na divisão social do trabalho agrícola familiar e implicados na reprodução do patrimônio fundiário entre as gerações (STROPASOLAS, 2012, p. 269).

No entanto, devemos concordar também que no caso de São Paulo da Valéria existe algo particular, onde não apenas vemos crianças inseridas no contexto da agricultura familiar, mas sim em atividades comerciais relacionadas com o turismo de massa. Neste caso, a explicação defendida por alguns autores de que essa inserção das crianças no trabalho tem caráter pedagógico e socializador não se aplica uma vez que observa-se a existência de uma atividade remunerada, o qual, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é considerado exploração do trabalho infantil.

Os depoimentos mostram o pensamento dos pais acerca deste trabalho.

Minha filha mais velha de 11 anos [de idade] se veste de índia para os turistas tirarem fotos. Ela recebe um dólar por cada foto. No final, quando os turistas são bom recebe uns 20 dólares. Eu acho importante, pois ajuda na renda. Ela gosta porque ajuda na compra de comida, de pão (Depoimento de Margarida, 29 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

A minha caçula tem quatro anos [de idade], essa fantasia foi a madrinha dela que fez. Tem navio que traz muita gente, mais de 900 turistas, esse dá bem dinheiro. É bom quando pagam em dólar, tem uns que já trazem o nosso dinheiro mesmo, em dólar dá mais. Ela faz uns 30 dólares, aí já dá né (Depoimento de Alfazema, 50 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Não é trabalho não, ela gosta, ainda mais que dá dinheiro as vezes. Eu deixo ela aqui na sombra, quando cansa de ficar em pé ela senta (Depoimento de Begônia, 39 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

A mais velha de 15 anos [de idade] estuda em Parintins. Tenho uma que se veste de índia, eu acho bom, é pouco tempo e já ganha um dinheirinho. (Depoimento de Hibisco, 36 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016)

Com o discurso de ajuda e uma forma de contribuir com a família, alguns pais deixam claro que o trabalho das crianças gera uma renda e é importante pois é uma forma de conseguir dinheiro. Ao afirmarem que trata-se uma atividade que as crianças gostam de fazer, retiram o peso da obrigação dos filhos e o peso, ainda desconhecido, de estarem inseridos dentro da lógica mercadológica Capitalista. Neste caso, os pais levam em consideração o lado divertido destacado pelas crianças e somam ao importante papel de adquirir renda.

Vale salientar que apesar de ser uma atividade que acontece durante todo o ano, existe uma temporada onde os navios de cruzeiros passam com maior frequência, mais especificamente nos meses de novembro e dezembro, em junho e no início do ano, mês de fevereiro. Em média, segundo o presidente da comunidade, gira em torno de 20 a 35 visitas por ano, de navios estrangeiros. No entanto é comum São Paulo receber visitas de pesquisadores, alunos e professores durante todo o ano. Neste caso, as atividades que as crianças realizam no turismo acontecem em temporada.

Como destacou-se no início deste tópico, umas das dificuldades identificadas na comunidade foi a falta de informações ou mesmo a sua ausência sobre questões relacionadas ao trabalho infantil como leis e sua própria definição e outras leis direcionadas à proteção da criança. Durante as entrevistas buscamos de alguma forma saber sobre o entendimento dos pais quanto a proibição do trabalho infantil pautada pelo

Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei que proíbe o castigo físico contra crianças conhecida como *Menino Bernardo*³⁶, recentemente aprovada pelo Senado.

Pedi-se aos pais que falassem sobre o conhecimento que tinham sobre o ECA e o que achavam sobre a proibição do trabalho para crianças e esta lei que proíbe bater em crianças. Diferentes pensamentos foram expostos pelos entrevistados.

Eu acho a lei certa em uma parte, mas depois perde o limite. O conceito de os pais não mais poder prender dessa liberdade toda, isso dá problema. Acho que a proibição do trabalho e de bater se torna difícil pra nós mães, pois não pode bater, não tem medo mais (Depoimento de Alfazema, 50 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Já ouvi falar, mas não me atentei para essa lei. Não acho certo a proibição do trabalho, pois com isso eles ensinam. Tem que aprender alguma coisa, é melhor trabalhar. Eu também acho errado proibir de bater, tem que deixar de alguma forma de chamar atenção (Depoimento de Begônia, 39 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Já ouvi falar sobre o ECA. Acho que deve dar peteca, mas não espancar né. Quer bater, bate, mas não aleijar. (Depoimento de Jasmim, 35 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Já ouvi falar, mas não conheço muito. Mas é um direito né. Nós fomos criados na “porrada”. Mudou muito, é uma tristeza acontece muitas coisas, não posso ser contra, é lei né. Eu sou de acordo em certas partes, não podemos forçar né. (Depoimento de Oleandro, 55 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Nunca ouvi falar nesse ECA. Mas eu concordo com essa proibição do trabalho, mas não concordo com a lei que proíbe bater, pois essas crianças de hoje “tão que tão”, é bom pra educar né (Depoimento de Margarida, 29 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Não conheço o ECA não, nem essas leis, mas acho bom se proibem, acho que melhora na educação dos filhos, é bem diferente da minha época. Os filhos não podem trabalhar. Hoje tem muita facilidade, antes podia estudar de sandália e levava as coisas na sacola de pano, agora não mais (Depoimento de Amarflis, 37 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

³⁶ O nome da lei é uma homenagem ao menino Bernardo Boldrini, morto em abril de 2014, aos 11 anos, em Três Passos – Rio Grande do Sul. Os acusados são o pai e a madrasta do menino com ajuda de uma amiga e do irmão dela. A lei assegura o direito de toda criança e adolescente ser criado sem uso de castigo físico ou tratamento cruel.

Não conheço o ECA, mas eu acho um erro essa proibição, minha avó que me criou, e foi na roça. Nessa época eu “apanhei” muito. Hoje em dia existe muito marginal, filho que não respeita os pais, aluno mata professor, por quê? Por causa dessas novas leis. Acho um erro proibir o trabalho também, as crianças têm que aprender com os pais. (Depoimento de Tulipa, 36 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Eu não conheço o ECA, estudei só até o 9 ano. De primeiro a gente pegava “porrada” mesmo. Por uma parte é bom que proibam de bater, é melhor conversar, bater as vezes, espancar que não é bom (Depoimento de Hortência, 30 anos. São Paulo da Valéria, em 10 de dezembro, 2016).

Alguns pais afirmaram não conhecer o ECA, e as poucas pessoas que “já ouviram falar” sobre, conhecem superficialmente. Quanto ao fato de serem a favor ou não da proibição do trabalho para crianças, muitos afirmaram ser contra, pois associam a ausência de “ter o que fazer” aos mitos já supracitados de que “é melhor trabalhar para aprender”, “trabalhando ganha experiência” e outros utilizados para justificar a inserção de crianças desde cedo no mundo do trabalho. Além disso, a própria experiência dos pais com o trabalho foi muito cedo, logo não lhes é estranho educar os filhos da mesma forma que foram educados.

Em relação a lei que proíbe castigos físicos, alguns foram a favor, porem com ressalvas de que algumas “palmadas não fazem mal”. Os pais costumam comparar a infância que tiveram e a forma como seus pais os educavam às formas como educam os filhos hoje. Muitos concordam que “não bater” abre espaço para os filhos não respeitarem os pais pelo fato de não serem temidos.

As entrevistas demonstraram o pouco entendimento dos pais sobre as leis ou mesmo a sua ausência, o que nos permite afirmar que a falta de acesso a informação sobre as leis brasileiras também influencia no ato de educar em comunidades rurais. Assim a nossa hipótese levantada inicialmente de que a realidade das famílias que residem em comunidades rurais amazônicas negue a legalidade brasileira referente ao trabalho infantil pode ser comprovada, no entanto destacamos que essa negação acontece por não conhecerem e não entenderem o real motivo das mesmas. Além disso a própria peculiaridade amazônica em transmitir às gerações futuras os ensinamentos recebidos tanto na educação quanto no trabalho não é contemplada nos parágrafos da legislação.

Voltando a falar sobre o turismo em São Paulo da Valéria, mesmo não sendo foco principal desta pesquisa, os turistas também foram importantes pois são eles os responsáveis por toda a movimentação na comunidade, principalmente em relação às crianças. Para entrevistar os estrangeiros utilizamos a estratégia dos próprios moradores da comunidade, a escrita. Formulamos a pergunta em português, depois traduzimos para o inglês. Em seguida entregamos o panfleto com a pergunta para os turistas, a resposta nos foi dada em inglês e traduzida para o português.

Para saber a opinião dos visitantes sobre o fato de serem recebidos por crianças fantasiadas de índias, pedimos para que falassem o que achavam daquela exposição infantil para fotografias. Mesmo não tendo muito sucesso quanto ao número de pessoas dispostas a responder o questionamento, alguns se dispuseram e afirmaram:

Sentimentos mistos, parte de mim acredita que está explorando, mas parte de mim vê a criança recebendo dinheiro que sua família provavelmente precisa. (LORLEE HANSON, 61 anos - Estados Unidos)

Sinto-me honrado por poder visitar. As crianças são muito doces, aos que estão nos trajes é melhor posar para fotos do que implorar por dinheiro. (MAMMEY CIAIQ, 72 anos – Estados Unidos)

Observamos na fala destes turistas que, o que as crianças fazem pode ser interpretado de diferentes formas. Os pensamentos alternados dos turistas se parecem um pouco com aquilo que os pais definem como ajuda, pois acreditam que aquele dinheiro que se esforçam para conseguir durante as visitas servirá de alguma forma para sua família. Também não deixa de citar um dos pontos discutidos nesta pesquisa, a exploração do trabalho de crianças. No último depoimento observamos que a turista destaca o fato de que é melhor fazer algo em troca de dólares do que apenas pedir daqueles que chegam.

Nestas diferentes visões, identificamos que as crianças, para os turistas, exprimem imagens diferentes, e que conclusões distintas podem ser tomadas sobre aquilo que vêem em relação às crianças. Se por um lado pode ser exploração, por outra há a justificativa de que é menos pior trabalhar, do que apenas pedir dos turistas. Assim, aquilo que discutimos no decorrer deste trabalho, sobre as diferentes definições de trabalho infantil e sobre o que representa para os pais está presente também nas colocações dos visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, almejou-se compreender o processo de inserção/interação das crianças nas relações estabelecidas entre o trabalho infantil dentro da agricultura familiar e em outros aspectos que permeiam o seu modo de vida no interior da comunidade de São Paulo da Valéria, localizada no Município de Parintins no Estado do Amazonas. O direcionamento da pesquisa consistiu em apresentar os aspectos históricos sobre elementos de permanência e rupturas que circunscrevem a construção do conceito de infância e a origem do trabalho infantil, relacionando com a realidade pesquisada. Consistiu também em averiguar as situações de trabalho em que as crianças estão inseridas e a relação com o trabalho infantil, e por fim buscou verificar as experiências e ações das crianças a partir do contexto de trabalho com o turismo na comunidade, procurando interpretar as falas dos pais sobre a participação das crianças nesse processo de comercialização da cultura regional.

Do universo de 30 famílias que residem na comunidade, foram entrevistadas 13 (treze) crianças e 13 (treze) pais que se propuseram a participar de todas as atividades realizadas pela pesquisa. As crianças foram entrevistadas em uma *roda de conversa* e os pais foram abordados de forma individual. Para as entrevistas seguimos um roteiro de perguntas abertas sobre a infância dos pais e a relação com a agricultura, sobre a infância dos filhos e a sua relação com a agricultura, a sua visão sobre o trabalho infantil e a legislação vigente e também a visão dos pais sobre a relação dos filhos com o trabalho na agricultura familiar e com o turismo.

Para entender o processo de construção do conceito de infância e o surgimento e evolução do trabalho infantil nas sociedades ocidentais para que fosse proibido por lei, como é nos dias atuais, foi necessário conhecer os momentos da história em que se falava sobre estas categorias e as mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo. Assim, apresentamos no primeiro capítulo o contexto histórico da infância em diferentes momentos a partir da visão de diferentes autores, assim como a história da inserção de crianças no mundo do trabalho tanto no contexto mundial como brasileiro.

Para saber a relação das crianças com a agricultura familiar, desenvolvemos uma discussão acerca da agricultura e a sua origem, o seu conceito, como se organiza e a inserção da criança dentro deste processo. Fizemos a descrição dos cultivos agrícolas realizados na comunidade, assim como as criações e outras atividades que permeiam o

cotidiano das famílias e das crianças, isso nos permitiu conhecer a relação e participação dos filhos dentro desta atividade e qual a relação destas com o trabalho infantil.

A pesquisa traz ainda relatos sobre a infância dos pais e a infância dos filhos destacando as suas brincadeiras e o seu lazer com o intuito de conhecer de que forma se deu o contato de ambos com o trabalho na agricultura familiar e como estes avaliam a sua inserção nos cultivos agrícolas e como enxergam a participação dos filhos das atividades cotidianas. E para isso os pais descreveram a sua infância, o tratamento recebido dos pais, a sua relação com a agricultura, as suas brincadeiras. Isso nos permitiu realizar uma comparação entre a infância que tiveram e a infância dos filhos e identificar o que mudou ao longo deste tempo.

Fazer a descrição das atividades, ouvir os pais e as próprias crianças sobre a sua participação das atividades roceiras foi de fundamental importância para conhecermos a realidade vivida pelas famílias e assim podermos relacionar este trabalho com as definições do trabalho infantil, uma vez que ao estarmos discutindo com duas diferentes visões acerca deste.

As discussões sobre o turismo nos permitiram entender o contexto em que este acontece na comunidade, a sua forma de organização e como a comunidade se organiza para esta atividade. As pesquisas de campo nos permitiram identificar outra situação de trabalho vivida pelas crianças e assim também relacionar com as definições de trabalho infantil.

As discussões sobre infância e trabalho infantil, por muito tempo esteve atrelada ao modo de se olhar ambos de formas separadas, onde crianças devem ficar isentas de qualquer tipo de trabalho, uma vez que é impossível relacionar infância e trabalho, já que um não se aplica ao tempo do outro. No entanto, no decorrer deste trabalho e apoiados aos diversos autores, percebemos que esta é uma visão ultrapassada, e neste trabalho buscamos elucidar sobre a relação existente entre a infância e trabalho e em que situações um exclui o outro. Para isso nos amparou-se em Manoel Jacinto Sarmiento (2002), em que afirma que toda a criança trabalha, pois desenvolve uma atividade social, assim, independentemente de ser exploração ou não, as crianças trabalham, pois toda atividade humana é trabalho.

Para o autor, o não reconhecimento das atividades que as crianças realizam na infância, como estudar, participar das atividades na roça, pescar, caçar ou ajudar nos serviços domésticos, permite a construção de uma imagem cotidiana sobre as crianças

que as coloca na escala anônima e as elevam à condição de autonomia atribuída pelo desempenho de uma atividade que não é socialmente considerada útil.

Diante disso destacou-se sobre o reconhecimento do trabalho das crianças, da relação do trabalho com a infância, e os tipos de trabalho cabíveis na infância, afinal o trabalho permite aos homens que sejam educados, que criem coisas, conhecimentos, cultura, regem suas regras de convivência e transmitem saberes. Porém, pode ainda alienar, explorar, transformar o homem em coisas ou mesmo em uma máquina de reprodução a serviço do Capitalismo, atualmente, deixando assim se perder o seu sentido socializador.

A pesquisa teórica associada à pesquisa de campo indicou que é possível a relação entre o trabalho e a infância, porém identificamos que mesmo podendo haver essa relação, as formas distintas de praticar o trabalho, o objetivo e o resultado final deste é que deve ser cautelosamente diferenciado. Se por um lado, identificamos trabalho infantil de caráter socializador, por outro, identificamos o trabalho cuja finalidade está em obter renda sem medir as faces que fazem parte deste.

Quanto aos resultados desta pesquisa, o objetivo em apresentar os aspectos históricos sobre os elementos de permanência e rupturas que circunscrevem a construção da infância e do trabalho infantil, foi realizado através das leituras e interpretações da bibliografia selecionada para tal. Os autores como Philippe Ariès, Manoel Sarmiento, Esteban Levin, Karl Marx e outros, nos apoiaram nesta discussão e nos revelaram que o conceito de infância foi construído historicamente e que ao longo dos tempos novos elementos foram sendo incluídos para que hoje fosse definida como tal. Por muito tempo não havia a distinção entre adultos e criança, assim como trabalho de adulto e de criança. O sentimento de infância que se tem hoje e a distinção entre crianças e adultos só passou a existir a partir do século XVII, quando se foi percebendo de forma lenta a importância das crianças e quando houve uma maior aproximação com a família.

Assim como a infância, o trabalho infantil para ser identificado como é hoje, passou ao longo da história por diferentes momentos. As crianças sempre tiveram uma estreita relação com o trabalho desde o período medieval e isso foi se modificando na medida em que as sociedades evoluíam, e o trabalho infantil sempre se fez presente desde a formação e evolução das sociedades, porém o seu caráter explorador, nocivo e prejudicial se escancarou a partir da Revolução Industrial.

Autores como Nogueira (1993), Vianna (2004), o próprio Karl Marx e outros revelaram que com a introdução do novo modelo econômico nas sociedades, mudanças significativas no mundo do trabalho e no tratamento das crianças também surgiram. O Modo de Produção Capitalista trouxe junto com seus avanços, a necessidade de aumentar produção e conseqüentemente a mão de obra, com isso as crianças passaram a fazer parte desse universo e a integrar parte da mão de obra explorada pelos grandes capitalistas dentro das fábricas. No Brasil o trabalho infantil também é resultado de um processo histórico, e este existe desde a colonização quando crianças eram embarcadas nas grandes navegações como pequenos trabalhadores.

Em relação ao nosso objetivo de caracterizar a infância vivida pelas crianças, a sua relação com o trabalho e a percepção dos pais sobre esta relação, com as entrevistas e rodas de conversas obtivemos êxito. Os pais não apenas comentaram sobre a infância dos filhos como também sobre as suas, o que nos permitiu fazer uma comparação sobre a infância dos pais e da geração atual e pontuar as mudanças que ocorreram e influenciaram nestas mudanças. As crianças falaram sobre suas principais brincadeiras e de que forma o trabalho aparece neste momento.

As descrições feitas pelas crianças nos revelaram que o seu universo de infância apresenta o trabalho como uma forma de aprender e destacam seu trabalho na roça junto com os pais, as atividades de casa, pescar e caçar como atividades definidas por vezes como diversão. As brincadeiras se atrelam aos elementos da natureza e suas perspectivas futuras surgem a partir das suas vivências com as profissões definidas pelas pessoas da comunidade.

A percepção dos pais sobre a relação entre o trabalho na agricultura e a infância dos filhos é descrita como um ato de ensinar os filhos a como lidar com a terra, com a natureza, com as plantas, e assim prepará-los para repassar o que aprenderam. Na fala dos pais percebemos que a “ajuda” descrita e recebida dos filhos na roça ou em casa são formas de educar e preparar.

Ao comparar-se as infâncias vividas pelos pais e por seus filhos notamos que não apenas a agricultura, mas as próprias brincadeiras por vezes foram praticadas por ambos, e ao serem questionados o que então havia mudado, um ponto que foi destacado foi a questão da legislação, do ato de educar sem castigos físicos, que antes não era proibido por lei como é hoje.

O intuito de identificar as situações de trabalho em que as crianças estão inseridas em seu cotidiano e sua relação com o trabalho infantil pode ser realizado, tanto

a fala dos pais como das crianças e as imagens que trouxemos ao longo do trabalho, nos permitiram identificar que o trabalho infantil socializador e o trabalho infantil explorador se fazem presente no seu modo de vida. O trabalho na agricultura familiar e os trabalhos domésticos foram algumas das situações de trabalho identificadas durante as pesquisas, porém identificamos também que trata-se de um trabalho infantil cuja finalidade é o ensinamento.

Para mães e pais essas são atividades que oportunizam aos filhos aprenderem sobre o que certamente irá fazer parte de suas vidas no futuro. Os próprios pais destacam que “preferem ensinar aos filhos “o que é o quê do que não sabem fazer nada amanhã”. Para os pais, as crianças fazerem parte destes momentos é importante para que aprendam fazendo. Esses são trabalhos que não sobrecarregam, não impedem as crianças de estudar ou brincar e também não impedem as crianças em seu desenvolvimento. Segundo os pais eles não são obrigados, vão para a roça, pescam e caçam por que gostam, por que querem aprender e ser igual aos pais.

Outros pais não hesitam em dizer que estas atividades são importantes para que os filhos não cresçam sem saber onde estão, como plantar e colher, como produzir seu alimento e afirmam: “é melhor aprender e ter o que fazer do que não saber fazer nada e viver vadiando”. Neste caso os pais exprimem a ideia de que precisam ensinar alguma coisa aos filhos para que eles saibam e tenham o que fazer futuramente.

No depoimento das crianças entendemos que a importância que as crianças constroem sobre o trabalho que realizam é diferente da dos pais, pois normalmente se apegam mais no modo de como fazer, na experiência retirada dos pais de determinadas atividades do que em que aquilo irá resultar.

Quando algumas crianças destacam que “gostam de plantar maniva por que é divertido”, estão falando do processo que é realizado. Assim, as crianças apreendem o momento deste trabalho a alegria de estar em grupo, de estar junto dos pais e de outras crianças e de uma atividade que é levada à sério e com responsabilidade pelos adultos, para as crianças se faz presente a brincadeira em manusear a terra, em transformar os instrumentos de trabalho em brinquedo.

A dimensão da diversão, da brincadeira destacada pelas crianças está relacionada às várias interações que o trabalho possibilita com o contato com a natureza. A terra, água, animais, árvores, a companhia dos adultos e de outras crianças fazem parte da realidade da comunidade. Nessas interações, as crianças não destacam o

sentido produtivo do trabalho, mas sim a possibilidade do brincar, e associam o caráter de brincar ao trabalhar.

Uma das características peculiares da comunidade São Paulo da Valéria é o turismo que acontece no local. Durante essas atividades a comunidade toda se organiza, muda as suas estratégias de convivência e organização e tudo passa a ser vendido - o espaço, os artefatos, as pinturas, os animais, as paisagens e as próprias crianças. Sim, as crianças dentro desta lógica mercadológica que orienta as pessoas durante o turismo passam a ser produtos, pois são “fantasiadas de índias” e são expostas aos turistas para serem fotografadas em troca de alguns dólares.

As imagens, os relatos dos pais e das crianças revelam que o objetivo destas atividades não é de ensinar ou preparar as crianças para o futuro, mas sim de “conseguir um dinheirinho” e assim ajudar na renda das famílias ou para comprar o material escolar da própria criança. Dentro destas atividades identificamos a busca pela apropriação do capital através da cultura e da criança que passa a ser produto. Trata-se de uma atividade que não consta nos parágrafos da lei.

Com efeito, no caso do trabalho infantil no turismo notamos que as crianças são levadas ao trabalho e acabam se tornando meios para adquirir renda extra e a atividade desenvolvida por estas gera ao final um valor de troca, assim converte-se em mercadoria não apenas o fato de “posarem” para fotos, mas de serem produtos, do seu corpo fazer parte desta comercialização, assim como a sua inocência e delicadeza ao se tratar de meninas.

Apesar de as crianças também afirmarem gostar de posar e ser fotografadas por ser “divertido”, não retira o peso da exploração infantil que é coordenado pelos próprios pais. Além disso, pesa ainda mais o fato de usarem como produto as crianças do sexo feminino. Ao contrário do trabalho infantil socializador na agricultura familiar onde meninas e meninos participam e onde a finalidade de tudo conciste em ensinar e aprender, no turismo as crianças fantasiadas de índias são apenas meninas, que mesmo sob a vigilância dos pais, apenas estão sendo utilizadas como produtos para obter algo em troca.

Diante da realidade das crianças pesquisadas, percebeu-se que a motivação maior em participar das atividades na agricultura familiar está nas experiências que obtém através dos pais. Por outro lado, como consequência do trabalho infantil no turismo, destacou-se que as crianças são motivadas pelo resultado advindo do seu

trabalho, como é na lógica adulta, pois na fala dos pais “ela gosta, ela sabe que traz dinheiro, e com isso pode comprar material escolar”.

As crianças exercem uma função que está longe de ser compreendida por elas mesmas. Além disso, participam de conversas e momentos que estão além de suas capacidades interpretativas como é na lógica mercadológica e com isso sofrem a imposição íngreme do Capital.

Longe dos objetivos desta pesquisa, buscou-se não condenar a atitude dos pais referentes a isso, mas de destacar que estes internalizam o trabalho das crianças com base nos tradicionais métodos de inserir as crianças em suas atividades, o que pode não ser, ao se tratar de questões comerciais e econômicas como é o turismo praticado em São Paulo da Valéria, o lugar ideal e nem o assunto para crianças estarem e aprenderem.

Alguns pais manifestam sua discordância quanto à legislação que proíbe o trabalho infantil, pois para muitos isso pode impedir os pais de desempenharem o seu papel, de repassar seus valores culturais, morais e tradicionais. Assim, os limites impostos, que na visão dos pais, levam seus filhos ao ócio e que por isso “hoje existe muita violência”.

Em suma, os pais consideram tanto o trabalho nas unidades de produção familiar como no turismo, não deveria ser proibida em lei, pois compreendem que o trabalho da criança é “trabalho pouco”, educativo e necessário ao processo de socialização do futuro trabalhador. Na tentativa de transmitir seus saberes e conhecimentos aos filhos, os pais relacionam educação e trabalho, porém em suas visões, educar os filhos não é mais como antes, pois hoje existem leis que regem e norteiam os pais no que devem ou podem fazer, como é o caso do castigo físico.

Diante de tudo que esta pesquisa tem destacado, deve-se considerar que discutir sobre a realidade Amazônica é sempre um desafio, pois as desigualdades se destacam diante de um espaço permeado pelas particularidades de cada localidade. A partir dos aspectos suscitados neste estudo, relativos à relação da infância e do trabalho assinalamos que a referida problemática é uma questão complexa e de implicações amplas, que abrange elementos jurídicos, sócio-históricos, culturais e pessoais, os quais, por sua vez, se encontram interligados e em constante mudança, dado o seu caráter de processo. Assim ao tratar desta temática durante este estudo, buscamos discutir a legislação, o pensamento dos pais, das crianças e dos turistas, isso permitiu identificar os elementos que fazem parte deste universo.

As reflexões aqui elucidadas buscam discutir sobre a importância de um olhar especial para a Amazônia. É preciso reconhecer as diversidades e particularidades da região, para assim construir meios para orientar, ensinar e até mudar as diferentes concepções de infância e de trabalho que estão em confronto.

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de estudos que abordem questões afins. Embora este estudo não tenha a pretensão de esgotar as questões que permeiam a relação do trabalho com a infância em especial na Amazônia, lugar cheio de peculiaridades, o referido estudo pode contribuir, ainda, enquanto um referencial acerca dos aspectos que envolvem esta relação, e com isso ampliar e propiciar estudos futuros que possam orientar à todos os envolvidos no local de pesquisa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Orais (Entrevistas).

BARBOSA, Maria Eliane. **Maria Eliane Barbosa**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

BARBOSA, Ronilza. **Ronilza Barbosa**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

BARBOSA, Ronilce. **Ronilce Barbosa**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

BARROSO, Vilma. **Vilma Barroso**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

COSTA, B. A. G. **Bruno Alex Gomes da Costa**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

FERREIRA, Rosilei Fernandes. **Rosilei Fernandes Ferreira**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

GOMES, Raimundo. **Raimundo Gomes**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

GOMES, Margareth. **Margareth Gomes**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

GOMES, Romenice. **Romenice Gomes**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

LIMA, Nelciane. **Nelciane Lima**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

PANTOJA, Sônia. **Sônia Pantoja**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

PEREIRA, Vilciane. **Vilciane Pereira**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

RAMOS, Jane Santarém. **Jane Santarém Ramos**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

ROSINEIDE, Maria. **Maria Rosineide**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

SÁ, Ivone de. **Ivone de Sá**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

SALES. Antônio Carlos. **Antônio Carlos Sales**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

SENNA, Alzira. **Alzira Senna**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

SILVA, José da. **José da Silva**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

SIQUEIRA, Valdecira. **Valdecira Siqueira**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

SIQUEIRA, Valcenira. **Valcenira Siqueira**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

VALDECY, Maria. **Maria Valdecy**: pesquisa de campo [dez.2016]. Pesquisadora: Nádma Azevedo. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

BIBLIOGRAFIA

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do turismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ALBERTO, M. de F. P. **A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa - Pb**. Tese de Doutorado. 2002.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência Sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aeph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G. BURTSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BARROS, João Luiz da Costa. **O brincar e suas relações interculturais na escola indígena**. Curitiba: Appris, 2015.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Papirus. Campinas. 2000.

BIGNAMI, Rosana. **A imagem do Brasil no Turismo**. Construção, desafios e vantagem competitiva. São Paulo: Aleph, 2002.

BOLOGNESI, Mario Fernando. **A mercadoria Cultural**. Revista Trans/From/ Ação, São Paulo, 1996. P. 77-76

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BORBA, Ângela M. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: BRASIL, MEC/SEB Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos sobre etnologia Cabila**. Oeiras: Editora Celta, 2002.

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia** . Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRANCALEONE, Cássio. **Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies**. REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. v. 39 n. 1 2008. P.98-104.
- BRAMBATTI, Luiz. **Racionalização, cultura e turismo**. Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.
- BRIZOLA, Janete Terezinha B. **O Trabalho Infantil pelo olhar da Criança: uma abordagem sócio-histórica**. Porto Alegre, 2012.
- CASTRO, Michele G. Bredel de. **Noção de criança e infância: Diálogos, reflexões, interlocuções**. Universidade Federal Fluminense. Niterói/R. UNESP, 1999.
- CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de fé no Médio Amazonas**. 2.ed. Manaus: Prograf, 2009.
- COLANTUONO, Aline Correia de Souza. O processo histórico da atividade turística. Cadernos da Fucamp, v.14, n.21, p.30-41/2015.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas**, Brasília, DF: OIT; São Paulo: LTr, 2004.
- COUTO, Jorge. **A Construção do Brasil**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- CORSARO, W. **A Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **O tempo da infância: retratos do trabalho infantil**. São Paulo: Fundação Telefônica, 2009.
- CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Vozes, 2006.
- CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças Esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009.
- CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho Infantil Doméstico no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DAMAZIO, Reinaldo Luiz. **O que é criança**: Brasiliense, 1991.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 3a ed. São Paulo, LTr, 2004.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo**: fenómeno social. 2ed. México: 1ed. Fondo de cultura económica, 1997.

DIAS, Naia Maria Guerreiro. **Sítio Arqueológico São Paulo, Valéria – AM**: turismo e patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. – [Edição revisada]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

FALEIROS, E. T. S. **A criança e o adolescente**: objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: Piloti, F. & Rizzini I. (Org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. (p. 222-236). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora. 1995.

FAGÚNDEZ, P. R. A. **O significado da modernidade**. São Paulo: LTr, 2000.

FARIA, Sonimar C. de. **História e política da educação infantil**. Educação Infantil em curso. Rio de Janeiro: Ravel, p. 9-37, 1997.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Trabalhadores da malva**: (re) produção material e simbólica da vida no Baixo rio Solimões / Aldenor da Silva Ferreira. - Manaus: UFAM, 2009.

FRAXE, T.J.P; PEREIRA, H.S; WITKOSKI, A.C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil**: observações, adequações e inclusão. São Paulo: Moderna, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALLACK, Nathália; BURGOS, Andrés; CARNEIRO, Daniela Maria Rocco. **Turismo de base comunitária**: estado da arte e experiências brasileiras. Ambientalmente sustentável, ano VI, vol. I, n. 11-12, janeiro-dezembro, 2011.

HIWASAKI, L. (2006): “**Comunity-based tourism: A pathway to sustainability for Japan`s protected areas**”, Society and Natural Resources, vol. 19, pp. 133-143.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 20.^a Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 191.

IRVING, M. A. “Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento”, In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo, o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 35-45.

KUHLMANN JR, M.; FERNANDES, R. **Sobre a história da Infância**. In: FILHO, L. M. F. (Orgs.). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KRAMER, Sônia. **O papel social da pré-escola**. Cadernos de Pesquisa, 58. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.

_____. “**Currículo de Educação Infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escola: Questões teóricas e polêmicas**”. In: KRAMER, Sônia (Org.). **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/Coedi, 1994.

_____. **Infância e produção cultural**. Campinas: Papirus, 1999.

KROEBER, Alfred. **O Superorgânico**. In: LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. 117 p.

LAMARCHE, Hugues (Org). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LEVIN, Esteban. **A Infância em cena – constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LIMA, Luana Nunes Martins de. **A apropriação da cultura pelo turismo, a revalorização e a ressignificação das identidades culturais**. Universidade Federal de Goiás. 2014.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Tradução: Manoel Fernando Gonçalves Seabra. – São Paulo: Nobel, 1988.

LIRA, Talita; CHAVES, M. P. S. Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, Cláudio Machado. Percepções que permeiam o conceito de agricultura familiar e a cronologia da luta pela sustentabilidade: panorama nacional e internacional. In: **Agricultura e sustentabilidade**. Fábio Dal Soglio e Rumi Regina Kubo ; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MACHADO, J. P. **História Aplicada ao Turismo. Manaus**: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MACHADO, Maria Lúcia (Org.). **Educação Infantil em tempos da LDB**. (Textos FCC). São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. “A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil - 1726-1950”. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 1999. p. 52-53.

MARX, Karl. **O Capital**. Edição resumida por Julian Borchardt. Tradução Ronaldo Alves Schimidt. 7.^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 20^a ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. **O Capital**: Crítica de Economia Política. 18^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, José de Souza (Coord.). **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. 2^a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. 216 p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. [Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENDES, Renato. **O trabalho encarado como valor social**. In: Retratos do trabalho infantil. São Paulo: Fundação Telefônica, 2009. 89 p.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Manual de gestão de benefícios**. Brasília, DF. 2.^a edição. jul. 2008.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. “**A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI**”. In: DEL PRIORE, Mary (Org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 9.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

NASCIMENTO, Dilson Gomes. **Entre a terra e a água: modo de vida camponês no médio rio Amazonas**. Parintins/am. Dissertação de mestrado em geografia) Universidade Federal do Amazonas. Manaus 2016.

NEVES, Delma Pessanha. **A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói (RJ): Intertexto, 1999.

NODA, Sandra do Nascimento (org.). **Agricultura Familiar na Amazônia das águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Nogueira, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. (2^aed.). São Paulo: Cortez, 1993.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Relação família-escola: novo objeto na Sociologia da Educação**. Cadernos de psicologia e educação paidéia, v.8, n. 14/15, p. 91-103, 1998.

NOVA, Luiz Henrique Sá da. **Da cultura como mercadoria, ao consumo como prática cultural**. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Introdução ao Turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PAGANINI, Juliana. **O trabalho Infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento**. Amicus Curiae. Vol.. 5. 2008.

PASSETTI, Edson. “**Crianças carentes e políticas públicas**”.In: DEL PRIORE, Mary (Org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e Trabalho: dimensões do trabalho na cidade de Manaus (1890–1920)**. Manaus: EDUA, 2015.

POCOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol.52. Supl.1. Brasília, 2014.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 1995.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância**. Tradução Suzana Menescal. São Paulo: Graphia Editorial,1999.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RAMOS, Fábio Pestana. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI**. In: PRIORE, Mary Del (Org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

REDIN, Euclides. “**Uma cidade que acolha as crianças: políticas públicas na perspectiva da infância**”. In: Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007.

_____, Euclides. **A representação da criança: visão histórica**. IN: REDIN, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca. Porto Alegre: Mediação, 1998.

RODRIGUES, Luisa Maria. **A criança e o brincar**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mesquita, 2009.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1882-2000)**. Brasília: UNICEF, Rio de Janeiro: USU, 2000.

_____. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula Amais, 1997.

SANTAMARINA, C.; MARINAS, J. M. **Histórias de vida e história oral**. In: DELGADO, Juan M.; GUTIÉRREZ, Juan (Org.). Métodos y técnicas cualitativas de investigación em ciencias sociales. Madri: Síntesis, 1995. p. 259-287

SARMENTO, Manuel Jacinto. “**As culturas da infância nas encruzilhadas da 2.^a Modernidade**”. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coords.). Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação. Porto: Asa, 2004.

_____. **Imaginário e culturas da infância**. Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância”. Projeto Pocti/CED/2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. “**As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**”. In: SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. As crianças, contextos e identidades. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Crianças: educação, culturas e cidadania ativa**. Projeto de pesquisa. Universidade do Minho: Portugal, 2002.

SARMENTO, Manuel J. (2009), **O Trabalho Infantil em Portugal – da realidade social ao objeto sociológico**, in M. Lisboa. (coord.), Infância Interrompida. Caracterização das Actividades Desenvolvidas por Crianças e Jovens em Portugal. Lisboa: Colibri (13-32).

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos – engenho e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

STROPASOLAS, Valmir L. **A condição social da infância nas comunidades rurais.** Florianópolis, Relatório de pesquisa do CNPq, 2010.

SOUZA, Gisele. **A criança em perspectiva: o olhar do mundo sobre o tempo infância.** São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Ana Paula Vieira e. **Trabalho infantil: uma análise do discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense em condição de trabalho.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014.

SILVA, Sofia Vilela de Moraes. **Trabalho Infantil:** aspectos sociais, históricos e legais. Olhares Plurais. Vol.1, 2009.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária.** Editora Basiliense. São Paulo. 1985.

SILVA, Kelson de Oliveira. **Condomínios fechados, residências secundárias e o uso do espaço público pelo capital imobiliário.** Observatório de Inovação do Turismo—Revista Acadêmica. Vol. IV – Nº. 1 – Março de 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família no enfrentamento a pobreza no Maranhão e Piauí.** São Paulo: Cortez; Terezina: Editora gráfica da UFPI, 2008.

TORRES, Iraildes Caldas. **Reflexões sobre trabalho leve e pesado das mulheres na Amazônia.** In: TORRES, Iraildes Caldas (Org). O ethos das mulheres da floresta. Manaus: Editora Valer/Fapeam 2012, 197-2009.

TORRES, Iraildes Caldas. **A formação social da Amazônia na perspectiva de gênero.** In: Ciência e saberes na Amazônia: indivíduos, coletividades, gêneros e etnias. Organizadores Nelson Matos de Noronha, Renato Athias. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 169-185

THÉVENIN, J. M. R. **Mercantilização do espaço rural pelo turismo:** uma leitura a partir do município de Cairu-Ba. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2009.

TYLOR, Edward Brunett. **Primitive culture.** In: LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 30-52.

URRY, John. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC/ Nobel, 1996

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: LTR, 1999.

VERONESE, Josiane Rose Petry; CUSTÓDIO, André Viana. **Trabalho infantil doméstico no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2013.

VIANNA, Guarani de Campos. **Direito Infante Juvenil**. Teoria, prática e aspectos multidisciplinares. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v.21, outubro, 2003, p.42-61.

WITKOSKI, A. C. **O Rio (Não) Comanda a Vida: políticas de inclusão social nas comunidades da área de abrangência do Projeto Piatam**. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell. 4.^a Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira** 1999. Bahia agrícola, salvador, v.4,n.1 Disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em dezembro 2016.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação TécnicaFAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>.

JENNER, Eduardo. **O turismo sexual e seus impactos**. Disponível em www.estudosturisticos.com.br. Acesso em 16 janeiro, 2017.

QUEIROZ, J. História do Turismo Mundial e o Brasil. Turismo Receptivo, Bahia, 2011. Disponível em: <https://turismoreceptivo.wordpress.com/2011/04/18/historiadoo-turismo-nomundo-e-no-brasil/>. Acesso em: 26/03/2017.

SOUZA, Adenildo Vieira de; SOUZA, Miriam Martins Vieira de; SOARES, Artemis de Araujo. **Diversidade cultural: Brincando com as crianças Saterémawé**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Año 18 - Nº 181 – Maio 2017. <http://www.efdeportes.com/>

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de questões para entrevistas abertas com os pais das crianças

Infância, trabalho infantil, agricultura familiar e turismo

1. Infância dos pais.

1. Como foi sua infância?
2. O senhor ajudava (trabalhava) com seus pais? Em quais atividades?
3. Que atividades de lazer (brincadeiras) vocês faziam?
4. O senhor acha que mudou alguma coisa do seu tempo para o do seu filho? O quê?

2. Infância dos filhos, agricultura familiar.

1. O que mudou e o que permaneceu na forma da educação que o senhor recebeu dos seus pais e na atualidade?
2. O que o senhor fez questão de manter na forma de educar os seus filhos?

3. Infância dos filhos e turismo

1. Qual sua opinião em relação às crianças fantasiadas de índio?

4. Trabalho e direito:

1. Qual a sua opinião sobre as leis que proíbem o trabalho das crianças na agricultura Familiar?
2. O senhor considera certas ou erradas? Por quê?
3. O senhor conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA?

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE ANUÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
COMUNIDADE SÃO PAULO, REGIÃO DA VALÉRIA/AM



TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que foram necessários que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "INFÂNCIA E TRABALHO NA AMAZÔNIA: O PARADOXO DO COTIDIANO", sob a responsabilidade da pesquisadora Nadma Oliveira de Azevedo, mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, o qual terá apoio desta Comunidade, representada pelo presidente, Sr. José da Silva Barbosa. O projeto de pesquisa está sob orientação do professor Dr. Francisco Jorge dos Santos.

Comunidade São Paulo da Valéria, 05 de junho de 2016.

José da Silva Barbosa

JOSÉ DA SILVA BARBOSA
Presidente da Comunidade São Paulo da Valéria/AM
CPF: 206.896.592-53

ANEXOII

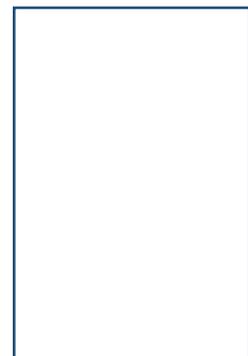
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS MORADORES DE SÃO PAULO DA VALÉRIA/AM

Você está sendo convidado (a) a participar do Projeto de Pesquisa intitulado “INFÂNCIA E TRABALHO NA AMAZÔNIA: O PARADOXO DO COTIDIANO”, que será realizado por meio do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM de Parintins. A pesquisa tem como objetivo principal: Analisar a inserção e a interação das crianças na agricultura familiar e as influências dessa relação para o seu futuro. A metodologia a ser utilizada caracteriza-se como uma pesquisa social preliminarmente do tipo exploratória bibliográfica; em seguida adotar-se-á pesquisa de campo utilizando a abordagem quantitativa. Serão abordadas questões relativas ao cotidiano das crianças, trabalho, expectativas futuras e infância. Para tanto serão utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: observação sistemática e diário de campo. Os participantes deste estudo serão pessoas voluntárias, por isso não haverá compensação financeira por sua colaboração, além disso, você não precisará dispor de nenhuma despesa pessoal. Dessa forma, a sua participação não é obrigatória, e a qualquer momento você poderá desistir. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo da sua participação. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato pelo telefone (92) 3533-2251/3533-3731 (ICSEZ/UFAM) no endereço Estrada Macurany, 1805, CEP 69.151000, Parintins/Am. Você ainda receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador responsável e o endereço da pesquisadora e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto a qualquer momento. Declaro que li ou foi lido para mim este termo, o qual me foi explicado e eu entendi. Sei da importância da minha participação no projeto e por isso concordo em participar. Vou assinar as duas vias deste termo que também serão assinadas pela pesquisadora, ficando cada uma de nós com uma via.

Parintins, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador



ANEXO III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS DE SÃO PAULO DA VALÉRIA/AM

Seu filho está sendo convidado (a) a participar do Projeto de Pesquisa intitulado “INFÂNCIA E TRABALHO NA AMAZÔNIA: O PARADOXO DO COTIDIANO”, que será realizado por meio do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM de Parintins. A pesquisa tem como objetivo principal: Analisar a inserção e a interação das crianças na agricultura familiar e as influências dessa relação para o seu futuro. A metodologia a ser utilizada caracteriza-se como uma pesquisa social preliminarmente do tipo exploratória bibliográfica; em seguida adotar-se-á pesquisa de campo utilizando a abordagem quantitativa. Serão abordadas questões relativas ao cotidiano das crianças, trabalho, expectativas futuras e infância. Para tanto serão utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: observação sistemática e diário de campo. Os participantes deste estudo serão pessoas voluntárias, por isso não haverá compensação financeira por sua colaboração, além disso, você não precisará dispor de nenhuma despesa pessoal. Dessa forma, a sua participação não é obrigatória, e a qualquer momento você poderá desistir. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo da sua participação. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato pelo telefone (92) 3533-2251/3533-3731 (ICSEZ/UFAM) no endereço Estrada Macurany, 1805, CEP 69.151000, Parintins/Am. Você ainda receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador responsável e o endereço da pesquisadora e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto a qualquer momento. Declaro que li ou foi lido para mim este termo, o qual me foi explicado e eu entendi. Sei da importância da minha participação no projeto e por isso concordo em participar. Vou assinar as duas vias deste termo que também serão assinadas pela pesquisadora, ficando cada uma de nós com uma via.

Parintins, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Responsável da Criança

Assinatura do Pesquisador

